



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA**

**ENTRE A POBREZA E A PUREZA: A EDUCAÇÃO DE MOÇAS  
DESVALIDAS NO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES EM FEIRA  
DE SANTANA – BAHIA (1879-1930)**

Salvador

2019

**MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA**

**ENTRE A POBREZA E A PUREZA: A EDUCAÇÃO DE MOÇAS  
DESVALIDAS NO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES EM FEIRA  
DE SANTANA – BAHIA (1879-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação

Orientadora: Profa. Dra. Solyane Silveira  
Lima

Salvador

2019

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Lima, Marta Maria Guimarães Alves de.

Entre a pobreza e a pureza : a educação de moças desvalidas no Asilo Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana – Bahia (1879-1930) / Marta Maria Guimarães Alves de Lima. - 2019.

99 f. : il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Solyane Silveira Lima.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2019.

1. Mulheres pobres - Educação. 2. Asilo Nossa Senhora de Lourdes (Feira de Santana, BA). 3. Ordens monásticas e religiosas para mulheres - Educação. 4. Mulheres pobres - Assistência em instituições. I. Lima, Solyane Silveira. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. III. Título.

CDD 371.822 - 23. ed.

**MARTA MARIA GUIMARÃES ALVES DE LIMA**

**ENTRE A POBREZA E A PUREZA: A EDUCAÇÃO DE MOÇAS  
DESVALIDAS NO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES EM FEIRA  
DE SANTANA – BAHIA (1879-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovada em 23 de abril de 2019

Banca Examinadora:

---

Prof(a). Dr(a). Solyane Silveira Lima  
Orientadora e Presidente da Banca  
UFBA/UFRB

---

Prof. Dr. José Augusto Ramos da Luz  
UEFS

---

Prof. Dr. Sérgio Armando Diniz Guerra Filho  
UFRB

*Ao meu bisavô Sr. Antônio Aurélio da Silva, maestro da Filarmônica da Vitória, que tocou o coração de D. Maria Castor, minha bisavó, quando foi orquestrar num dos eventos do Asylo de Nossa Senhora de Lourdes. Juntos, eles me guiaram por estas páginas de suas vidas...*

“Trabalhadora ou ociosa, doente, manifestante, a mulher é observada e descrita pelo homem. Militante, ela tem dificuldade e se fazer ouvir pelos seus camaradas masculinos, que consideram normal serem seus porta-vozes. A carência de fontes diretas, ligada a essa mediação perpétua e indiscreta, constitui um tremendo meio de ocultamento. Mulheres enclausuradas, como chegar até vocês?”

– A mulher popular rebelde, p. 198.

## AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer a Deus por ter me dado a chance de ingressar no mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), que me deu a chance de me desenvolver enquanto pessoa, pesquisadora e profissional da educação.

Agradeço à minha família pelo apoio e incentivo de sempre, em especial à minha mãe D. Carmem Castor, que acompanhou o processo de escrita desde o levantamento de fontes até a entrega do texto final. Amo Você!

Agradeço ao meu chefe Edvan Pedreira pela consideração e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar do colégio por conta dos eventos acadêmicos em que me fiz presente. À equipe de humanas do Colégio Modelo Luís Eduardo Magalhães (FSA-BA) pelos constantes incentivos durante o processo de escrita. À Anna Lúcia, nova amiga, pelas boas vibrações emitidas e pelo incentivo na reta final.

Um agradecimento especial à minha orientadora, Profa. Dra. Solyane Silveira Lima pelo profissionalismo, ética e comprometimento ao longo do mestrado, inclusive pela paciência ao lidar comigo. Você é um exemplo de profissional competente e comprometida com a educação e a pesquisa. O meu mais sincero muito obrigada.

Um agradecimento com carinho à Juraciara Silva Lima, pedagoga, especialista em Literatura e Cultura e curadora do acervo do Departamento do Asilo Nossa Senhora de Lourdes pelo auxílio, interesse e compromisso em me permitir adentrar a história da instituição referida, fazendo o possível para ajudar-me. Sem você essa pesquisa não seria possível! Merci Beaucoup!

Às equipes dos arquivos públicos de Feira de Santana e Cachoeira que mesmo com todas as dificuldades em acessar arquivos tão antigos, buscaram me auxiliar nas procuras pelos documentos antigos. Obrigada pelo esforço e ajuda!

Aos professores doutores José Augusto Ramos da Luz (UEFS) e Sérgio Armando Diniz Guerra Filho (UFRB) pelas participações nas Bancas Examinadoras de qualificação e de defesa da dissertação, momentos de grandes contribuições acerca da pesquisa em questão, obrigada por tudo!

Aos amigos de ontem, de hoje e de sempre (Diego, Carol, Marly, Nalva, Flávia) por demonstrarem cuidado e atenção comigo, nesse árduo processo de escrita, entendendo minhas ausências e falhas, e incentivando a alçar voos mais altos.

À minha irmã de todas as vidas (mesmo que não tenhamos sido geradas no mesmo ventre) Lílian Suzarte que em meio a um turbilhão de eventos e emoções sempre me deu a

certeza de que tudo iria dar certo, já que “Deus orienta e protege”, não é, Maninha? Thanks a lot!

Não poderia esquecer a equipe da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Educação da UFBA (Cleiton, Eliane, Eline, Kátia e Ricardo) por estarem sempre dispostos a resolver as questões internas e burocráticas relativas ao mestrado, apaziguando o meu nervosismo em muitas situações. Obrigada, galera!

Agradecimento à FAPESB (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia) pelo fornecimento da bolsa de pesquisa ao longo desses 2 anos de estudos e escritas.

E aos demais que, de maneira direta ou indireta, participaram do processo de construção dessa pesquisa, os meus mais sinceros agradecimentos. Esse é um ciclo que se fecha para que um outro possa se abrir. E que venham mais textos e pesquisas pela frente!



## **Lista de Imagens**

Imagem 1 – Padre Ovídio Alves de São Boaventura.....	68
Imagem 2 – Primeiras Irmãs Sacramentinas de Feira de Santana/BA.....	71

## Sumário

<b>ABRINDO AS PORTAS DO ASILO</b>	<b>13</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO I: HISTÓRIA SOCIAL, DAS MULHERES E DAS CRIANÇAS</b>	<b>25</b>
<b>1 HISTÓRIA SOCIAL</b>	<b>25</b>
1.1 História das mulheres	28
1.2 História das crianças pobres no Brasil	32
<b>CAPÍTULO II: ASSISTENCIALISMO, FILANTROPIA E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	<b>37</b>
<b>2 EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	<b>37</b>
2.1 Contexto Político da Primeira República	37
2.2 Contexto Educacional na Primeira República: Educação Diferenciada Para Ricos e Pobres	40
2.3 Institucionalização de jovens, pobres e desvalidos no Brasil da República Velha (1891 - 1930)	44
2.4 Instituições filantrópicas e a educação de moças pobres e desvalidas	48
<b>CAPÍTULO III: O ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES</b>	<b>58</b>
<b>3 HISTÓRICO DE FEIRA DE SANTANA</b>	<b>58</b>
3.1 Implantação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes	62
3.2 Importância do Asilo Nossa Senhora de Lourdes para a cidade e para os atendidos	63
3.3 Os Sujeitos do Asilo	67
3.3.1 Padre Ovídio Alves de São Boaventura	67
3.3.2 Irmãs Sacramentinas	69
3.3.3 Asiladas	73
3.3.4 Senhoras de Caridade	75
<b>CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO NO ASILO</b>	<b>81</b>
<b>4 A SOCIEDADE E A PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA ABANDONADA</b>	<b>81</b>
4.1 Órfãs Acolhidas no Asilo N. S. de Lourdes	83
4.2 A educação recebida no asilo	84
4.3 Os Livros da Biblioteca de Lourdes e as Ideias Divulgadas	87
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>93</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	<b>96</b>
<b>LISTA DE FONTES</b>	<b>99</b>

A.LIMA-GUIMARAES. Marta Maria. Entre a Pobreza e a Pureza: A Educação de Moças Pobres e Desvalidas No Asilo Nossa Senhora de Lourdes em Feira de Santana – Bahia (1879-1930). 2019. Orientadora: Solyane Silveira Lima. 97f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2019.

## RESUMO

O Asilo Nossa Senhora de Lourdes, fundado em 15 de março de 1879, representou uma importante instituição filantrópica à cidade de Feira de Santana – Bahia, que buscava a promoção da assistência social às moças pobres e desvalidas da cidade em questão. O objetivo principal da pesquisa foi analisar as características educacionais do ensino oferecido na referida instituição às jovens órfãs, que consistia na instrução dessas moças à educação religiosa e profissionalizante. Também buscou compreender a importância filantrópica do asilo em questão, para o município. O período da pesquisa compreendeu os anos de 1879, data de fundação da instituição, até 1930, ou seja, final do II Reinado e ao longo de toda a Primeira República, momento histórico no qual as bases republicanas estavam em vias de implantação e que a educação estava sendo reformulada a fim de servir de mola propulsora do processo de modernização e de civilização social. As fontes pesquisadas compreendem as atas de reuniões do asilo, os documentos das Irmãs Sacramentinas e da Pia União das Filhas de Maria e alguns jornais da época, como Jornal Folha do Estado e O Progresso. A pesquisa situa-se na área de História Social. O termo em referência é utilizado pelos historiadores para demarcar um novo momento da história, delimitando, assim, uma nova historiografia a partir da qual houve uma ampliação do campo de estudos, das fontes e de pesquisas dos historiadores. Os conceitos centrais que nortearam a escrita da dissertação foram: o de desvalidos, que segundo Greive (2012) faz referência à criança que vive às margens da sociedade e que se configura como pobre, órfã ou abandonada. O de Instituições educativas, a partir das contribuições de Saviani (2008), que as considera como parte de um processo histórico de determinada conjuntura. Complementando o suporte teórico temos Fraga Filho (1994) que traz um diálogo sobre a convivência de mendigos e vadios na sociedade, justificando a presença de pessoas em condição de rua era a consequência de um estado de miséria social e também causada pela não inserção dos ex-escravos na sociedade. Estes, por vez, não podendo prover o seu próprio sustento, tinham de viver da caridade. Porém para viver dela era preciso ser digno disso, e os grupos sociais que eram verdadeiramente necessitados de ser assistidos pela filantropia eram as mulheres, crianças e idosos, recebendo, assim, a devida e necessária assistência. Nesse sentido, o texto faz uma ponte entre os conceitos citados, oferecendo ao leitor um panorama mais amplo sobre a educação destinada à infância abandonada no Asilo Nossa Senhora de Lourdes Nossa Senhora de Lourdes.

**Palavras-chave:** Asilo Nossa Senhora de Lourdes; Desvalidos; Educação Feminina; Feira de Santana.

A.LIMA-GUIMARAES. Marta Maria. *Between Poverty and Purity: The Education of Poor and Disadvantaged Girls at the Nossa Senhora de Lourdes Nursing Home in Feira de Santana - Bahia (1879-1930)*. 2019. Advisor: Solyane Silveira Lima. 97f. Dissertation (Master in Education) - Faculty of Education, Federal University of Bahia, 2019.

### ABSTRACT

The Nossa Senhora de Lourdes's Asylum, founded on March 15, 1879, and represented an important philanthropic institution in the city of Feira de Santana - Bahia, which sought to promote social assistance to the poor and helpless girls of the city in question. The main objective of the research was to analyze the educational characteristics of the teaching offered in this institution to young orphans, which consisted in the education of these girls to religious and vocational education. It also sought to understand the philanthropic importance of the asylum in question for the municipality. The period of the survey comprised the years from 1879, the date of the founding of the institution until 1930, that is, the end of the Second Reign and throughout the First Republic, a historical moment in which the republican bases were in the process of education was being reformulated in order to serve as the driving force behind the process of modernization and social civilization. The sources studied include the minutes of meetings of the asylum, the documents of the Sisters Sacramentinas and the Pia Union of the Daughters of Mary and some newspapers of the time, such as *Folha do Estado* and *O Progresso*. The research is located in the area of Social History. The term in reference is used by historians to demarcate a new moment in history, thus delimiting a new historiography from which there has been an expansion of the field of studies, sources and researches of historians. The central concepts that guided the writing of the dissertation were: that of the underprivileged, which according to Greive (2012) refers to the child living on the margins of society and who is poor, orphaned. That of Educational Institutions, based on the contributions of Saviani (2008), which considers them as part of a historical process of a certain conjuncture. Complementing the theoretical support we have Fraga Filho (1994) brings a dialogue about the coexistence of beggars and vagrants in society, justifying the presence of people in street condition was the consequence of a state of social misery and also caused by non-slaves in society. These, at a time, unable to provide for their own sustenance, had to live on charity. But to live on it, one had to be worthy of it, and the social groups that were truly needed to be assisted by philanthropy were women, children and the elderly, and thus received the necessary and necessary assistance. In this sense, the text bridges the concepts cited above, offering the reader a broader picture of education for abandoned children in the Nossa Senhora de Lourdes Asylum.

**Key-words:** Asylum Nossa Senhora de Lourdes; Unhelpless; Female Education; Feira de Santana.

## **ABRINDO AS PORTAS DO ASILO**

Iniciar uma pesquisa sobre a Feira de Santana do final do século XIX e início do século XX significou uma experiência vívida, cheia de sentidos, saudades e sentimentos. Implica visitar locais, pessoas e espaços que são velhos conhecidos. É retomar a história da minha família e de meus antepassados, andando pelas ruas de terra batida; é ver as velhas feiras de gado; é ouvir as doceiras vendendo seus quitutes nas ruas; é ver os meninos correndo com os pés descalços a chutar uma bola improvisada; é passar em frente à relojoaria do meu bisavô, Antônio Aurélio da Silva, e vê-lo terminando de construir o relógio que ele doou à torre da Igreja da Matriz e que lá se encontra e funciona até os dias atuais; é ouvir os sinos anunciarem as horas com as suas badaladas, é viver de novo...

Ao andar por essas ruas sinuosas, cheias de rapazes, moças, crianças e animais, consegui fazer o percurso que me levou à frente do Asilo Nossa Senhora de Lourdes. Encontrar o asilo significou ver minha bisavó, Maria Castor, recepcionar-me na chegada, levando-me a espaços que ela habitava, à rotina que ela seguia. É acompanhar a visita a cada cômodo, de cada espaço, de cada aula e cada prenda e instrução aprendida. É buscar compreender os comportamentos, as histórias, as narrativas. É saborear um café quentinho ao ouvir os passos da madre superiora ao chamar as internas para o início das classes. É voltar no tempo e saborear o passado: “O sino está tocando! Não estão ouvindo?! Vamos!!!”

E assim, desse jeito e com profunda emoção e gratidão, peço a bênção a Deus e à Virgem Santíssima para iniciar esses escritos. Peço de forma singela e sutil que minha bisavó, D. Maria, me abra as portas do asilo e deixe-me entrar. Então, com essas bênçãos e com essa licença, inicio os meus escritos e abro as portas do asilo para vocês...

## INTRODUÇÃO

A pesquisa surgiu de uma necessidade em estudar as características educacionais do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, instituição filantrópica, de cunho católico, que atuou na cidade de Feira de Santana entre os anos de 1879 a 1961<sup>1</sup> quando se tornou escola aberta à comunidade feirense, embrião do Colégio Padre Ovídio – da Ordem Sacramentinas – de Feira de Santana (Bahia).

Ressalto que durante a adolescência estudei no referido colégio e o meu carinho pela escola acabou despertando o interesse em estudá-la. De modo que fontes referentes à instituição educacional (o asilo) foram levantadas, aumentando meu interesse pela pesquisa em curso. O fato de ser católica e de minha bisavó ter sido uma das internas do asilo também contribuiu para que os objetivos da pesquisa fossem definidos.

Assim, o objetivo geral dessa dissertação é analisar a educação oferecida no Asilo Nossa Senhora de Lourdes entre os anos de 1879 e 1930, período que compreende ao que nós, historiadores, chamamos de Primeira República. Nesse momento, a república brasileira havia sido implantada e toda a estrutura política, econômica e social estava em vias de construção, inclusive no que diz respeito à educação.

A partir disso, as ideias defendidas por Ruy Barbosa e a necessidade de promoção do desenvolvimento social, tendo por base a escolarização e a educação do povo, passaram a permear a sociedade brasileira. Assim, era necessário padronizar os comportamentos, hábitos e costumes a partir da infância e os jovens educados serviriam de exemplo aos seus pais e demais membros familiares.

A sutileza do controle social podia ser percebida, ao longo de toda a República Velha e principalmente na década de 20, tanto no discurso científico que se associava à educação, quanto no projeto educacional voltado para a infância. O que se pretendia era promover intervenções no comportamento, nos hábitos e costumes do povo, homogeneizando uma complexa realidade para o estabelecimento de um maior controle social. Isto se tornaria mais eficaz quando essas intervenções pensadas em relação ao povo se particularizassem na infância (LUZ, 2009, p. 68).

Nesse ínterim, as instituições filantrópicas que estavam presentes na sociedade brasileira tinham o respaldo legal para funcionar e também poderiam moldar as finalidades e

---

<sup>1</sup> O Asilo Nossa Senhora de Lourdes atuou na sociedade feirense entre os anos de 1879 a 1961, porém como o marco temporal da pesquisa é de 1879 a 1930, a informação cedida no texto foi dada apenas para nortear o leitor sobre o período de funcionamento da referida instituição.

características educacionais de acordo com suas necessidades, com o asilo em questão não foi diferente.

O Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi uma instituição filantrópica de cunho religioso que tinha regras claras sobre as normas internas e a conduta dos jovens desvalidos que eram assistidos por ela. De modo que moças entre 5 e 12 anos de idade, que não tinham um dos pais (ou ambos) e/ou que a família comprovasse que não tinha condições de mantê-las eram aceitas e passavam a ser internas. O público alvo também não poderia ter nenhum tipo de doença infectocontagiosa e no momento em que se tornavam internas elas eram batizadas e faziam a catequese, tornando-se católicas, devendo seguir à risca as normas de tal religião.

De posse do exposto, a hipótese levantada é de que o modelo educacional difundido na instituição, durante os anos de 1879 e 1930, tinha características tradicionais e conservadoras, pautando-se na ideia da vigilância e da ordem. Além das ideias higienistas, a noção de vigilância também estava associada, não apenas à pureza da alma e dos pensamentos, mas também do corpo. As moças, em especial, deveriam ter um cuidado ainda maior porque a virtude e a pureza estavam associadas à questão da castidade.

Outra hipótese a ser debatida faz referência aos materiais didáticos aplicados em sala de aula e ao tipo de formação que as mestras tinham. As Irmãs Sacramentinas eram as responsáveis por administrar e organizar a parte educativa do asilo, sendo também as professoras dos jovens abrigados, na maioria das vezes. Então a ideia fundamental é questionar qual era a formação docente das freiras; se elas chegaram a se capacitar para assumirem a sala de aula e se os objetivos educacionais da referida instituição faziam parte de um projeto educacional (ou institucional) maior, pensado na sede da ordem religiosa do Santíssimo Sacramento, na França. Também busquei analisar alguns livros usados na instituição em questão, a fim de perceber quais eram as finalidades dessa educação ministrada às jovens pobres e desvalidas.

Vale considerar, ainda, que estudos acerca das instituições filantrópicas do Brasil<sup>2</sup>, no século XIX, mostram que em termos gerais a educação que era ministrada aos jovens pobres e desvalidos buscava capacitá-los a fim de que, quando atingissem a maioridade, pudessem ser capazes de prover seu próprio sustento, diminuindo, assim, a responsabilidade do Estado em assistir essas pessoas. Em face disso, a partir da análise das atas das reuniões de direção do asilo, verificou-se que o ensino lá difundido também apresentavam essas características. As

---

<sup>2</sup> Os principais pesquisadores lidos foram: LIMA (2015), RIZZINI (1993), RIZZINI & RIZZINI (2002), SANTANA (2011).

moças aprendiam lições de corte, costura, engomar, forno, fogão e demais prendas domésticas. Ou seja, o ensino recebido por essas pessoas, era de caráter profissionalizante.

O entusiasmo pelo progresso das ciências em oposição ao tradicionalismo impulsionará o movimento filantrópico rumo a meta de formar o novo homem, prático e avesso à anarquia, exigência da nova ordem social que se tenta implantar. [...] O país volta-se para o modo de produção capitalista, onde o trabalho assume importância estratégica para o desenvolvimento econômico. O trabalho assume um caráter moral – através dele se honra e engrandece a pátria (RIZZINI, 1993, p. 48).

Ressalta-se que instituições filantrópicas religiosas instalaram-se no Brasil a partir do século XIX, quando o Estado separou-se da Igreja. Dessa forma, com intenção de prestar um serviço social e com o objetivo da ampliação da quantidade de fiéis, as referidas instituições passaram a compor a sociedade do Brasil.

As instituições religiosas atendiam basicamente órfãos e meninas e moças desvalidas. Os estabelecimentos mantidos pelo Estado atendiam a menores delinquentes, viciosos e abandonados do sexo masculino. Os particulares sem vínculo religioso, abarcavam um universo mais amplo da clientela ao atenderem órfãos, abandonados e desvalidos de ambos os sexos, embora os delinquentes ficassem a cargo do Estado (RIZZINI, 1993, p. 62).

Através do cuidado com o menor abandonado, e ganhando evidência as moças, os jovens pobres e desvalidos eram recolhidos por essas instituições filantrópicas e, a partir delas, adquiriam noções de comportamento, de higiene pessoal, de religião e instrução profissionalizante. Grande parte desses jovens, ao completarem a maioridade, era encaminhada ao mercado de trabalho. Dificilmente eles ficavam desocupados.

(...) A burguesia, através da filantropia, toma para si o dever e o poder de dirigir as vidas de jovens considerados propensos à criminalidade, como os abandonados, os pobres e até os já iniciados no crime, numa ação que se poderia chamar de preventiva. O objetivo era qualificar o jovem para o mercado de trabalho, evitando-se assim que viesse a engrossar as fileiras dos desocupados, a inevitável fronteira entre a legalidade e a ilegalidade (RIZZINI, 1993, p. 49).

Assim, com base nas leituras feitas sobre a educação de jovens pobres do século XIX, percebe-se uma preocupação exponencial como a questão da vadiagem. De acordo com Fraga Filho (1994) o pobre era necessário porque através de doações os mais abastados salvavam a sua alma ao doar aos necessitados, porém só era pacífica a convivência quando era possível



controlá-los. Num período de aumento da população residente nas ruas, a aversão, o medo e a intolerância reinavam entre as elites, que não aceitavam a ideia de “vadiagem”. Esta consistia no ganho fácil através das esmolas e no grande período de tempo em que as pessoas ficavam ociosas.

Ainda na concepção de Fraga Filho (1994), havia uma evidente aversão social em relação aos trabalhos subalternos. Os ex-escravos que não foram socialmente inseridos habitavam as ruas em busca da caridade alheia. Como haviam acabado de sair da condição de escravos, não queriam exercer trabalhos que fossem ligados aos seus antigos ofícios, que eram denominados “trabalho de escravos” e de forma similar pensavam os pobres não escravizados, que exercer os ofícios de escravos, seria aumentar ainda mais a sua condição de pobre.

A mendicância era para muitos pobres uma forma de ganhar a vida, que dispensava os meios socialmente legitimados, mas que se mostravam menos dignos e, quem sabe, menos compensadores de fazê-lo. Para muitos pobres mendigar era mais honroso do que fazer “trabalho de escravo” (FRAGA FILHO, 1994, p. 40).

As remunerações desses sujeitos eram tão baixas que tirar esmolas acabava por ser mais rentável e digno do que se submeter a tais labores. Dessa maneira, destaca-se que o estado de pobreza e de abandono dessas populações, pelo poder público, somada à necessidade de prover o sustento próprio, ocasionou o aumento da quantidade de mendigos nas ruas.

Na perspectiva dos pobres livres, o que era considerado vadiagem, ociosidade, preguiça e indolência poderia ser uma forma de não se deixar explorar ou dominar pelas redes de poder senhorial. Os contemporâneos repetidamente se referiram à recusa dos homens livres pobres em fazerem as mesmas tarefas de escravos e viam isso como a expressão de preguiça e indolência (FRAGA FILHO, 1994, p. 92).

Assim, quando a miséria era extrema e/ou as enfermidades abatiam-se sobre eles, era comum que buscassem por auxílio nas casas de caridade, tais como: as Santas Casas de Misericórdia, os asilos e o Hospital da Caridade. Nesse sentido, percebe-se que a assistência social estava ligada aos religiosos e que o Estado pouco fazia por esse grupo de pessoas carentes que vivia na mais extrema pobreza.

De modo próximo, crianças recém-nascidas eram deixadas nesses espaços; escravos doentes – que foram abandonados pelos seus senhores porque haviam se tornado inúteis, não

gerando mais renda –; pobres que não tinham condições de ter uma vestimenta adequada; enfermos de todas as idades, etnias e grupos marginalizados, tais como viúvas pobres, idosos desabrigados, moribundos que buscavam um último alento, além de outros grupos de necessidade semelhante, são apenas algumas das demandas que as casas de filantropia geriam.

Vale salientar que esses estabelecimentos não davam conta de abarcar toda essa série de solicitações, o que ocasionou o endurecimento das leis em relação à mendicância e, consecutivamente, à vadiagem. Era necessário ser digno das esmolas e, ao pedir, não incomodar os que faziam a caridade.

[...] em sessão da Câmara, de 8 de janeiro de 1835, o vereador Luiz Gonzaga Pau Brasil apresentou uma proposta de postura em que condicionava o pedido de esmolas para festejos de santos à autorização do juiz de paz ou capelão onde aconteciam as celebrações. O camarista defendia sua proposta afirmando que "muitos individuos dos que vivem à custa alheia lanção mão de certas imagens, e assim vagando pelas ruas d'esta cidade extorquem dos seus habitantes muitas esmolas". O8 que esmolassem sem autorização e ludibriassem o público, seriam punidos com 8 dias de prisão (FRAGA FILHO, 1994, p. 48).

Mulheres, crianças, viúvas, órfãs e idosos eram indivíduos que, de acordo com as ideias propagadas entre o final do século XIX e início do XX, eram dignos de serem assistidos pela filantropia. Fraga Filho (1994) ainda nos traz a noção de que as autoridades policiais faziam distinção entre os mendigos que o eram por necessidade e aqueles que o faziam por oportunidade, havendo ainda os que iam às ruas em busca da caridade alheia porque ocasionalmente ficavam sem empregos ou por causa dos desastres naturais que sempre vitimizavam os mais pobres gerando o aumento da sua condição de pobreza.

A criminalização da vadiagem se constituiu em um poderoso recurso de controle extra-econômico utilizado pelas autoridades no sentido de constringer os homens pobres livres ao trabalho. [...] as autoridades policiais das freguesias podiam obrigar vadios e ociosos a tomar ocupação "honesta" dentro de prazo determinado. Se isso não acontecesse, O8 desocupados admoestados ficavam sujeitos à prisão ou expulsão da freguesia em que residia (FRAGA FILHO, 1994, p. 91).

Com esse entendimento, reitera-se que os que mendigavam por necessidade, na maioria das vezes, eram doentes ou inválidos que não tinham mínimas condições de trabalhar para se sustentar. Os desempregados que perderam os seus empregos pediam esmolas uma vez que não haviam encontrado um outro ofício, ao passo que situação semelhante viviam os trabalhadores do campo posto que, no momento em que secas ou enchentes atingiam o solo, também perdiam suas fontes de renda. Essas pessoas eram “aceitas” como mendigos, mas o

que ocasionava insatisfação e revolta aos governantes eram os pobres que viam na mendicância um “ofício digno” de sustento, justificando que melhor ganhavam esmolando nos espaços públicos do que realizando trabalhos braçais.

Geralmente tratavam-se de homens sadios que gozavam de plena saúde e que afirmavam ter “falsas moléstias” com o intuito de sensibilizar os transeuntes e, assim sendo, angariar esmolas para si mesmo. Esses eram considerados vadios e as milícias buscavam identificá-los para tirá-los das ruas ou por meio da prisão, ou através da inserção destes no Exército ou na Marinha, pois, assim, trabalhariam de forma honrosa para se sustentarem.

Nesse contexto, as noções de vadiagem e ociosidade encontram-se interligadas porque o vadio é um aproveitador da caridade humana e, ao mesmo tempo, um desocupado (leia-se ocioso) por não desenvolver um ofício laboral. Eis aqui a noção de ociosidade difundida no período em questão e que muito necessitava ser combatida pelas autoridades, através da repressão e/ou da reclusão dessas pessoas.

Complementando as ideias apresentadas, a obra de Foucault (1975) mostra o quanto era necessário para os governantes que as pessoas em estado de miséria social (mais precisamente os jovens) fossem controladas através da educação em moldes de reclusão. A ideia fundamental era moldar os impulsos e instintos amorais e errôneos, através da implantação da ordem, do rigor, da disciplina e da vigilância.

Foucault (1975) nos leva à compreensão da necessidade em controlar as ideias, os pensamentos e os impulsos das massas, de maneira que elas passem a responder aos estímulos e às ordens daqueles que os dominavam. Após a implantação de uma sociedade moderna, baseada na produção industrial e no acúmulo de capital, era fundamental que os pobres fossem educados e devidamente enquadrados nessa sociedade positivista.

Aqueles que seguiam bem as suas determinações sociais tornavam-se bons cidadãos, sendo bem vistos e inseridos nas fábricas. Os que deturpavam a ordem eram enviados às prisões com o objetivo de serem adestrados e reciclados para que, ao fim do período de reclusão, estivessem aptos para viver em sociedade. O exemplo dado pelo historiador foi a rotina de uma Casa de Detentos de Paris:

Tanto a rotina das fábricas quanto o cotidiano das prisões apresentavam grande rigor em relação à vigilância, à ordem e à disciplina. A vigilância deveria ser constante para que nenhum dos indivíduos conseguisse burlar as regras que lhes eram impostas.

O poder disciplinar, graças a ela [a vigilância], torna-se um sistema “integrado”, ligado do interior à economia e aos fins do dispositivo onde é exercido. [...] O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não

se detém como uma coisa, não se transfere como uma propriedade; funciona como uma máquina. E se é verdade que sua organização piramidal lhe dá um “chefe”, é o aparelho inteiro que produz “poder” e distribui os indivíduos nesse campo permanente e contínuo (FOUCAULT, 1975, p. 201-202).

A disciplina institucional apresentava grande rigor em relação aos horários dos serviços prestados, à rotina imposta que não dava espaço para que surgisse a ociosidade, que no período em questão era diretamente associada à vadiagem. Assim, havia uma ideia que fazia referência ao

(...) princípio da não-ociosidade; é proibido perder um tempo que é contado por Deus e pago pelos homens; o horário devia conjurar o perigo de desperdiçar tempo — erro moral e desonestidade econômica. Já a disciplina organiza uma economia positiva; coloca o princípio de uma utilização teoricamente sempre crescente do tempo: mais exaustão que emprego; importa extrair do tempo sempre mais instantes disponíveis e de cada instante sempre mais forças úteis (FOUCAULT, 1975, p. 179).

Com isso, o sujeito deveria produzir algo, ser útil, ser capaz de prover o seu próprio sustento sem ter que depender de outrem, do estado, ou de pequenos delitos. Nas fábricas deveriam trabalhar evidenciando ao máximo a sua capacidade de trabalho. Nos intervalos era fundamental alimentar-se e conversar apenas o essencial com os demais colegas, sempre pautando-se na seriedade e na disciplina. Era importante que nenhuma piada ou comportamento inadequado fosse visto nos corredores ou nas linhas de produção. O mesmo acontecia nas prisões e demais instituições de recolhimento. A quebra da disciplina ocasionava uma sanção disciplinar, uma punição. As “faltas” não poderiam ser deixadas de lado, já que a punição de um era o exemplo para o outro.

Dessa forma, na prisão, os internos deveriam ser recolhidos, punidos de suas transgressões através do afastamento social e reciclados a partir do trabalho pesado (que era digno) e da educação que lhes era fornecida. A correção desses indivíduos era uma tarefa árdua que implicava numa vigilância constante dos detentos. Como para disciplinar era necessário vigiar, a vigilância configura-se enquanto ferramenta do “poder disciplinar”.

A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna no aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar. [...] Mesmo movimento na reorganização do ensino elementar; especificação da vigilância e integração à relação pedagógica (FOUCAULT 1975, p. 200).

As demais instituições de reclusão também operavam baseadas nos princípios disciplinares descritos acima. O Exército, os conventos e os asilos foram os exemplos dados por Foucault (1975), em sua obra *Vigiar e Punir*. O Exército passou a disciplinar os seus soldados tendo por base o rigor e a disciplina dos religiosos e os asilos e demais instituições filantrópicas, por serem de cunho religioso, geralmente tornavam-se extensões dos conventos porque eram associados a eles.

Naturalmente, o modelo educacional implementado nestes também era utilizado pela filantropia, posto que se pautava na reclusão dos indivíduos como um dos meios de promover a educação e a disciplina de seus internos.

Durante séculos, as ordens religiosas foram mestras de disciplinas: eram os especialistas do tempo, grandes técnicos do ritmo e das atividades regulares. Mas esses processos de regularização temporal que elas herdaram das disciplinas os modificam. Afinando-os primeiro (FOUCAULT, 1975, p. 176).

A esse contexto somam-se duas questões: a necessidade do pobre em trabalhar e a urgência em tirar os jovens das ruas, porque os vadios causavam medo e desconforto às elites. Como era necessário “melhorar” a sociedade e educar o povo, as duas ideias se complementaram. Por causa disso, ainda durante o Império, o Estado passou a investir em educação, não apenas das elites como também dos grupos sociais mais pobres.

A análise da documentação histórica sobre a assistência à infância dos séculos XIX e XX revela que as crianças nascidas em situação de pobreza e/ou em famílias com dificuldades de criarem seus filhos tinham um destino quase certo quando buscavam apoio do Estado: o de serem encaminhadas para instituições como se fossem órfãs ou abandonadas (RIZZINI e RIZZINI, 2002, p. 13).

Portanto, era necessário que o jovem pobre deixasse de ser vadio e se tornasse trabalhador e foi, nesse contexto, que surgiu o Asilo Nossa Senhora de Lourdes. A referida instituição foi criada em 1879 na cidade de Feira de Santana – Bahia. Esta cidade sempre apresentou características peculiares em relação à política e à sociedade como um todo. De acordo com Poppino (1968), autor de tradicional livro sobre a cidade de Feira de Santana, era um município onde os ventos republicanos e abolicionistas se faziam presentes.

A suposição que se tem, de acordo com as ideias do pároco Ovídio, é que o surgimento do Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi motivado pela necessidade de retirar a grande quantidade de crianças e jovens negros, filhos de ex-escravos, que ficavam vagando

pelas ruas sem amparo social e sem ter para onde ir, não tinham como se sustentar também e, como eram muitos, acabou que isso ocasionou um grande problema social na cidade. Então, um grupo de ricas senhoras católicas chamadas Senhoras da Caridade, passaram a desenvolver alguns trabalhos sociais como a arrecadação de alimentos para montar cestas básicas que eram doadas às famílias carentes. As receitas angariadas através de doações

[...] se referem ao trabalho das Senhoras da Caridade instituídas por ele [Padre Ovídio] como suporte de sua obra de trabalho evangélico de sustentar órfãs como o Pai do céu cuida das avizinhas do céu e dos lírios do campo (MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES, s.a., p.7).

Essas senhoras começaram a idealizar a fundação de um asilo que pudesse acolher e educar essas crianças abandonadas. Em diálogo com o pároco da cidade, Padre Ovídio Alves Boaventura, tiveram a ideia de fundar o Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

Anos mais tarde, após o falecimento do Padre Ovídio, um grupo de irmãs da Ordem do Santíssimo Sacramento estava para chegar ao Brasil e à cidade de Feira de Santana. A partir do momento em que elas já estivessem alojadas na cidade, passariam a organizar e administrar a referida instituição em conjunto com o pároco e as Senhoras da Caridade, o que assim ocorreu a fundação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

Alguns trabalhos já trataram das questões asilares no período do Segundo reinado e da Primeira República. O trabalho de Alan Cerqueira (2016) “De Órfãos a Trabalhadores Trajetórias Das Crianças Expostas No Asilo Nossa Senhora Da Misericórdia (1862-1889)” buscou tratar das crianças abrigadas no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia. O autor analisou os motivos que levaram as famílias a abandonarem os seus filhos no Asilo dos Expostos, tendo como marco temporal o período que compreendeu a sua fundação em 1862 até a implantação da República em 1889.

A necessidade de educar e profissionalizar os enjeitados era contumaz no período em evidência, já que a ideia era a educação da mão de obra livre que viria a substituir os escravos numa sociedade marcada por uma elite branca que possuía poderes políticos, econômicos e sociais que excluía aqueles que não seguiam o seu padrão. Questões como a preocupação em retirar das ruas as crianças, de educar as moças para o matrimônio e a vida doméstica e a associação da filantropia com a religião também foram tratadas nesse texto.

Andréa Rodrigues (1998), em seu trabalho *Infância Esquecida Salvador 1900 -1940*, buscou analisar como os discursos acerca do cuidado e da proteção com a infância ocorreram e as maneiras encontradas pelos governantes e demais membros da sociedade (como juristas e

médicos) de centralizar as atenções das políticas públicas a fim de tratar desse problema social que era a presença de vários jovens nas ruas. Em sua pesquisa, o Asilo dos Expostos também foi pesquisado, porque se tratava de instituição de caridade que acolhia e abrigava os jovens enjeitados.

De acordo com as fontes, inicialmente as jovens pobres órfãs, desvalidas e negras, eram o público alvo do asilo. Porém, com o passar do tempo, o asilo fundou um colégio feminino em regime de internato, que funcionava em paralelo à assistência social exercida às jovens órfãs. As fontes da pesquisa são as atas das reuniões de direção do asilo, bem como, alguns livros encontrados no acervo como o Index, revistas católicas da época que eram usadas como leitura complementar às jovens moças, jornais e fotografias da época. Os acervos que foram pesquisados se encontram no Colégio Padre Ovídio/Sacramentinas, no Museu Casa do Sertão – UEFS, no Jornal Folha do Norte, na Arquidiocese de Feira de Santana e no Arquivo Público de Cachoeira.

Como a História Social é a vertente da historiografia que abarca as demais áreas de estudos, contarei um pouco do desenvolvimento da história das mulheres, da história das crianças, fornecendo ao leitor o aporte teórico da pesquisa em questão. Michele Perrot (2006) nos traz à tona as características da importância de falar sobre a história das mulheres, de fazer com que as suas marcas na história sejam vistas e suas vozes ouvidas e o Phillippe Ariés (1978) nos mostra como ocorreu a construção do ideário infantil, em quais condições e submetidas a quais ordens sociais as crianças estavam inseridas.

Na perspectiva do debate sobre a questão dos jovens pobres e desvalidos, utilizou-se os trabalhos de Cynthia Greive Veiga (2000) e Solyane Silveira Lima (2015), que trazem o histórico da situação dos desvalidos no século XIX e como este era visto pela sociedade, buscando desconstruir a ideia de que esses sujeitos eram apenas aqueles que não tinha pais vivos.

Assim, para a sociedade, abandonado era toda criança ou jovem que se encontrava em situação de extrema pobreza e cujas famílias ou cuidadores não dispunham de condições para prover uma educação de qualidade baseada nos princípios morais, religiosos, higienistas e éticos.

No capítulo 1 foi realizado um apanhado teórico, evidenciando quais foram as principais linhas de teoria da história que foram utilizadas na pesquisa. Temáticas como História Social, História das Mulheres e História das Crianças foram esmiuçadas por se tratar dos subtemas trabalhados na dissertação.

No capítulo 2 construiu-se um panorama histórico, político e social do surgimento da república e do amadurecimento da ideia de institucionalização da educação. As questões educacionais atreladas às noções de civilidade e de modernidade, a necessidade de institucionalizar a educação e os serviços educacionais ofertados para as distintas camadas sociais, bem como suas principais características. Também será abordado o papel da filantropia como meio de salvar a juventude abandonada do Brasil.

No capítulo 3 os sujeitos que compuseram o asilo foram explicados, evidenciando a importância dos grupos religiosos (Padre Ovídio, Irmãs Sacramentinas e a Pia União das Filhas de Maria) na fundação e manutenção da obra filantrópica em estudo.

No capítulo 4 as características educacionais e a importância do Asilo Nossa Senhora de Lourdes para a cidade de Feira de Santana serão discutidas a fim de ampliar o entendimento de como se dava a educação de jovens pobres e desvalidos na referida instituição.



## CAPÍTULO I: HISTÓRIA SOCIAL, DAS MULHERES E DAS CRIANÇAS

### 1 HISTÓRIA SOCIAL

O conceito de “história social” nasceu no século XX, a partir do movimento da Escola dos Annales. O termo em referência é utilizado por historiadores para demarcar um novo momento da história, delimitando, assim, uma nova historiografia a partir da qual houve uma ampliação do campo de estudos e de pesquisas dos historiadores. De acordo com Barros (2005, p. 10):

Podemos fixar a História Social como modalidade que começa a aparecer de maneira auto-referenciada por ocasião do surgimento na França do Grupo dos Annales, e que naquele momento principia a se mostrar claramente construída – ao lado da História Econômica – por oposição à História Política tradicional.

Esses pesquisadores passaram a ouvir os relatos das pessoas, a estudar as vivências de grupos sociais historicamente excluídos, tais como: mulheres, crianças, idosos, menores abandonados, pobres, etc. Assim, iniciou-se em escala mundial, a construção e a escrita de uma história mais plural, mais completa e mais humana, deixando de lado as narrativas oficiais e passando a ouvir a voz do povo.

Combatiam, enfim, uma história que se furtava ao diálogo com as demais ciências humanas, a antropologia, a psicologia, a linguística, a geografia, a economia e, sobretudo, a sociologia, a rainha das disciplinas humanísticas na França desde a obra de Durkheim (CARDOSO e VAINFAS, 2011, p. 120).

Dessa forma, destaca-se que o movimento dos Annales surgiu na primeira metade do século XX e buscava evidenciar a necessidade em estudar as falas, os discursos e os aspectos sociais mais ligados às questões culturais. Nesse ínterim, ocorreu o surgimento da “história-problema”, que se desapegou e se distanciou da tradicional história política e econômica tão pesquisada pelos historiadores marxistas.

Uma história de estruturas em movimento, com grande ênfase no estudo das condições de vida material, embora sem qualquer reconhecimento da determinância do econômico na totalidade social, ao contrário do proposto pela concepção marxista da história (CARDOSO & VAINFAS, 2011, p. 120).

Assim, métodos, temas e fontes foram ampliados e aperfeiçoados, juntamente com a metodologia aplicada à pesquisa. Ocorreu um processo de especialização das áreas de pesquisas e estudos da História. Os Annales eram contra uma história tradicional e factualista.

[...] a História Social e a História Econômica do século XX começaram a ser edificadas a partir de um contraste com a velha História Política que se fazia no século XIX e isto resultou, aliás, no provisório abandono de alguns objetos por estas novas sub-especialidades (por longo tempo, desapareceriam da prática historiográfica profissional do século XX a biografia de personalidades políticas importantes e a história das grandes batalhas, temas que depois retornaram nas últimas décadas do século XX) (BARROS, 2005, p. 5-6).

A história tradicional que retratava os grandes feitos políticos e administrativos perdeu a sua posição de mola propulsora das pesquisas em História, dando espaço aos temas inerentes à História Cultural, a exemplo: a história das mulheres, a história dos negros, a história dos loucos, as oralidades daqueles que presenciaram fatos históricos e que nunca tiveram os seus pontos de vista analisados e compreendidos. Em suma, trata-se da história dos excluídos e o estudo desse passado é o principal foco desse grupo de historiadores franceses.

Todo ser humano tem consciência do passado (definido como o período imediatamente anterior aos eventos registrados na memória de um indivíduo) em virtude de viver com pessoas mais velhas. Provavelmente todas as sociedades que interessam ao historiador tenham um passado, pois mesmo as colônias mais inovadoras são povoadas por pessoas oriundas de alguma sociedade que já conta com uma longa história. Ser membro de uma comunidade humana é situar-se em relação ao seu passado (ou da comunidade), ainda que apenas para rejeitá-lo. O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações (HOBSBAWN, 1997, p.17).

A partir dos anos 1950, os historiadores passaram a utilizar a história cultural como: “abordagem capaz de recortar um campo específico de problemas a serem formulados à disciplina histórica” (CARDOSO e VAINFAS, 2011, p. 42). Essa ênfase culturalista veio ganhando espaço e adesão dos pesquisadores desde os anos 1930, com a 1ª geração dos Annales, que trouxe a noção e a relevância em estudar aspectos como os costumes e as tradições nacionais.

[...] a mais importante contribuição do grupo dos Annales, incluindo-se as três gerações, foi expandir o campo da história por diversas áreas. O grupo ampliou o território da história, abrangendo áreas inesperadas do

comportamento humano e a grupos sociais negligenciados pelos historiadores tradicionais. Essas extensões do território histórico estão vinculadas à descoberta de novas fontes e ao desenvolvimento de novos métodos para explorá-las. Estão também associadas à colaboração com outras ciências, ligadas ao estudo da humanidade, da geografia à linguística, da economia à psicologia. Essa colaboração interdisciplinar manteve-se por mais de sessenta anos, um fenômeno sem precedentes na história das ciências sociais (BURKE, 1992, p. 98).

É válido destacar que o período dos anos 1930 é marcado por uma série de fatores de ordem política, econômica e social. O mundo vivia o entre guerras e observou o surgimento dos regimes totalitários (Fascismo, Nazismo, Stalinismo); passou por uma grande depressão econômica (a quebra da bolsa de New York); viu o nascimento de novos países (Hungria, Áustria, etc); passou pelo processo de descolonização da África (potências imperialistas ainda dominavam territórios africanos) e todos esses eventos exigiam dos pesquisadores das áreas das ciências humanas um estudo e análises mais profundas do que apenas a percepção da história vista sob a ótica dos vencedores.

Como os eventos descritos anteriormente não podiam ser pensados em sua completude, apenas pesquisados pelos historiadores, os Annales compreenderam que era necessário ter o diálogo entre as distintas áreas das ciências sociais, a fim de justificar e analisar as transformações que estavam em curso naquele período. Graças a isso, a História passou a dialogar com as áreas de Sociologia e Antropologia.

A acolhida aos Annales, nunca se confinou às fronteiras da história. Um movimento que se fundamentou em tantas das “ciências do homem” atraiu naturalmente o interesse dessas disciplinas. Embora seja difícil mapear a influência da história sobre a sociologia, por ser a primeira menos teórica do que a segunda, vale a pena tentar a empresa (BURKE, 1992, p. 91).

A partir disso, a história social passou a estudar “as classes, os grupos sociais, as categorias socio profissionais. As relações entre estrutura, conjuntura e comportamento social definiriam, assim, o campo específico a ser recortado” (CARDOSO e VAINFAS, 2011, p. 44).

As ciências sociais passaram por um processo de historicização, o que culminou no desenvolvimento da proposta culturalista do movimento dos Annales. Apesar da defesa das temáticas culturais, é importante salientar que mesmo lidando com tais perspectivas, não é possível isolar essas temáticas, posto que toda vida estudada está contida na sociedade, logo, faz parte da História Social. “A história social não pode ser mais do que uma especialização

como a história econômica ou outras histórias hifenizadas, porque seu tema não pode ser isolado” (HOBSBAWM, 1997, p.72).

O historiador que trabalha com história social sabe que não pode deixar de englobar, em sua pesquisa, aspectos como: economia, mentalidades, sexualidade, dentre outros. Sendo assim, e usando desse argumento, a presente pesquisa da área de História da Educação busca traçar, em primeiro momento, uma análise sobre o contexto histórico da República Velha a fim de levar ao leitor as características políticas, econômicas e sociais que levaram os administradores e políticos brasileiros a pensar e repensar as questões inerentes à educação dos pobres e à condição dos desvalidos. Nesse sentido, aponta-se que

A história da sociedade é, portanto, uma colaboração entre modelos gerais de estrutura e mudança social e o conjunto específico de fenômenos que de fato aconteceram. Isso é verdade e independe da escala geográfica ou cronológica utilizada em nossas investigações (HOBSBAWM, 1997, p.77).

Questões inerentes à presença de instituições filantrópicas, a dominância da religião católica na cidade de Feira de Santana, no início do século XX, e o desenvolvimento de uma educação feminina voltada à religiosidade e à profissionalização de jovens pobres e desvalidas também são âmbitos sociais que os historiadores buscam – e devem estudar – partindo do princípio de que tais questões vinham sendo minimamente pesquisadas e que, sob a ótica dos Annales, devem ser impulsionadas, desenvolvidas e estudadas como uma maneira de conhecer mais a fundo o município em questão, suas peculiares características e a maneira como a vida transcorria nele.

### **1.1 História das mulheres**

A história das mulheres tem pouco tempo que vem sendo pesquisada, já que esse grupo social levou um longo período vivendo na “invisibilidade”. A elas, estava destinada a vida privada, cheia de recatos e de provações e a eles, os homens, era destinada a vida pública aberta a várias possibilidades e com vastas tomadas de decisões políticas, econômicas e sociais.

Nesse silêncio profundo, é claro que as mulheres não estão sozinhas. Ele envolve o continente perdido das vidas submersas no esquecimento no qual se anula a massa da humanidade. Mas é sobre elas que o silêncio pesa mais. E isso por várias razões (PERROT, 2006, p. 16).

Falar da história das mulheres significa abrir diários antigos, registros pessoais, analisar obras de arte, músicas, cantigas e buscar perceber como se dava a participação delas

na história, nos diferentes momentos e períodos históricos. Infelizmente há uma escassez grande em relação às fontes produzidas, porque tem pouco tempo que os espaços privados tornaram-se objetos de estudos. Com a ampliação das fontes e dos métodos de pesquisas (em parte graças aos *Annales*), as mulheres ganharam espaço, conquistando os pesquisadores.

[...] baús de enxovais e arcas de madeira: os papéis que contavam nascimento e morte, as cartas dos noivos, maridos e filhos nas guerras em lugares distantes, lista de tarefas domésticas, diários que registravam fatos corriqueiros ou somente sonhos femininos, cardápios de jantares, (...) Enfim, um sem número de pequenas coisas representativas do tempo em que se viveu, da vida que se levou e de todo um universo feminino aprisionado entre a poeira dos objetos guardados” (ALMEIDA, 1998, p. 46).

As principais ações políticas, econômicas e sociais eram decididas por homens. É raro as mulheres “aparecerem” na história ocupando papéis de destaque, como por exemplo, Cleópatra, Joana D’Arc ou as rainhas inglesas Vitória, Elizabeth I e Elizabeth II. Retoricamente, analisando as narrativas factuais, parecia que as mulheres estavam “fora dos acontecimentos”. Parafrazeando Michelle Perrot (2006, p. 16) “confinadas num silêncio de um mar abissal”.

Quando se faziam presentes nas narrativas, ocupavam papéis bem dicotômicos. Ou tratava-se de pessoas puras, recatadas, religiosas ou, quando ocupavam e tinham lugares sociais relevantes, eram desvirtuosas, impetuosas, amorais (toda essa adjetivação era porque elas agiam como os homens). Vamos analisar esses ícones?!

Cleópatra, rainha egípcia, era sexualmente depravada porque gostava de namorar. Não quis se casar e teve quatro filhos com homens diferentes, inclusive um deles era casado. Transformou o Egito em um grande império e era uma das pessoas mais influentes da Antiguidade Oriental. Mesmo assim, as lembranças de sua vida pessoal sobrepõem as da grande administradora e líder política que ela foi.

Lembramos dela também pelas razões erradas. Soberana capaz, esclarecida, soube construir uma frota, eliminar uma insurreição, controlar uma economia, aliviar a fome. Um eminente general romano confiava em sua visão de assuntos militares. (...) Mesmo assim, ainda é considerada uma tentadora ardilosa, e não é a primeira vez que uma mulher genuinamente poderosa é transformada numa mulher desavergonhadamente sedutora (SCHIFF, 2010, p. 7).

Joana D’Arc era masculinizada e anti-referência do ideal feminino porque liderava o Exército Francês. A Rainha Elizabeth I, conhecida como a “rainha virgem” assumiu o trono

inglês aos 25 anos, depois dos homens da linhagem real virem ao óbito. Não se casou e, conseqüentemente, não deixou herdeiros legítimos, o que foi um escândalo à época. Até porque o casamento significava, em tese, a manutenção dos poderes e riquezas nas mãos das famílias nobres.

A Rainha Vitória só pôde reinar, quando seu marido o Príncipe Albert faleceu. Após isso, aquela que antes ocupava um lugar secundário na administração real mediando os diálogos entre o povo e o Parlamento, passou a administrar a Inglaterra de modo a elevá-la a maior potência do século XIX, no denominado período de “Paz e Abundância”. Que, de acordo com Perrot (2006, p. 18) “é preciso ser piedosa ou escandalosa para existir”.

Estes foram apenas alguns exemplos, dentre tantos, que evidenciaram as caricaturas e deturpadas interpretações feitas às mulheres. O que sabemos sobre elas, sobre nós, é em grande parte originado dos discursos e descrições que os homens lhes faziam.

Novamente destaco a questão da escassez das fontes primárias escritas, agora por um outro motivo: a educação chegou às mulheres tardiamente. O pouco que aprendiam deveria ser o suficiente para que soubesse escrever uma receita, ler uma informação importante para o marido ou para acompanhar os estudos dos filhos, guiando-os no caminho certo a fim de formar “cidadãos modelos”.

Manter a mulher calada, silenciada e resignada à vida privada significou a manutenção da ordem social durante longo período. A ela destinava-se o cuidado do lar, do marido e dos filhos, os quais deveriam ser educados para ocuparem posições sociais de destaque. De acordo com Perrot (2006, p. 17) “em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas”. As moças deveriam ser puras, castas e recatadas para que, assim, pudessem ter bons casamentos. Para elas o matrimônio significava ascensão social, já que ela teria a chance de ter o seu próprio núcleo familiar.

A questão do símbolo a que a mulher era atribuída tinha destaque. Ela simbolizava (ou pelo menos deveria) o ideal de mãe e esposa dedicada. Não deveria ser mais inteligente que o marido e, em nenhum aspecto, superior a ele. Os seus anseios não eram ouvidos e as suas vozes eram silenciadas, uma vez que a “forma como a imagem da mulher de um contexto foi engendrada e articulada, e os papéis lhe foram atribuídos, constituem um sentido, uma representação e um discurso histórico” (PERROT, 1997, p. 22).

Na clausura dos seus quartos, à luz de velas e de maneira discreta, mantinham seus diários onde falavam de medos, paixões, sonhos e sentimentos em geral. Memórias escondidas, registradas com letras infantis, e que tão logo alcançassem a maturidade e a

seriedade do casamento, deveriam ser apagadas, destruídas, em prol da manutenção da honra e da boa conduta dessas mulheres, que eram reféns de suas próprias vidas.

As mulheres deixam poucos vestígios diretos, escritos ou materiais. Seu acesso à escrita foi tardio. Suas produções domésticas são rapidamente consumidas, ou mais facilmente dispersas. São elas mesmas que destroem, apagam esses vestígios porque os julgam sem interesse. Afinal, elas são apenas mulheres, cuja vida não conta muito. Existe até um pudor feminino que se estende à memória. Uma desvalorização das mulheres por si mesmas. Um silêncio consubstancial à noção de honra (PERROT, 2006, p. 17).

Vamos aparecer nos arquivos, nos interrogatórios, nos testemunhos. Vamos ocupar espaços que não sejam apenas os familiares. Pobres, vamos brigar pelos preços dos grãos. Camponesas, buscaremos resistência aos casamentos arranjados, sacrificando os filhos. Ricas, participaremos de bailes para a propagação dos ideais iluministas.

Interrogatórios, resultados das investigações para instrução dos processos, testemunhos, permitem abordar, de alguma forma, as mulheres das classes populares em suas realidades cotidianas. Ouve-se o eco de suas palavras que os comissários de polícia, ou os próprios policiais, esforçam-se por registrar, e mesmo por traduzir. Percebem-se as reticências, a imensidão do não-dito. Sente-se o peso do seu silêncio (PERROT, 2006, p. 27).

E na medida em que a História se profissionalizou, percebemos as falas, os costumes dos nossos tempos antigos. Também descobrimos que juntas somos mais fortes. Saímos da “construção do imaginário coletivo”, como diria George Duby, para as universidades durante os anos 1930, buscando nas pesquisas nos descobrir e redescobrir. As vozes, há tanto silenciadas, passaram a ser ouvidas, gritadas, escritas.

As meninas dos asilos é um desses grupos que buscamos compreender, num contexto em que viver em condição de rua significava, em algum momento, adentrar no mundo da prostituição, a reclusão parecia ser um caminho mais atrativo do que a vivência diária com as dificuldades e intempéries da vida nas ruas.

A busca por igualdade de direitos, lutas das feministas, e a ocupação das cátedras, a partir dos anos 1960 nos fez escrever nossas histórias, nossas memórias. Ocasinou o surgimento da História das Mulheres e o aporte teórico deveu-se graças às mudanças nos paradigmas oriundos do Movimento dos Annales. Por conta deles, mais especificamente da 3ª geração, os objetos de pesquisa foram ampliados, evidenciando, assim, uma transformação no panorama intelectual, mudando também a forma de escrever história, ou, melhor dizendo, as histórias.

Começamos a divulgar as nossas narrativas, a ocupar os nossos novos lugares sociais a partir da Grã-Bretanha, chegando depois a influenciar países como os Estados Unidos e a França. E após a década de 1970, as nossas histórias foram pesquisadas também em outras partes do mundo.

Passamos a ter acesso à cidadania, às ciências, descontinuando, assim, a ideia da máxima “por trás de um grande homem sempre há uma grande mulher”. Os discursos históricos, antigos e tradicionais que inferiorizavam a mulher, passaram por um processo de contestação. Escritos, estes, que são predominantes em leituras bíblicas, científicas e políticas ao longo da história. A participação das mulheres, na sociedade, passou a ser ativa. Agora, para manter a ordem, é necessário garantir esses espaços a nós. Empregos, faculdades, universidades, vida pública, decisões políticas, vamos conquistando lugares que são nossos por direito e que continuaremos lutando pela garantia e permanência neles.

## **1.2 História das crianças pobres no Brasil**

É importante considerar que, durante muito tempo, as crianças pobres brasileiras, tiveram uma história marcada por abandonos, mortalidades e dificuldades na criação. O abandono de crianças e o infanticídio eram comuns durante os dois primeiros séculos de dominação colonial. Era grande o número de filhos bastardos que pais e mães não queriam reconhecer.

A história do abandono de crianças é a história secreta da dor feminina, principalmente da dor compartilhada por mulheres que enfrentavam obstáculos intransponíveis ao tentar assumir e sustentar os filhos legítimos ou nascidos fora das fronteiras matrimoniais (VENÂNCIO, 2004, p. 189).

Nos campos era comum que os abandonados fossem acolhidos como “filhos de criação”, mas nas cidades, por conta do seu custo de vida cada vez maior, as crianças eram abandonadas à própria sorte em casas de famílias mais estruturadas ou nas Rodas dos Expostos.

No campo, espaço das transformações lentas, o abandono raramente ocorria e vários enjeitados acabavam sendo adotados como “filhos de criação” ou agregados por famílias estruturadas; na cidade, o ritmo acelerado das transformações provocava desequilíbrios. Não havia casas para acolher todos os forasteiros, não havia mercado de trabalho livre suficientemente desenvolvido para absorver quem precisava sobreviver a custo do próprio suor. A cidade agregava os pobres e não sabia o que fazer com eles (VENÂNCIO, 2004, p. 190).



A vida nas cidades, a partir do século XVIII, tornou-se muito mais difícil porque não havia lugar e, tampouco, espaço para todos. A ausência de uma vida financeiramente estabilizada e a presença de uma nova criança significava o aumento da condição de pobreza, a qual alguns núcleos familiares estavam submetidos. Assim sendo, o abandono das crianças, ainda recém-nascidas, ocasionaria a manutenção do “equilíbrio familiar” dentro do estado de pobreza. As Rodas dos Expostos nas Santas Casas de Misericórdia foram amplamente utilizadas com essa finalidade.

As mulheres que trabalhavam em ocupações esporádicas ou eram quituteiras, lavadeiras e vendeiras viviam muitas vezes no limiar da pobreza. Nas épocas de aumento do preço dos alimentos, elas podiam recorrer ao socorro público na esperança de mais tarde recuperar o filho. Nesses casos, o abandono resultava da miséria e indignação e não da condenação moral aos amores ilícitos (VENÂNCIO, 2004, p. 200).

Mas não pensem que apenas as crianças de colo eram enjeitadas. Aquelas acima de cinco anos de idade também eram entregues às Santas Casas de Misericórdia quando as famílias não tinham recursos para mantê-las. Eram comuns as promessas de retornar para buscar o seu rebento, mas, geralmente, isso não acontecia por dois motivos: 1º) porque dificilmente a condição financeira das famílias pobres melhoravam e 2º) por conta dos altos índices de mortalidade nos espaços que acolhiam os enjeitados. Chegava a existir uma 3ª possibilidade, a de que as crianças fossem adotadas por famílias que iriam lhes impor um regime análogo à escravidão, obrigando-lhes a realizar afazeres domésticos e demais serviços subalternos.

Como visto anteriormente, dentre as classes pobres o abandono era causado por causa das dificuldades econômicas em custear a vida da criança. No entanto, as mulheres ricas o faziam em prol da manutenção da honra e da moral.

Uma interpretação bastante conhecida consiste em atribuir o abandono à dupla moral comum às famílias brasileiras. Entre a população branca, o comportamento feminino austero era regra imposta e fiscalizada [...] A instalação da Roda procurava evitar os crimes morais. A instituição protegia as brancas solteiras dos escândalos, ao mesmo tempo que oferecia alternativa ao cruel infanticídio (VENÂNCIO, 2004, p. 198).

Destaca-se que jovens moças solteiras de famílias abastadas e que davam a luz, recorriam à Roda dos Expostos para doarem seus filhos, a fim de não mancharem a honra e o nome de suas famílias, já que no período em questão era incomum e uma vergonha ser mãe solteira. Era uma maneira de esconder a prova do delito moral.

Os filhos desta legião de miseráveis e desclassificados sociais constantemente conheciam o cruel caminho do abandono. Contudo, não só a miséria alimentava as Rodas e domicílios com pequenos enjeitados. Em algumas circunstâncias, mulheres brancas, até mesmo de boa estirpe, também enjeitavam os filhos. Nesses casos, o gesto resultava da condenação moral e familiar frente aos amores proibidos, mas é necessário todo cuidado ao interpretarmos as formas assumidas por esses abandonos (VENÂNCIO, 2004, p. 192).

Analisando os dados expostos, é perceptível o fato de que não há uma predominância das classes pobres em relação ao abandono de vulneráveis. Esta era uma prática permitida, em que não havia investigações sobre a origem dos abandonados, acerca de quem seriam seus progenitores e as maneiras de abandono eram distintas no campo e nas cidades, como já foi explicado anteriormente. Na concepção da época era menos amoral rejeitar as crianças do que matá-las.

A existência de numerosas instituições destinadas a enjeitados revela, em certo sentido, uma atitude complacente das autoridades metropolitanas em relação ao abandono. O mesmo não podemos afirmar quando o assunto é infanticídio e aborto. Considerados criminosos, eram tomados também como práticas heréticas e demoníacas (VENÂNCIO, 2004, p. 204).

Assim, reitera-se que nos centros urbanos ainda havia a possibilidade de “acolhimento temporário”, através das cuidadoras pagas pelo Estado para acolher as crianças enjeitadas entre 0 e 7 anos de idade. Essas moças acolhiam os abandonados a fim de receberem o custeio do Governo. Porém as verbas destinadas a esse fim eram poucas e os maus tratos aos jovens eram frequentes.

O auxílio aos expostos premiava os criadores com valores inferiores aos do mercado de amas escravas. A casa dos expostos e câmaras quase sempre dependiam da generosidade alheia. Alguns proprietários ou mulheres livres aceitavam manter enjeitados recebendo muito pouco ou nada por isso; alegavam estar pagando promessas. Os pregadores coloniais não se cansavam de repetir que acolher enjeitados representava uma extraordinária demonstração de fé (VENÂNCIO, 2004, p. 194).

Se tivessem alguma sorte os acolhidos poderiam continuar com suas mães adotivas após os 7 anos de idade. Contudo, grande parte delas ou falecia ou eram devolvidas às Santas Casas de Misericórdia.

Dessa forma, tanto nos ambientes das Santas Casas de Misericórdia quanto nas casas das criadeiras, a vida dos enjeitados oscilava entre o pseudo-abandono e a quase condição de

escavidão. Evidencia-se que eram raros os casos em que as crianças eram tratadas como membros da família, sendo devidamente incorporadas a elas. Isso geralmente acontecia quando alguma senhora buscava adotar a criança porque ela havia acabado de perder seu próprio filho. Ou então quando senhoras não conseguiam engravidar e recorriam às Santas Casas a fim de ter uma criança para cuidar, para chamar de sua.

Como percebemos até aqui, o cuidado com a criança era mínimo e exercido de mau jeito porque a alimentação e os acessórios fornecidos a elas ocasionavam o enfraquecimento e o adoecimento desses seres. Conforme destaca Venâncio (2004, p. 214) “a negação da maternidade implicava na multiplicação de mães mercenárias e mães escravas de aluguel que empregavam desastrosas técnicas de amamentação artificial, levando milhares de bebês à morte”.

O século XIX entrou da mesma maneira, dando às crianças um lugar de exclusão na sociedade já que elas não geravam riquezas, conseqüentemente, não proviam seu próprio sustento. Os índices de mortalidade continuaram altos. De acordo com a concepção cristã do período, era bom quando os recém-nascidos faleciam antes de completarem 1 ano de nascidos. Significava que eram tão bons e puros que Deus os tinha chamado para conviver ao seu lado. Eram realizadas festividades por causa do falecimento dos chamados “anjinhos”. Exemplo disso é a notícia do Jornal Folha do Norte: “Voou aos ceos no dia 11 do mez corrente uma filhinha do nosso amigo e religiogissimo Venceslau Moraes, contando apenas 8 meses de vida” (JORNAL FOLHA DO NORTE, 1909, p. 3).

Com isso, as crianças começaram a ganhar notoriedade social quando o Governo, em meados do século XIX, compreendeu que os jovens precisavam ser educados em ambientes institucionais a fim de se prepararem para uma nova sociedade moderna que se encontrava em vias de transformação e de modernização. Dessa forma, quando os jovens ganharam a importância de se tornarem porta-vozes de um novo momento histórico, em que a infância precisava ser educada para que essa nova geração aderisse aos novos princípios modernos, baseados no afastamento gradual das crenças e da educação religiosa, a qual sempre justificava as ações humanas.

Assim, a educação entre meados do século XIX e início do século XX foi estruturada. Foi assim que ocorreu a fundação das escolas públicas nas vilas e cidades e o surgimento das Escolas Normais como locais de propagação de ideias e preceitos modernos. Então o jovem passou a ser enxergado em meio a uma sociedade adulta e paternalista.

Porém, aos jovens pobres e desvalidos a educação que lhes era fornecida não se pautava nesse ideário moderno e civilizador, mas sim nos princípios de reclusão e de

instrução técnica voltada ao mercado de trabalho porque os pobres devem se tornar menos ociosos e mais produtivos, gerando riquezas e contribuindo para o desenvolvimento social do país. São essas as características que veremos a seguir, no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO II: ASSISTENCIALISMO, FILANTROPIA E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA REPÚBLICA**

### **2 EDUCAÇÃO NO BRASIL DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA**

#### **2.1 Contexto político da Primeira República**

A sociedade brasileira, no final do século XIX e início do século XX, sofreu uma série de mudanças nos âmbitos político, econômico e social. Na política ocorreu a implantação do modelo republicano inspirado nos moldes positivistas (COSTA, 1999).

O Brasil foi um dos últimos países a implantar a República como modelo político. Isso se deu porque as bases coloniais (leia-se imperiais também) eram fortemente consolidadas e tinha sido sobre elas que o Império havia se solidificado (manutenção dos privilégios das elites, escravos como mão de obra, o Exército nas mãos do Imperador, o conservadorismo político e econômico, dentre outros). Então o processo de instituição da República, no Brasil, foi mais lento do que em outros lugares, como: Paraguai, Uruguai e Argentina, exatamente por conta das características evidenciadas acima.

A República foi conquistada a partir da influência política e econômica das elites cafejeiras, que no final do Governo Imperial fundou o Partido Republicano Paulista (PRP), o qual passou a pressionar o Imperador, exigindo mudanças políticas e sociais que viessem a beneficiar economicamente tais grupos.

As elites nacionais que pretendiam manter os seus privilégios políticos, econômicos e sociais passaram a fazer uma massiva propaganda negativa do Imperador e do seu governo como um todo, incitando o apoio de outras camadas sociais (comerciantes, membros do Exército, intelectuais, políticos, etc) à substituição da Monarquia pela República. Achavam que a Monarquia estava obsoleta porque: “(...) a centralização excessiva do governo monárquico, a vitaliciedade do Senado, a fraude eleitoral que possibilita ao governo vencer sempre as eleições e consideram a República a solução natural para os problemas” (COSTA, 1999, p. 387).

Buscavam, dentre o rol de exigências, a autonomia das províncias, a abolição da escravatura e o fim do Poder Moderador. Na questão econômica era necessário desenvolver a economia cafeeira sem ter que pagar tantos tributos ao Estado. Na questão social fazia-se necessário libertar os escravos a fim de que houvesse a substituição da mão de obra escrava pela assalariada para que, a partir dos ganhos salariais, os trabalhadores livres viessem a consumir o café em maior quantidade, movimentando ainda mais a economia nacional.

A República surgia como uma solução viável frente a tantos problemas socioeconômicos. A necessidade de modernizar a sociedade, como um todo, passou a ganhar corpo. Era preciso que não apenas a política fosse renovada, mas também o sistema agrícola, o modelo industrial, a arquitetura, o urbanismo e a educação.

Além disso, existia a presença de várias correntes políticas e teóricas que influenciaram políticos e intelectuais da época, tais como: anarquismo, socialismo, modernismo, dentre outros. Todos esses pensamentos tinham em comum a tônica em pensar o desenvolvimento de toda a nação através da educação. Como uma das maiores influências do período republicano era o positivismo contiano<sup>3</sup>, os governantes e alguns intelectuais da época, a exemplo Ruy Barbosa, afirmaram que a educação deveria ser teórica e que o ensino tinha de ser prático, fazendo surgir no indivíduo, desde criança, o desenvolvimento das competências e habilidades manuais.

É sob o aspecto industrial que a nossa experiência dos jardins de crianças promete os mais satisfatórios resultados. Numa idade tenra, quando o menino, como matéria plástica, se pode amoldar à vontade, começa uma educação apropriada a infundir-lhe a perícia da mão e a segurança do olhar. Várias espécies de mimosos trabalhos manuais formam-lhe a percepção, desenvolvem-lhe o gosto e exercitam-lhe a habilidade (BRASIL, v. X –1883, t. III, 1947:69).

Numa sociedade que caminhava para a modernidade, como a brasileira, fazia-se primordial que a educação moderna fosse independente da religião. Para os críticos ao Governo, a Proclamação da república foi “(...) a concretização de uma aspiração popular levada a efeito por um grupo de homens idealistas e corajosos que conseguiram integrar o país nas tendências do século” (COSTA, 1999, p. 387). O povo também teria que se modernizar passando a cultivar o belo e o artístico e substituindo seus comportamentos rudes por noções mais polidas. Enfim, mais do que uma mudança política, se fazia necessária uma transformação social completa.

Os teóricos, intelectuais e governantes tinham um árduo trabalho pela frente, já que de acordo com José Murilo de Carvalho (2002, p. 23) “(...) em 1872, meio século após a

---

<sup>3</sup> August Comte e Sant Simon foram os idealizadores, no século XIX, da corrente filosófica denominada Positivismo. Esse ideário defendia o princípio de que o conhecimento científico era a única forma de conhecimento verdadeiro, não consideravam o que não fosse comprovado cientificamente. Suas ideias chegaram ao Brasil no final do século XIX e início do século XX e influenciaram o país em várias áreas (Política, Economia, Educação, etc). O lema “Ordem e Progresso” da bandeira brasileira foi influenciado pelo Positivismo. Para mais informações ler: “Discurso Sobre o Espírito Positivo” (1848).

independência, apenas 16% da população era alfabetizada”. A necessidade em promover a escolarização do povo era diretamente proporcional à modernização do Brasil.

(...) os pobres, os populares, que até 1888 eram os escravos, os livres e os libertos; os ingênuos; os brancos pobres, brasileiros ou estrangeiros, como aponta a produção histórica, e que, após a Abolição, constituíram-se em negros e brancos pobres, tinham acesso a várias formas de linguagem, de leituras, entre elas o letramento escolarizado, inclusive a partir do uso de práticas e tradições populares, sistematicamente desqualificadas pelas elites, em um processo de dominação secular (SOUSA, 2006, p. 11).

Era preciso criar um modelo educacional que orientasse os membros mais jovens da sociedade brasileira sobre a maneira que deveriam agir, comportar-se e quais saberes deveriam ser adquiridos.

A Carta Constitucional de 1891 propagava o ensino laico no Brasil, incentivando a difusão das Escolas Normais que eram reconhecidas como locais de estudos, símbolos da modernidade. Após séculos de permanência de tais práticas educacionais, fazia-se necessário romper com isso e modernizar o setor educacional. Aliás, cabe ressaltar que, as ideias de abolição das práticas educacionais tradicionais vinham acontecendo desde a segunda metade do século XX.

Assim, o processo de escolarização da sociedade brasileira ocorreu de forma lenta e gradual. No início do século XIX, a partir da lei de 15 de outubro de 1827, surgiram as primeiras escolas públicas, as instituições de ensino profissional e multiplicaram-se as instituições filantrópicas asilares e de recolhimentos.

Dom Pedro, por Graça de Deus, e unanime aclamação dos povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil: Fazemos saber a todos os nossos subditos, que a Assembléa Geral decretou, e nós queremos a lei seguinte:

Art 1º Em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessarias.

Art 2º Os Presidentes das provincias, em Conselho e com audiencia das respectivas Camaras, emquanto não tiverem exercicio os Conselhos geraes, maracarão o numero e localidades das escolas, podendo extinguir as que existem em logares pouco populosos e remover os Professores dellas para as que se crearem, onde mais aproveitem, dando conta á Assembléa Geral para final resolução.

Art 3º Os Presidentes, em Conselho, taxarão inteiramente os ordenados dos Professores, regulando-os de 200\$4000 a 500\$000 annuaes: com attenção às circumstancias da população e carestia dos logares, e o farão presente á Assembléa Geral para a approvação.

Art 4º As escolas serão de ensino mutuo nas capitaes das provincias; e o serão tambem nas cidades, villas e logares populosos dellas, em que fór possivel estabelecerem-se.

Art 5º Para as escolas do ensino mutuo se applicarão os edifficios, que houverem com sufficiencia nos logares dellas, arranjando-se com os utensílios necessários à custa da Fazenda Publica e os Professores; que não tiverem a necessária instrução deste ensino, irão instruir-se em curto prazo e à custa dos seus ordenados nas escolas das capitaes.

Art 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, prática de quebrados, decimais e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1827).

Reitera-se que tais instituições buscavam educar os jovens, porém ainda existiam em pouca quantidade, o que implica afirmar que não era toda a população (nem, tampouco, a maioria) que era contemplada pelo acesso a essas instituições.

A multiplicação das instituições citadas, impulsionada pela modernização e também pela civilização, culminou numa série de mudanças e transformações no setor educacional, num Brasil que, em pleno final do século XIX e início do século XX, iniciou o processo de implantação da República, alterando as características políticas, econômicas e sociais ao idealizar uma sociedade estruturada nos pilares do trabalho e da educação.

## **2.2 Contexto Educacional na Primeira República: Educação Diferenciada Para Ricos e Pobres**

A educação a partir da proclamação da República ganhará maior destaque e importância ao tornar-se instrumento de desenvolvimento social. Nesse contexto, é importante destacar que a educação destinada às elites e às classes sociais subalternas terão características e finalidades distintas. Aos ricos, era destinada uma educação mais refinada, moderna e com possibilidades de crescimento e desenvolvimento, como por exemplo, aquela que era ofertada no Ginásio da Bahia, em Salvador entre os anos de 1895 a 1942.

(...) o educandário objetivava formar alunos aplicados e oradores eruditos, através de uma concepção ligada ao sujeito universal, identificado como masculino e branco. Tal herança acadêmica pode ser associada à própria gênese da universidade brasileira, que por sua vez, bebeu em fontes bastante distintas: o centralismo francês e o liberalismo alemão (LIMA, 2003, p. 54).

Assim, a República Brasileira foi implantada seguindo os preceitos de modernidade, civismo e civilidade. As cidades tornaram-se os locais onde havia a divulgação de ideias, valores e serviços, portanto, foram também os espaços onde foram disseminados a escola, a



escrita, a imprensa, o livro e a pedra – templos e monumentos que em sua arte predominam ideias e valores” (VEIGA, 2000, p. 399).

Ainda assim, ressalta-se que o Ginásio da Bahia ofertava, durante a Primeira República, um dos melhores ensinamentos do estado da Bahia. A maioria dos alunos da referida instituição era advinda das camadas sociais mais abastadas. Com isso, para ingressar no Ginásio da Bahia era necessário passar por um criterioso exame de admissão que consistia não apenas na prova intelectual, como também eram analisados os comportamentos e a higiene pessoal do candidato.

O Ginásio da Bahia, que também já fora denominado Liceu Proviçal da Bahia, era um dos poucos colégios públicos que ofertava um ensino de qualidade. A equipe de professores era escolhida com esmero, através de concursos públicos altamente rigorosos e criteriosos. O corpo docente era composto por médicos, magistrados, jornalistas, dentre outros. Os alunos que concluíssem o ensino secundário estavam aptos para se tornarem professores de instituições públicas ou preparados para ingressarem nas universidades em cursos como Direito, Medicina ou Engenharia.

O aluno que completasse sete anos de Ginásio recebia o grau de Bacharel em Letras e Ciências, adquirindo, assim, direito à matrícula nas escolas de nível superior e preferência nas nomeações para o magistério nos estabelecimentos de instrução secundária (LIMA, 2003, p. 24).

No quadro discente havia a presença de homens (sempre em maior número) e mulheres. Os membros das elites baianas enviavam seus filhos para lá, a fim de fornecer-lhes a melhor formação intelectual, moral e física possível, já que ao concluírem o curso secundário, o caminho era a continuidade dos estudos no ensino superior a fim de tornarem-se futuros “doutores”. Os melhores lecionavam aos melhores.

A reputação de alta qualificação do corpo docente sempre esteve associada ao Ginásio da Bahia. Pela cidade do Salvador eram conhecidos os “Tubarões”; professores catedráticos do Ginásio que também ensinavam nas Faculdades de Medicina, Direito e Engenharia. Temidos pela rigidez e pela fama de reprovadores, as relações sociais que se estabelecem no ambiente escolar são plasmadas nesta percepção que os jovens têm de seus mestres (LIMA, 2003, p. 68).

A questão da higiene pessoal era algo a ser tratado nas escolas, tanto entre aqueles advindos das camadas mais abastadas quanto entre os mais simples. Educar, nesse contexto, ia além da instrução e da formação intelectual, ela também abordava aspectos comportamentais e de higiene.

A partir disso, a existência da educação e do povo passou a ser vista como um problema de saúde pública. A cultura escolar deveria moldar hábitos, valores e comportamentos das classes populares encarados como vícios que deveriam ser tratados na escola, dando forma a uma população vista pelas elites como amorfa e doentia. O discurso médico referia-se à sociedade como um ‘corpo social’ à espera de intervenção, e à sala de aula como espaço para diagnosticar os alunos através de testes que mediassem a sua capacidade cognitiva (LUZ, 2013, p. 48).

Nesse contexto, surgiu a necessidade de inculcar no povo – inclusive dentre os membros das classes inferiores – aspectos de uma cultura moderna baseada no bom gosto, no apreço pelo belo, ao passo que a escola adquiriu papel primordial na formação de um povo que tivesse apreço pelas artes, pela estética moderna e que tivesse comportamentos menos rudes, mais polidos e mais coerentes com o projeto de identidade nacional que havia se difundido durante a República Velha (1889-1929). De acordo com Veiga (2000)

[...] foram notórios os empreendimentos relacionados às reformas urbanas e reformas escolares, no intuito de fazer desaparecer o medo do contágio, tanto na perspectiva da ‘rudeza’ de certos hábitos e valores, quanto dos próprios movimentos insurrecionais (VEIGA, 2000, p. 401).

Como o projeto de modernização da sociedade brasileira incluía a superação de hábitos e noções antigas (que remontavam ao período imperial), o cuidado com a estética das cidades e das suas populações respectivas era evidente na República Velha. Toda a sociedade precisava ser reformada, das cidades ao povo.

Diante disso, a ampliação das ruas, a construção de fábricas, a necessidade de higienização das pessoas foram marcas da implantação de um ideário moderno que fazia parte do projeto positivista de reorganização da sociedade brasileira e que vinha sendo propagada desde a primeira metade do século XIX. Dessa forma, de acordo com Luz (2013, p. 51) “um dos objetivos [da educação] era a promoção da higienização das pessoas e da subordinação dos atos pedagógicos à racionalidade médica”. O autor em destaque busca explicar como o processo de higienização da população estava atrelado ao modelo educacional vigente na época.

Aos pobres desvalidos, a educação que lhes era ofertada apresentava caráter asilar e/ou de recolhimento, até porque a educação dos jovens em questão implicava a resolução de dois problemas sociais: a retirada das ruas daqueles indivíduos que não tinham acesso à educação e

ao trabalho e a escolarização dos pobres, (esta escolarização era voltada à profissionalização do público em questão).

Diante disso, considera-se que como era comum a presença de meninos abandonados nos principais centros urbanos brasileiros, o recolhimento desses jovens era de caráter urgente. Por conta disso, as políticas públicas educacionais passaram a cuidar dessa população, retirando-os da sociedade e oferecendo-lhes um ensino profissionalizante.

Nessa sociedade moderna, surgiu a urgência de retirar as crianças e jovens desvalidos das ruas e a escola ganhou papel de destaque para cumprir essa finalidade, já que para a sociedade brasileira superar as características imperiais era necessário educar esse público de acordo com os preceitos modernos. Apesar do modelo educacional destinado aos pobres e desvalidos não se basear por essa nova perspectiva, a eles estavam propostos ensinos de caráter formador de mão de obra para atuar em sociedade sem depender da União. Nos asilos e reformatórios, eram educados a fim de conseguirem prover o seu próprio sustento sem o apoio do Estado.

Os prédios das escolas republicanas eram suntuosos e erguiam-se em meio a praças centrais e próximas a instituições, como a Câmara Municipal ou a Igreja Católica da cidade. Um dos principais objetivos da educação, nesse período. A alienação das massas também tinha o propósito de legitimar a política vigente de forma a manter os privilégios nas mãos das elites.

A ênfase na formação de uma opinião pública se apresenta como um fator determinante para a consagração da república. Necessariamente, isso relaciona-se aos destaques dados à produção de costumes, hábitos, valores, conceitos comuns e representantes dos ideais de época vocacionalmente dominantes, mesmo que houvesse pluralidade de ideias, com o objetivo de tornar possível a política dos governantes (VEIGA, 2000, p. 405).

A educação nacional passou a moldar os comportamentos dos jovens, então esta tornou-se um dos símbolos modernos e instrumento crucial para a solidificação dos preceitos modernos. A plenitude do desenvolvimento humano, o individualismo diante do coletivo, a união entre razão e sensibilidade foram os fundamentos da educação republicana (VEIGA, 2000, p. 407).

Nesse contexto, os intelectuais da época passaram a preocupar-se com a educação estética, com a homogeneidade cultural e com a comunhão nacional. As festas, as exposições pedagógicas, os desfiles e demais participações nas festividades cívicas, dentre outras,

passaram a demonstrar a valorização do nacional e das características inerentes à pátria: “Ó pátria amada, idolatrada, salve, salve!”.

A necessidade de imersão social e civilização dos jovens pobres tornou-se uma preocupação para os governantes. Esses jovens não poderiam se tornar um problema para o Estado, assim, buscou-se profissionalizar essas pessoas, ação fundamental para promover o pleno desenvolvimento do país.

### **2.3 Institucionalização de jovens, pobres e desvalidos no Brasil da República Velha (1891 -1930)**

Para tratarmos da questão da internação de jovens pobres, desvalidos e delinquentes do Brasil Republicano, é necessário fornecer algumas informações sobre o público em questão e acerca do histórico de institucionalização desses jovens. Em primeiro lugar, vale a pena destacar que havia uma grande distinção entre o jovem desvalido e o jovem delinquente. De acordo com a literatura pesquisada, era denominado desvalido toda pessoa que pertencesse a uma família pobre que não tivesse condições de oferecer o básico como educação, saúde, segurança, alimentação, moradia de maneira digna. Esse jovem podia ser órfão ou não (RIZZINI e RIZZINI, 2002).

Assim, o jovem delinquente seria aquele que tem ações que vão contra as normas e as condutas sociais padrões. Esse público geralmente é temido pelos membros sociais das classes elitistas, que tem medo da reação dessas pessoas quando se encontram em estado de miséria social. De acordo com Londoño (1991, p. 133)

No fim do século XIX, olhando para seu próprio país, os juristas brasileiros descobrem o "menor" nas crianças e adolescentes pobres das cidades, que por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores são chamadas pelos juristas de abandonadas. Eram, pois, menores abandonados as crianças que povoavam as ruas do centro das cidades, os mercados, as praças e que por incorrer em delitos freqüentavam o xadrez e a cadeia, neste caso passando a serem chamadas de menores criminosos.

No início da República veremos aparecer nas literaturas dois tipos de preocupação com o menor: o abandonado e o delinquente. O primeiro, de acordo com políticos, juristas e médicos, era mais fácil de lidar porque só requeria amparo de caráter pedagógico-disciplinar. No entanto, aqueles que tinham práticas viciosas e desvirtuosas se configuravam como um problema maior ao Governo e que, nem sempre, tinham condições de lidar. Então, assistência social da época se preocupará em retirar das ruas aqueles jovens pobres e desvalidos que não

se encaixavam em nenhum espaço da sociedade moderna brasileira, que estava em vias de implantação e estruturação.

[...] através dos jornais, das revistas jurídicas, dos discursos e das conferências acadêmicas foi se definindo uma imagem do menor, que se caracterizava principalmente como criança pobre, totalmente desprotegida moral e materialmente pelos seus pais, seus tutores, o Estado e a sociedade (LONDOÑO, 1991, p.134).

Os asilos ganharão a característica educacional que, no período imperial, não tinham. Durante a construção do estado republicano, a assistência oficial será a junção entre caridade oficial e assistência governamental. Os médicos, na Primeira República, têm evidência social grande por causa da medicalização da sociedade como um todo, dando destaque às questões acerca da higiene. Eles influenciaram na construção de uma “política mais racional, normatizada, “científica” e global do social. A Medicina em tudo intervém, especialmente no Governo. Os médicos almejavam participar da construção do novo Estado; por isso a Medicina se transformava em ciência do social” (MARCÍLIO, 1998, p. 98).

Eles desenvolverão literaturas alertando para a necessidade da assistência social retirar os jovens das ruas, mas trazendo a importância de transformar aquele indivíduo errante em mão de obra qualificada para ser reinserida na sociedade, deixando de ser um peso para o Estado.

[...] multiplicou-se a intervenção do poder regional, para se criarem instituições de assistência aos pequenos abandonados, dar-lhes um esboço da racionalidade interna (dos espaços físicos, das normas, da disciplina e dos programas) e introduzir o ensino profissionalizante, preparando os educandos para uma atuação ordeira e produtiva na sociedade (MARCÍLIO, 1998, p. 202).

No início dos anos 1900 surgiu a denominação jurídica de “menor abandonado” (RIZZINI e RIZZINI, 2002), uma vez que ocorreu o surgimento das políticas públicas que visassem a manutenção da paz social através do recolhimento institucional dos menores abandonados, que podiam ser desvalidos ou delinquentes. Os desvalidos tinham um tratamento mais humano nos recolhimentos. A assistência que lhes era prestada consistia numa educação técnica voltada ao ensino profissional. Aos delinquentes, a educação era bem mais rigorosa baseada na disciplina e nos castigos físicos. Essa era uma característica que remontava os anos de 1881, quando ocorreu a reforma da Instrução Pública, que permitia:

Art 12. Os alunos estão sujeitos unicamente às seguintes penas:

- 1-Repreensao;
- 2-Tarefa de trabalho na aula, fora das horas letivas;
- 3- Privação dos lugares de distinção e em geral tudo que produza um vexame moral;
- 4-Comunicação circunstanciada das faltas e das penas que tiverem sofrido aos pais, tutores e protetores;
- 5-Exclusão;

A última das penas será imposta pelo diretor geral, e por tempo que ao mesmo parecer conveniente; e somente terá lugar quando, esgotados todos os outros meios de ação pelo professor o aluno mostrar-se rebelde e for a sua presença na escola uma causa de desordem (NUNES, 2006, p. 317).

Diante disso, a assistência pública adquire o caráter de prevenção da criminalidade, de prevenção econômica, de educação profissionalizante e da construção do sentimento de pertencimento e de amor à pátria naqueles indivíduos que estavam recebendo o tratamento diferenciado nos asilos e orfanatos.

Assim, a infância abandonada, que vivia entre a vadiagem e a gatunice, era tratada, na opinião dos juristas, como um caso de polícia e de simples repressão urbana. Esta era pois confiada às mãos dos delegados e suas grandes e apavorantes razias, nas que se recolhiam as crianças que vagavam na rua, "limpando" assim praias, parques e praças dos "pequenos judeus errantes", que representavam um perigo para os comerciantes e os transeuntes. Tudo isso com o aplauso da imprensa, mas sem que as crianças e seu destino fossem levados em conta (LONDOÑO, 1991, p. 137).

Era preciso saber organizar e estruturar a assistência pública, em especial a asilar, para que nestes lugares não houvesse a proliferação da preguiça e do pensamento de inércia social. Era preciso dignificar a vida dos jovens desvalidos, por meio do ensino profissionalizante.

A criança ganha pois importancia não só no campo jurídico, porque ela passa a ser enxergada como futuro, garantia de que será o capital humano que o capital industrial precisa para se reproduzir. Por sua vez espera-se que esta interpretação ganhe força por ela mesma, na medida em que aparece cada vez mais como a grande legitimadora das ações disciplinadoras que se desenvolvem para velar pelo progresso do Brasil (LONDOÑO, 1991, p.136).

Apesar do governo ter passado a investir na assistência pública, ainda existiam as instituições filantrópicas de caráter privado e, em determinado momento, surgiu a necessidade de harmonizar, sincronizar os interesses de ambas as iniciativas, em relação ao menor desvalido. Nesse contexto, surgiu a necessidade em formar alianças entre a filantropia pública e a privada para que ambas pudessem se desenvolver plenamente na sociedade sem que houvesse distinção de ações e tratamentos em relação ao público alvo.

O Brasil independente de Portugal timidamente inicia sua caminhada rumo à educação do povo, instalando escolas públicas primárias. A proteção da infância e da sociedade rias e internatos para formação profissional dos meninos pobres. No reinado de D.Pedro II, após o ato adicional de 1834 (Lei n.16 de 12/8/1834), o qual determinou que a instrução primária seria de responsabilidade das províncias brasileiras, os governos partem para a criação de escolas e institutos para instrução primária e profissional das crianças e adolescentes das classes populares, os “filhos do povo” (RIZZINI e RIZZINI, 2002, pp. 24-5).

Com isso, retirar um menor das ruas e abrigá-lo num asilo era um investimento de tempo e recursos, então, antes de mais nada, era primordial que os administradores dos asilos soubessem analisar o perfil do asilado a fim de que os jovens “certos” fossem enviados a esses espaços. Não poderiam existir desperdícios nesse sentido. Como o contexto histórico em que tais ações se apresentavam era de aumento da criminalidade da mendicidade, os meios de combater tais desvios sociais eram baseados, em sua maioria, na repressão social (que inclusive era legitimada pelo Estado através do âmbito legal) e dos meios coercitivos.

Apesar das literaturas do início do século XX trazerem reflexões acerca da necessidade de implantação de métodos que representassem o ideal de nação evidenciado na época e que iam contra a repressão e o isolamento asilar como forma de tratar os jovens desvalidos, pouco se fazia no sentido de humanizar os tratamentos dados a esses jovens. As ações efetivadas, na época, baseavam-se no aumento da fiscalização dos asilos, na necessidade de propagação das noções higienistas e no acompanhamento das famílias pobres, a fim de que estas evitassem o abandono de seus membros mais jovens.

O cuidado com essas jovens ia além da instrução básica. Era necessário, também, cuidar do corpo e vigiar a sexualidade. Afastar essas jovens da sociedade e dos prazeres mundanos era a melhor estratégia a ser adotada.

Até meados do século XX, os asilos femininos manterão o regime claustral, que dificultava enormemente o contato das internas com o mundo exterior. O controle sobre a sexualidade feminina foi intensamente exercido nos asilos de meninas, inclusive no século XX, quando foram criados os órgãos nacionais de assistência, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), em 1964 (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 27).

Vale ratificar que era comum as famílias pobres solicitarem a internação dos jovens e, em alguns casos, era frequente que o próprio jovem solicitasse a sua colhida nas casas de recolhimento.

O público em questão dirigia-se a esses locais em busca de proteção social, que era traduzida na garantia de moradia, alimentação, vestimenta e educação. A interpretação dada a esse evento, que foi tão comum entre os séculos XVII a XX, era o fato de que a pobreza das camadas populares era tão grande que uma das opções que se tinha para garantir a própria sobrevivência era o internamento asilar.

## **2.4 Instituições filantrópicas e a educação de moças pobres e desvalidas**

Com o advento da modernidade, o Estado passou a se preocupar com a infância, com a maternidade e com as questões inerentes ao problema do menor abandonado, que era encontrado em grandes quantidades nas cidades brasileiras. A criança começou a ser estudada e entendida como um ser diferente dos adultos e que dependia deles para a sua sobrevivência. Assim, debates acerca do cuidado com esse público, a necessidade de leis que o protegesse, a importância da ampliação das escolas que ofertassem ensino infantil, dentre outros, passaram a permear os diálogos sobre a questão da infância no Brasil.

(...) ocorreram diferentes manifestações das mudanças geracionais, tais como a crítica à violência dos adultos para com as crianças, regulamentação do trabalho infantil, preocupação com a sua educação e saúde, ampliação da escola para todos e produção de significativo aparato nomeado infantil: vestimentas, brinquedos, cantigas, literatura, etc. Outro aspecto importante foi a entrada em cena do Estado, inicialmente por meio das Câmaras Municipais, na elaboração de políticas de proteção à infância” (LIMA, 2015, p.19).

Como o desenvolvimento social deveria se basear na educação do seu povo, os governantes passaram a promover a construção de instituições que buscassem atender à demanda de jovens abandonados. Nelas, havia a instrução para que esses jovens tivessem formação profissional a fim de que passassem a garantir seu próprio sustento. Portanto, trabalhar era importante, porque era através dele que se podia evitar a vagabundagem, assim, o trabalho era tido como fator de regeneração social, posto que:

“Cada vez mais o trabalho passou a ser valorizado como modo reconhecido e legítimo de inserção social, o que favoreceu a produção de estigmas em relação aos pobres que não trabalhavam, quais seja os vadios e vagabundos, e portanto a criminalização da pobreza. (...) As crianças pobres e abandonadas foram alvos privilegiados da ação estatal caracterizada pelo entendimento do trabalho como fator de regeneração social e como medida eficaz de proteção da infância” (LIMA, 2015, p. 20).



Então, a partir do século XIX, com maior ênfase durante a Primeira República, as instituições filantrópicas passaram a atuar com maior participação social, em especial, aquelas de religião católica. A filantropia prestava-se a esse serviço ao abrigar jovens desvalidos, as instituições promoviam o letramento e a instrução deles, a qual era voltada ao desenvolvimento de atividades manuais, tais como trabalho de agulha, gomar e cozinhar para as meninas e serviços de carpintaria, marcenaria para os meninos.

Dessa forma, após completarem o tempo de internato nas instituições asilares filantrópicas moças e rapazes acolhidos eram encaminhados a locais onde poderiam trabalhar para promover o seu sustento. Poucos eram aqueles que não conseguiam se inserir no mercado de trabalho, cumprindo assim a finalidade da educação profissional proposta ao público em questão.

Diante disso, as instituições filantrópicas no Brasil surgiram com a finalidade de retirar das ruas os jovens pobres e desvalidos, buscando, assim, resolver o problema social do menor abandonado que é o reflexo da falta de empregos, da ausência de um projeto político que insira o jovem pobre de maneira digna na sociedade e da falta de amparo social do Governo em relação às classes sociais menos abastadas.

Assim, os jovens pobres e desvalidos que se encontravam nas ruas haviam se tornado a fonte de temor e descontentamento das elites. Um povo com fome, sem casa e sem amparo é capaz de fazer qualquer coisa para que consiga sanar, mesmo que temporariamente, o seu problema. Dessa maneira,

A questão crucial era controlar essa população "perigosa" que vivia nos centros urbanos entregues a desordens e roubos. O crescimento dessa população tornou mais problemática a questão da manutenção da ordem. Particularmente em períodos de maior escassez de empregos e de carestia de alimentos, quando havia um incremento da população pobre vagando pelas ruas (FRAGA FILHO, 1994, p. 108).

Com isso, os espaços públicos passaram a receber essas pessoas que não tinham para onde ir e que, tampouco, tinham condições de se manterem de forma digna. Como no período republicano as noções de modernidade e de civilidade se baseavam nos comportamentos e ações dos indivíduos, essa era uma ação que despertava o medo e intolerância, especialmente quando corriam em momentos de instabilidade econômica.

Considerando que a caridade fazia parte da sociedade e que, de acordo com Fraga Filho (1994) as elites e os mendigos viviam em sociedade porque os primeiros usavam da caridade para alimentar as necessidades da alma e os segundos porque dependiam dos

donativos para sobreviverem, os religiosos passaram a fundar instituições filantrópicas que tinham por função primordial recolher as crianças abandonadas, educá-las e cristianizá-las, essas instituições funcionaram assim.

Para o Estado o principal problema era retirar esses jovens, considerados marginais de alta periculosidade das ruas, no entanto, isso a filantropia resolvia. Porém a demanda de crianças e jovens eram altas e a quantidade de instituições pequenas. Era comum que as crianças fossem maltratadas nesses ambientes que, em geral, não tinham condições em recebê-las. Eram espaços insalubres, pouco ventilados e onde os jovens não tinham condições de se desenvolverem enquanto indivíduos dotados de capacidade física e intelectual.

Com o passar do tempo, no final do Império e início da República, as instituições filantrópicas passaram a não apenas abrigar esses jovens desvalidos, como também tinham que lhes fornecer noções de higiene pessoal e ensino profissionalizante a fim de que estes se tornassem mão de obra qualificada e pudessem, assim que saíssem das instituições, proverem seu próprio sustento.

No período republicano a tônica centrou-se na identificação e no estudo das categorias necessitadas de proteção e reforma, visando ao melhor aparelhamento institucional capaz de “salvar” a infância brasileira no século XX. Os debates tomaram conta do cenário da assistência à infância no Brasil, escorados na meta da construção da nação republicana, e subsidiados pelas resoluções dos congressos internacionais sobre assistência social, médico-higienista e jurídica à já consolidada categoria dos menores (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 27).

Quando a República foi implantada as instituições filantrópicas já tinham essa característica profissionalizante. Os asilos surgiram buscando melhorar a vida dos jovens pobres e desvalidos e como a maioria destas eram de cunho católico, os jovens além de receberem instruções profissionalizantes também recebiam aulas de religião.

Destaca-se que os asilos, a partir do final do século XIX, assumem um caráter de política social, tratando-se de um projeto de filantropia privada. O principal objetivo delas era o de cuidar dos menores “moralmente abandonados” cujas famílias (quando existiam) não tinham condições de criá-las.

Retirar uma criança das ruas, ou de famílias muito pobres, e levá-las aos asilos significava que aquele indivíduo teria uma educação mais adequada, baseada nos preceitos morais e religiosos e, acima de tudo, nelas seria formada a noção de cidadania baseada no bom comportamento e nas noções de higiene pessoal e coletiva.

Para o Estado, a implantação dos asilos resolveria os dois problemas: a retirada dos menores abandonados das ruas (ou seja, a limpeza das cidades) e a educação profissionalizante e disciplinar a que estes indivíduos recebiam.

[...] nas instituições totais a criança encontraria a educação, a formação, adisciplina e a vigilância que a preparariam para a vida em sociedade, bem para constituir a sua família, dentro do amor e do preparo para o trabalho (MARCÍLIO, 1998, p. 207).

As “casas higiênicas”, como eram conhecidos os asilos, também tinham as funções de combater doenças (em especial as infecto contagiosas), o alcoolismo, a prostituição, a miséria e a fome, devendo também cuidar do “alimento espiritual” dessas pessoas. “A filantropia tinha por escopo preparar o homem higiênico (capaz de viver bem nas grandes cidades, em boa forma e com boa saúde), formar o bom trabalhador, estruturar o cidadão normatizado e disciplinado” (MARCÍLIO, 1998, p. 207).

No início do século XX, os asilos, orfanatos e demais institutos que recolhiam e abrigavam crianças passaram a aderir a um novo formato: o da educação e correção de jovens através da liberdade vigiada, do trabalho e do desenvolvimento e aprimoramento dos ofícios. A assistência social não deveria se prestar apenas ao recolhimento dos jovens, mas estas também deveriam fazer com que estes trabalhassem a fim de justificar a reclusão a qual eram submetidos. Nesse ínterim, havia um cuidado especial com os jovens delinquentes que eram abrigados nos asilos porque não se encaixavam na sociedade.

O país adquiriu uma tradição de institucionalização de crianças, com altos e baixos, mantida, revista e revigorada por uma cultura que valoriza a educação da criança por terceiros – cultura que permeia amplos setores da sociedade, desde os planejadores até os grupos sociais de onde saem os internos. As instituições atendiam a grupos diversificados, de acordo com as prescrições de gênero, mas consideravam ainda as especificidades étnicas. Meninos e meninas índios ou filhos de escravas e libertas passaram por asilos, casas de educandos, institutos e colégios. Entretanto, os meninos pobres e livres das cidades constituíram o grande alvo da intervenção das políticas de internação. É sobre este grupo que dedicaremos maior atenção neste texto, enfatizando as políticas públicas engendradas ao longo do século XX (RIZZINI e RIZZINI, 2004, p. 22).

Os indivíduos, quando chegavam aos asilos, eram reagrupados e classificados de acordo com o seu perfil. Os critérios do agrupamento seguiam uma escala que ia desde o maior grau de necessidade correcional até aqueles que necessitavam apenas de acompanhamento pedagógico.

“Os internos, assim indivíduos, serão investigados, estudados, analisados, chegando a vigilância a um grau de detalhamento e sofisticação surpreendentes. A função de vigilância é exercida por todos os níveis da instituição, desde o funcionário mais baixo até o diretor, estando reservado ao primeiro da hierarquia, o controle das informações” (RIZZINI, 1993, p. 73).

Toda a rotina do menor asilado era vigiada, desde os comportamentos individuais até suas conversas e demais comunicações. O vínculo com outras pessoas que se encontravam fora do asilo era cortado para que as influências externas não desconstruíssem todo o processo correccional e educacional ao qual esses jovens estavam submetidos. Era comum que as instituições que trabalhavam em regime de internato desenvolvessem tal prática.

Vale ressaltar que havia um rigor atenuado em relação ao cumprimento, não apenas das regras internas, como também dos horários das atividades. Ocupar as mentes vazias, disciplinar o corpo, moldar o caráter e as ideias, tudo isso era regulamentado pelo modo como transcorria o internato e, conseqüentemente, pela maneira como a educação era ministrada nesses espaços.

Tanto os menores abandonados quanto os menores delinquentes deveriam ser submetidos às aulas de educação física que tinham ênfase em higiene pessoal; educação moral e cívica para aprenderem os direitos e deveres do cidadão e do Estado; a educação profissionalizante e a educação literária, já que o cidadão deveria ter, ao menos, noções sobre artes e literatura.

O regime de internato era útil porque, dentro das paredes da instituição, o caráter, a moral e o bom comportamento dos cidadãos estava sendo construído, formado sem a presença de influências negativas. Essa acaba sendo uma ação baseada no ideário moderno de disciplina dos corpos. Assim, dominação das pessoas implica uma técnica de poder e um processo de saber, já que para dominar é preciso conhecer antes. As multiplicidades são combatidas a partir disso.

A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita (FOUCAULT, 1975, p.164).

Com isso, no Período Moderno ocorreram uma série de transformações políticas, econômicas e sociais. O ocidente modernizou-se, milhares de pessoas migraram do campo

para as cidades, a economia de subsistência foi substituída pela economia de mercado e o principal elemento social passou a ser o dinheiro e o homem se tornou força de trabalho.

Houve, durante a época clássica, uma descoberta do corpo como objeto e alvo de poder. Encontraríamos facilmente sinais dessa grande atenção dedicada então ao corpo — ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam (FOUCAULT, 1975, p.163).

Em face de tantas mudanças, o indivíduo teve que se adaptar a sua nova sociedade, onde a produtividade era medida através do tempo de produção e este, só tinha eficácia e bom proveito quando pessoas disciplinadas trabalhavam nas cadeias de produção.

Desde então, o poder de coerção age em cima da linguagem do corpo, dominando seus impulsos e desejos e, para que isso aconteça de forma mais intensa e eficaz, instituições disciplinares foram estruturadas, já que a disciplina do corpo encontrava-se no seio da sociedade. Os conventos, exércitos e escolas serão alguns desses ambientes.

A “invenção” dessa nova anatomia política não deve ser entendida como uma descoberta súbita. Mas como uma multiplicidade de processos muitas vezes mínimos, de origens diferentes, de localizações esparsas, que se recordam, se repetem, ou se imitam, apóiam-se uns sobre os outros, distinguem-se segundo seu campo de aplicação, entram em convergência e esboçam aos poucos a fachada de um método geral. Encontramo-los em funcionamento nos colégios, muito cedo; mais tarde nas escolas primárias; investiram lentamente o espaço hospitalar; e em algumas dezenas de anos reestruturam a organização militar (FOUCAULT, 1975, p. 165).

Dessa maneira, quando um indivíduo se submetia a disciplina e obedecia às instruções que lhe era dada, ele se tornava submisso e dócil, tornando-se um exemplo de trabalhador para a sociedade em que vivia. Ele tinha o seu comportamento manipulado e, como consequência direta disso, tinha-se o fato de que um corpo disciplinado e bem adaptado a sua realidade tende a produzir mais, seja ele de um soldado do exército, uma freira no convento ou um aluno na escola. O resultado da disciplina é o aumento das habilidades sociais. Conforme expressa Foucault (1975):

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente (FOUCAULT, 1975, p. 164).

Reitera-se que a partir do momento em que os jovens fossem reinseridos à sociedade eles conseguiriam prover o seu próprio sustento, deixando de ser um fardo para o Estado e aceitariam, com mais facilidade, as ações políticas da época. Assim, o cidadão em questão, se transformaria em um indivíduo que estava apto a viver em sociedade, mais especificamente, nessa nova sociedade moderna, limpa, livre de ameaças sociais (como os menores abandonados e os menores delinquentes) e que dignificava aquele que trabalhava e garantia seu próprio sustento.

O que se buscava, além da manutenção da ordem, era o equacionamento dos conflitos sociais, em uma sociedade liberal. A utopia filantrópica almejava uma sociedade harmônica, estável, feliz. Os meios para alcançá-la passavam pela ética e pela educação (MARCÍLIO, 1998, p. 206).

Dessa maneira, destaca-se o entendimento que os asilos atendiam às necessidades políticas da época e se transformaram em instrumento que melhorava o desenvolvimento social da nação porque formava mão de obra qualificada. Esses jovens, quando ingressavam no mercado de trabalho, geravam renda, a qual permitia a melhoria da qualidade de vida das suas famílias de origem e, conseqüentemente, impulsionavam o desenvolvimento econômico do país.

As bases do modelo de nação da Primeira República eram ensinadas nos asilos e consistiam na transmissão de ensinamentos como justiça, disciplina, honra, trabalho, dentre outros. Os menores abandonados e os delinquentes eram corrigidos, ensinados e instruídos às regras sociais vigentes. Graças aos asilos a “infância desprotegida” havia encontrado proteção. Combater a criminalidade, os vícios e a vadiagem significava assegurar a vida dos cidadãos de bem das elites. Era um trabalho prestado à segurança pública, no fim das contas.

É porque, à medida que se concentram as forças de produção, o importante é tirar delas o máximo de vantagens e neutralizar seus inconvenientes (roubos, interrupção do trabalho, agitações e “cabalas”); de proteger os materiais e ferramentas e de dominar as forças de trabalho (FOUCAULT, 1975, p. 169).

Assim, para disciplinar um grupo de indivíduos a primeira ação que se deve executar é a classificação das pessoas e o regulamento dessas de acordo com suas características singulares. Com isso, técnicas e métodos são aplicados de tal forma que os comportamentos esperados surjam. É importante que o grupo de pessoas selecionado sejam condicionadas a isso.

As disciplinas, organizando as “celas”, os “lugares” e as “fileiras” criam espaços complexos: ao mesmo tempo arquiteturais, funcionais e hierárquicos. São espaços que realizam a fixação e permitem a circulação; recortam segmentos individuais e estabelecem ligações operatórias; marcam lugares e indicam valores; garantem a obediência dos indivíduos, mas também uma melhor economia do tempo e dos gestos (FOUCAULT, 1975, p. 174).

No ato de disciplinar até os mínimos detalhes ganham importância, até porque o ideal cristão ainda pairava no ar, ocasionando uma reação em massa que buscava moldar os ímpetos e desejos humanos, dos menores aos maiores. As noções de disciplina passaram a ocupar lugar de destaque não apenas nas instituições disciplinadoras, mas na sociedade como um todo, chegando a ganhar métodos e formas de ação.

A minúcia dos regulamentos, o olhar esmiuçante das inspeções, o controle das mínimas parcelas da vida e do corpo darão em breve, no quadro da escola, do quartel, do hospital ou da oficina, um conteúdo laicizado, uma racionalidade econômica ou técnica a esse cálculo místico do ínfimo e do infinito (FOUCAULT, 1975, p. 167).

Os asilos funcionaram plenamente, sem muitas críticas ou contestações, até os anos 1920, quando se passou a questionar sobre os métodos isolacionistas que eram aplicados aos menores abrigados. Era necessário ter uma reformulação das práticas educativas e disciplinadoras destas instituições.

“O isolamento ainda era um objetivo importante nesse período, a se notar pelo número significativo de instituições que destinavam-se explicitamente a este fim. No entanto, muitas destas instituições viam seus objetivos e métodos de atuação serem alvo de críticas combativas, forçando o fechamento de algumas” (RIZZINI, 1993, p. 64).

Os métodos foram reformulados e os médicos e juristas, maiores influenciadores da Primeira República, passaram a acreditar que se houvesse uma assistência filantrópica destinada às famílias carentes como um todo, não seria necessário haver a necessidade de recolhimento, abrigo e correção de menores.

Em decorrência disso, a filantropia passou a cuidar dos núcleos familiares menos abastados, dando-lhes noções de higiene, instruindo-os nas questões morais, despertando nelas o sentimento da necessidade de trabalhar como forma de dignificar a vida, dentre outros. Assim, seria possível prevenir os vícios, o abandono de crianças e a delinquência em geral.

O espaço disciplinar tende a se dividir em tantas parcelas quando corpos ou elementos há a repartir. É preciso anular os efeitos das repartições indecisas, o desaparecimento descontrolado dos indivíduos, sua circulação difusa, sua coagulação inutilizável e perigosa; tática de antideserção, de antivadiagem, de antiaglomeração (FOUCAULT, 1975, p. 169).

Dessa forma, em primeiro lugar, para disciplinar é necessário isolar da sociedade, enclausurar os indivíduos para que esses não possam ter contato com pessoas que pensem e ajam diferente. É a disciplina que organiza o espaço e as ações dos indivíduos. Assim, tanto os empregados de uma linha de produção quanto os estudantes em centros escolares conseguem ter melhores rendimentos. “A disciplina, arte de dispor em fila, e da técnica para a transformação dos arranjos. Ela individualiza os corpos por uma localização que não os implanta, mas os distribui e os faz circular numa rede de relações” (FOUCAULT, 1975, p. 172).

Nos asilos e demais instituições filantrópicas a lógica aplicada é a mesma. A partir de um processo de seleção do público que seria internado em suas instituições, os métodos eram aplicados de forma a moldar os comportamentos corpóreos e adestrar ideologicamente as pessoas. Nesses ambientes as punições que antes eram físicas agora são morais e, mais especificamente nas organizações de cunho religioso, a quebra de conduta significava uma afronta direta a Deus. Logo, a disciplina era o cerne da vivência e da educação do local.

A disciplina às vezes exige a *cerca*, a especificação de um local heterogêneo a todos os outros e fechado em si mesmo. Local protegido da monotonia disciplinar. Houve o grande “encarceramento” dos vagabundos e dos miseráveis; houve outros mais discretos, mas insidiosos e eficientes.

[Nos] *Colégios*: o modelo do convento se impõe pouco a pouco; o internato aparece como o regime de educação senão o mais frequente, pelo menos o mais perfeito (FOUCAULT, 1975, p. 168).

Vale destacar que nesse período (1879 a 1930), na cidade de Feira de Santana, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi implantado. Tratava-se de uma instituição filantrópica fundada pelo Padre Ovídio Alves de São Boaventura e que buscava retirar crianças órfãs das ruas, recolhê-las na instituição em caráter de internas para, assim, instruí-las formalmente. O Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi construído através da doação das pessoas da comunidade e, especialmente, das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo.

O formato educacional difundido entre os anos de 1889 a 1930 na cidade de Feira de Santana apresentava um caráter religioso forte, que era uma tendência no Brasil até meados de



1950. Apesar do país declarar-se laico, a tradição religiosa católica era influenciadora e o seu discurso era muito utilizado nas instituições escolares.

Reitera-se que Feira de Santana apresenta uma fundação baseada no Catolicismo<sup>4</sup>, por conta disso, ela sempre teve a influência da religião no cotidiano da cidade. A sua estrutura urbanística conta com a presença de igrejas católicas localizadas em pontos estratégicos de seu perímetro, assim como os padres tinham uma importância fundamental no aconselhamento dos casais, das instituições filantrópicas e as escolas públicas e privadas da época tinham que ofertar o ensino religioso católico.

Esses são apenas alguns exemplos, de muitos, que evidenciam a influência do catolicismo na sociedade em questão. Neste cenário, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi fundado, trazendo a essa cidade uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, que buscava a melhoria da qualidade de vida das meninas pobres e desvalidas do município de Feira de Santana.

---

<sup>4</sup> A cidade de Feira de Santana do povoamento do interior da Bahia, baseada no comércio de gado. Após as feiras do Capoeira e de Camaçari perderem suas relevâncias, a localidade em referência ganhou destaque por se tratar de uma região de tráfego de pessoas e comerciantes, localizada entre Cachoeira e Salvador. Para maiores informações consultar: ANDRADE, Celeste Maria Pacheco de. *Origens do Povoamento de Feira de Santana: Um Estudo de História Colonial*. UFBA, 1990.

## CAPÍTULO III: O ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES

### 3 HISTÓRICO DE FEIRA DE SANTANA

Feira de Santana é um município do interior do estado da Bahia, que foi criado no início do século XIX. A cidade, antes de sua emancipação, pertencia à Comarca de Cachoeira (maior e principal cidade do recôncavo baiano). Era considerada a maior paróquia de São José das Itaporocas, após o surgimento do comércio regional. “O município foi criado pela resolução provincial (do Conselho do Governo Provincial) de 19 de maio de 1833. Tendo sido desmembrado do município de Cachoeira, instalou-se o município a 18 de setembro de 1833” (ANDRADE, 1990, p. 33).

O mito de fundação da cidade afirma que o embrião do município em questão era na Fazenda Olhos D’Água, que pertencia ao casal de portugueses Ana Brandão e Domingos Araújo, que se instalaram no interior da Bahia por volta do início do século XIX. Como eram devotos de São Domingos e de Nossa Senhora Sant’Anna, erigiram uma capela em louvor a esses santos.

Segundo a tradição, o casal Araújo/Brandão adquirira uma das fazendas, a “Sant’Anna dos Olhos D’Água”. Antes de falecer, e como não tinham descendentes, doaram 100 braças de terra em quadra à capela de Sant’Anna e São Domingos. Em torno da capela formou-se o povoado, localizado no cruzamento de estradas que conduziam à Capital, a Santo Amaro, aos sertões e a outras Capitânicas. O povoado foi assumindo condição de importante núcleo comercial, o qual, com a decadência da feira do “Capuame<sup>5</sup>”, destacou-se como uma grande feira de gado (ANDRADE, 1990, p. 43).

Os boiadeiros e cacheiros viajantes que paravam no meio do caminho para descansar viram nos arredores da capela não apenas um abrigo domiciliar como também uma acolhida espiritual.

Uma das estradas de boiadas partia de Cachoeira, passava por Jacobina e se bifurcava, estendendo-se até o Piauí e Goiás. Essa estrada conhecida como “Estrada Real”, atravessava a Fazenda Sant’Anna dos Olhos d’Água, onde muitos vaqueiros, tropeiros e outros viajantes faziam pouso (ANDRADE, 1990, p. 41).

---

<sup>5</sup> Segundo Andrade (1990) Capuame era um vilarejo, no sertão baiano, onde existia uma grande feira de gado que era referência no século XVII. Até o início do século XIX ela era a maior da Bahia. Veio a perder essa posição quando surgiu o comércio de gado em Feira de Santana.

A influência do catolicismo naquela época era grande e a maioria da população era devota de algum santo católico, então o descanso ficou relacionado à Capela da Fazenda dos Olhos D'Água. De acordo com a tradição:

Algum tempo depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro para o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira e pouco a pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos D'Água (POPPINO, 1968, p. 20).

O nome da fazenda não era uma mera coincidência. Na região em que ela se encontrava existiam vários olhos de água, pequenos lagos e rios, o que ocasionava um clima ameno e agradável que chegava, no máximo, a 22°C e que era muito atrativo para quem repousava nessas paragens. A água pura, límpida e potável também proporcionava o desenvolvimento da agricultura intensiva nessa localidade, gerando renda e desenvolvendo a economia local.

Os comerciantes que repousavam na Fazenda Olhos D'Água começaram a montar feiras periódicas e nelas era possível encontrar e comercializar uma gama de produtos, que iam desde alimentos até tecidos e ferramentas que dificilmente eram encontradas no interior da província.

O sal de cozinha para o gado e o preparo do couro ia para Feira de Santana em compridos comboios de tropas da capital e de Cachoeira. Armas de fogo e pólvora também se importavam. Conquanto as armas de fogo não fossem comuns em Feira de Santana, relativamente grandes quantidades de pólvora se consumiam no município. Os explosivos se usavam em forma de fogos de artifício para a celebração dos feriados e festividades religiosas. O azeite, o vinagre e vinhos, elementos essenciais na dieta da população portuguesa eram trazidos das ilhas do Atlântico e do continente (POPPINO, 1968, p. 75).

Reitera-se que essas feiras foram de extrema importância para o desenvolvimento da localidade, posto que as pessoas não mais precisavam se deslocar a Cachoeira ou a Salvador para adquirir os produtos.

A feira do Capoame foi a primeira feira de gado da capitania, estabelecida por Francisco Dias D'Ávila em 1614. Localizava-se na Paróquia de santo Amaro de Pitanga, próximo ao atual Camaçari. Permaneceu ali como a mais importante até a ascensão da feira de gado de Feira de Santana, na década de vinte do século passado [sec. XIX] (ANDRADE, 1990, p. 41).

Assim, as feiras mensais tornaram-se quinzenais e foram aumentando sua quantidade de produtos e também o contingente daqueles que abasteciam o consumo no mercado interno.

As pessoas foram chegando, ficando e construindo suas casas. Com isso, a fazenda, em 1819, passou a chamar-se Vilarejo de Feira de Santana. Apenas três anos depois, em 1822, o referido vilarejo já era considerado o maior arraial da paróquia de São José das Itaporocas e uma das três maiores e principais feiras da província. Em dezembro do mesmo ano, Feira de Santana, através de um decreto imperial, transformou-se em vila e logo mais tornou-se a sede do recém-criado município de Feira de Santana, havendo, então, o desmembramento da comarca de Cachoeira.

Elevado a categoria de cidade com a denominação de Cidade Comercial de Feira de Santana pela Lei Provincial n. 1320 de 16 de junho de 1876. A freguesia que correspondia aos atuais distritos, com orago de Senhora Santana, foi criada pela Lei Provincial n. 234 de 19 de março de 1846 que ali transferiu a sede da freguesia de São José das Itaporocas (ANDRADE, 1990, p. 34).

É importante destacar que o desmembramento do até então vilarejo de Feira de Santana e a criação do município de Feira de Santana tinha uma razão política. No vilarejo em questão, havia um grande grupo de pessoas que buscavam a liberdade dos escravos, defendendo, assim, as ideias abolicionistas. As autoridades imperiais que fiscalizavam a vida social e a administração da província estavam em Salvador e tinham amplo interesse em sufocar essas vozes. Mas para isso teriam que mexer com Cachoeira, que consistia em um enorme território e tinha uma milícia fortalecida, o que facilmente impediria a coalisão imperial de intervir na referida questão. A solução encontrada foi a promoção da emancipação do vilarejo para, assim, os “elementos hostis ao governo imperial” fossem controlados.

Dessa forma, uma das principais características de Feira de Santana é a influência da Igreja Católica. De acordo com notícias do Jornal Folha do Norte, do ano de 1908, a festa de Nossa Senhora Santana ia além de um evento religioso, porque mesclava com o caráter político também. Era comum que religiosos e capitães se misturassem à festividade, desde a sua organização até a sua execução.

No domingo último, após uma festiva missa que foi celebrada na Igreja Matriz, pelo vigário Tertuliano Carneiro, foi empossada solenemente a comissão encarregada no vindouro anno, da festa a Excelsia Padroeira desta cidade Senhora Sant’Anna.

Sabemos que a comissão começará a trabalhar desde já a fim de que seja dado todo brilhantismo a tradicional festa, para o que solicita o auxilio de todos os feirenses.

A comissão está composta dos distintos cidadãos: farmacêutico José Alves Boaventura, major Valentim capitão Antero dos Reis Lima, capitão João

Simões Ferreira, Petronillo Guarino de Meirelles, Francisco Andrade e Joaquim Hypolito Pedra Branca (FOLHA DO NORTE, 12.12. 1908, p. 3).

Os membros do clero agiam diretamente na sociedade feirense, participando de eventos sociais, festas e influenciando a política local. Por vezes, acontecia do vigário da paróquia tornar-se funcionário da Santa Casa de Misericórdia. Num caso bem específico, o vigário Pe. Ovídio de Alves Boaventura tornou-se diretor do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, que era um internato para meninas dirigido pelas Irmãs Sacramentinas.

Como a população feirense estava diretamente ligada à Igreja Católica, era frequente que os grupos sociais lá existentes tivessem direta conexão com a organização clerical local. “Além das sociedades que proporcionavam benefícios educacionais e\ou de higiene, existiam inúmeras organizações, de natureza puramente social, que se inspiravam nos preceitos da Igreja” (POPPINO, 1968, p.83).

Os membros do clero ocupavam uma posição de destaque na sociedade em questão. Além de sacerdotes, eles atuavam diretamente na área educacional, porque eram educadores. Por se tratarem de membros sociais que tinham acesso à educação, era comum que ocupassem cargos nos espaços escolares.

Assim, uma das áreas que era mais frequente e comum a atuação dos padres era a assistência social. Um dos párocos de maior destaque na cidade foi o Padre Ovídio Alves de São Boaventura, que fundou duas importantes instituições filantrópicas: Montepio dos Artistas Feirenses e o Asilo Nossa Senhora de Lourdes, ambos fundados no ano de 1879.

Também foi o responsável pela fundação da Associação das Senhoras de Caridade do Asilo Nossa Senhora de Lourdes (que atuava diretamente no referido asilo), a Ordem Terceira da Penitência de São Francisco, a Capela de Nossa Senhora de Lourdes, a Associação de Nossa senhora das Vitórias, a Sociedade Filarmônica da Vitória (juntamente com Antônio Aurélio da Silva, seu maestro e regente) e a Escola Sant’Ana. Todas as instituições citadas foram criadas durante o seu paroquiato, entre os anos de 1865 a 1886.

Dessa forma, o religioso em questão tinha notória participação na política da cidade, pois além de ser o principal religioso do município, ele vinha de uma família abastada e que já era envolvida na política local, de acordo com dados encontrados nas atas de reuniões da Assembléia Municipal de Feira de Santana.

### 3.1 Implantação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes

O Asilo Nossa Senhora de Lourdes foi fundado em março de 1879 pelo Padre Ovídio de São Boaventura e durante a vida de seu fundador ele foi sustentado por doações populares. Ainda durante o ano de sua fundação, a referida instituição filantrópica que tinha por finalidade acolher e abrigar jovens meninas órfãs, pobres e desvalidas foi convertido em casa pia, passando a receber uma subvenção anual do Governo para ajudar com as despesas.

Art 1º: O Asilo Nossa Senhora de Lourdes da Feira de Sant'Anna, fundado em 1879 pelo Padre Ovídio Alves de São Boaventura, de saudosa memoria, é uma instituição pia que tem por fim recolher e dar conveniente educação a meninas orphans desvalidas.

Art 2º: É sua padroeira a Santíssima Virgem Maria, sob a invocação de Nossa Senhora de Lourdes.

Art 3º: O Asilo Nossa Senhora de Lourdes continua sob a direção imediata da autoridade diocesana, conforme vontade expressa de seu fundador.

Art 4º: A administração interna continuará a ser confiada a irmans da Congregação do Santíssimo Sacramento com sede na França.

Art 5º: Dentre as irmans encarregadas da educação das orphans, a sua Superiora sera a Directora do mesmo Asilo Nossa Senhora de Lourdes, independente de nomeação especial.

Art 6º: O Asilo Nossa Senhora de Lourdes terá um Capllão nomeado pela autoridade diocesana, cabendo-lhe uma gratificação que será marcada pela Directira do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, de acordo com os recursos do mesmo.

Art 7º: Fica mantida a Associação das Senhoras de Caridade para auxiliar o Asilo Nossa Senhora de Lourdes e que as atribuições e obrigações que se depreende destes estatutos.

Art 8º: A propriedade em que ora se acha o Asilo Nossa Senhora de Lourdes e todos os outros bens obtidos por compras, doações ou legados, e aquelles que venham a pertencer, constituirão o seu patrimônio (ESTATUTO DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 3).

Durante o período da República Velha, em 1920, a subvenção do Estado foi suplementada por um auxílio anual do tesouro do município. Com o apoio do Governo, o asilo em questão se expandiu rapidamente, aumentando a quantidade de órfãs abrigadas e, conseqüentemente, ampliando a sua estrutura física também.

Após o falecimento do fundador, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes passou a ser administrado pelas Senhoras da Caridade e passou a abrigar e educar entre 10 e 30 órfãs e isso perdurou durante 20 anos. As Irmãs da Ordem do Santíssimo Sacramento chegaram à Feira de Santana em 1903, passando a gerir, juntamente com as Senhoras de Caridade, a referida instituição. Até a vinda das irmãs, o asilo era administrado pelo seu fundador. Quando este

veio a óbito em 1886, sua irmã, D. Theolinda Alves de São Boaventura também conhecida por “Mãezinha”, tornou-se a diretora. Ela administrou o espaço em questão até a vinda das Sacramentinas para a Feira de Santana.

Referencia-se que em 1918, as Irmãs Sacramentinas instalaram um pensionato para moças a fim de angariar recursos para a manutenção do asilo em questão. As meninas acolhidas permaneciam na instituição até completarem a maioridade ou então virem a casar-se. A manutenção do asilo também dependia dos trabalhos manuais dessas jovens. A partir da comercialização de costuras, bordados, quitutes e doces diversos, as moças acolhidas captavam fundos para que o local em que moravam continuasse a funcionar plenamente, cumprindo com a sua função filantrópica e social.

No ano de 1950, o asilo abrigava 78 moças às suas próprias custas e mais 30 que eram mantidas através de doações da Legião Brasileira. De acordo com a história tradicional de Feira de Santana, “em 1950 o Asilo Nossa Senhora de Lourdes era o mais importante feito do clero católico para o bem-estar material do povo de Feira de Santana” (POPIINO, 1968, p. 98).

### **3.2 Importância do Asilo Nossa Senhora de Lourdes para a cidade e para os atendidos**

Durante a Primeira República, a educação era debatida sobre dois vieses: de um lado Rui Barbosa defendia que o desenvolvimento social aconteceria através da escolarização da população e, em contrapartida, os opositores afirmavam que a União não tinha a obrigatoriedade em oferecer um ensino público voltado a todas as camadas sociais.

Com relação a isso, apesar de algumas estratégias educacionais terem sido elaboradas, mesmo assim, não estava resolvido o problema da necessidade da ampliação de oferta das escolas públicas no Brasil. Nesse contexto, as questões sociais eram deixadas de lado. A quantidade de jovens pobres e desvalidos que viviam nas ruas era grande e o Estado não traçava ações voltadas à resolução desse problema.

Em decorrência disso, as instituições filantrópicas e assistenciais instalaram-se a fim de desenvolverem projetos voltados a diminuição dos problemas sociais.

A sociedade como sendo essencialmente marcada pela divisão entre grupos ou classes antagônicas que se relacionam à base da força, a qual se manifesta fundamentalmente nas condições de produção da vida material. Nesse quadro a marginalidade é entendida como um fenômeno inerente à própria estrutura da sociedade (SAVIANI, 2003, p. 04).

Diante disso, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes, mesmo tendo sido fundado em 1879, ganha maior respaldo social na Primeira República (1889-1930), quando toma para si a função de abrigar meninas pobres e desvalidas, órfãs e/ou encontradas nas ruas. O seu fundador, o Pe. Ovídio Alves de São Boaventura, vinha de família rica e influente na cidade de Feira de Santana e, de acordo com registros encontrados no jornal a Folha do Norte (1910-1915), a sua família também tinha participação na política local, o que contribuiu para que esse padre conseguisse fundar a referida instituição.

Ainda tendo por base o mesmo documento, escrito e impresso em 1908, as meninas pobres e desvalidas entre 5 a 12 anos de idade e que não tivessem nenhuma doença infectocontagiosa eram abrigadas no Asilo Nossa Senhora de Lourdes, tornando-se internas e saindo de lá quando fizessem 21 anos.

Art 10º: Para ser admitida uma orphan no Asilo de Lourdes deverá o interessado apresentar a Irmã Diretora um requerimento por escripto, acompanhado de documentos que comprovem: (a) morte ou abandono de um dos paes, e que a orphan é pobre sem meios sufficientes para sua educação; (b) não ter parentes em condições de ampará-la; (c) não ter menos de cinco annos, nem mais de doze, sendo a idade provada por certidão ecclesiástica, salvo o caso de completo abandono pelas ruas, para o que será bastante o atestado do parocco. (...)

Art 11º: Não são admissíveis as meninas notavelmente defeituosas ou que sofram de molestias contagiosas ou incuráveis” (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 04).

Com isso, quando as meninas se tornavam internas, elas aprendiam lições que compreendiam desde noções comportamentais, passando pelos rudimentos de educação (Português, Matemática, etc.) indo até aprendizados referentes às atividades domésticas (cozinhar, lavar, passar e engomar).

Art 17º: As asyladas têm direito aos seguintes ramos do ensino: línguas portuguesa e francesa, arithemetica, systema metrico, instrucção religiosa, historia sagrada e noções geraes de historia do Brasil, alem das pendas domesticas dos trabalhos de agulha e outros adequados a suas condições, como lvar, gomar e cozinhar (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 05).

Para isso, no exercício de suas funções aprendidas (corte, costura, preparo de comidas, doces e salgados), as moças preparavam seus quitutes e demais prendas a fim de vendê-las nas festas da quermesse ou nas demais festas religiosas (festa de Senhora Sant’Anna, festejos



de Senhora Conceição da Praia, dentre outros). Os fundos angariados eram destinados ao asilo, com o propósito de pagar contas como as água e luz e também comprar alimentos.

Apesar do Brasil ser considerado um país laico, ainda era comum o ensino religioso nas escolas públicas e instituições filantrópicas, e no Asilo Nossa Senhora de Lourdes não era diferente. As Irmãs Sacramentinas eram orientadas pelo padre que organizava o setor educacional e pedagógico da referida instituição. Inicialmente, o padre era o fundador do asilo, Pe. Ovídio Alves de São Boaventura. De acordo com documentos encontrados no Acervo Privado da Fundação Nossa Senhora de Lourdes, ele permaneceu no cargo entre os anos de 1879 e 1886, quando veio a óbito. Após o seu falecimento, o pároco da diocese de Feira de Santana assumiu o cargo.

Diante disso, as práticas pedagógicas desenvolvidas no Asilo Nossa Senhora de Lourdes eram pautadas no conservadorismo, na disciplina, controle e organização. Por se tratar de uma instituição de cunho religioso católico, todas as internas tinham que ser batizadas na fé Católica Apostólica Romana.

Assim, uma das principais finalidades da educação das Irmãs Sacramentinas era o cuidado e a proteção do corpo. Dessa forma, as moças serem virgens e terem o domínio das prendas domésticas (cozinhar, lavar, passar, engomar, costurar, etc) era de fundamental importância para lhes assegurar um futuro digno (leia-se um bom casamento ou um bom emprego em casa de família).

Com isso, a noção de manutenção da ordem, do rigor institucional, do cumprimento das ordens recebidas, dos exames e testes feitos para agrupar os indivíduos institucionalizados, das punições severas, deveriam servir de exemplo (baseado no medo) para aqueles que não erraram. Destaca-se que todas essas características disciplinares que eram inerentes e particulares ao Exército e que os religiosos e educadores vieram a aderir.

A escala, em primeiro lugar, do controle: não se trata de cuidar do corpo, em massa, *grosso modo*, como se fosse uma unidade indissociável mas de trabalhá-lo detalhadamente; de exercer sobre ele uma coerção sem folga, de mantê-lo ao nível mesmo da mecânica — movimentos, gestos atitude, rapidez: poder infinitesimal sobre o corpo ativo (FOUCAULT, 1975, p. 163).

Diante disso, de acordo com a ata de reunião da Pia União das Filhas de Maria (grupo em que algumas Senhoras da Caridade faziam parte e membros da ordem do Santíssimo Sacramento também) datada de 1915 as órfãs deviam ser tratadas como “donzelas christãs”.

(...) Tem por principal glorificar a Virgem Mãe, tributando-lhe culto de veneração e amor, guiando no caminho da Virtude, com o seu patrocínio e de Santa Ignêz, Virgem e Martyr, as donzellas christãs (ATA DE REUNIÃO DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA E DAS IRMÃS SACRAMENTINAS, 1914).

As práticas repressivas eram constantes, de acordo com as fontes levantadas. As jovens não podiam ter pensamentos ditos “impuros”, não poderiam ter namorados (a menos que as irmãs arrumassem um pretendente a fim de contrair matrimônio com uma das jovens órfãs) e deveriam se vestir de maneira adequada (sem decotes ou pernas à mostra, etc.). Como a educação dessas moças era baseada no culto e veneração à Virgem Santíssima, as Irmãs Sacramentinas e as Filhas de Maria (membros da Pia União das Filhas de Maria) deveriam adotar a modestia no trajar e no comportamento, devendo:

(...) dar um bom exemplo pelo seu trajar sério e decente não admitindo nada que poss ferir a virtude, lembrando-se que a modestia é a mais resplandecente pérola de uma donzella. (ATA DE REUNIÃO DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA E DAS IRMÃS SACRAMENTINAS, 1915).

Assim, as falas, o linguajar e os hábitos católicos eram muito policiados. As classes de trabalhos manuais (corte, costura, bordados, etc) eram baseados na ampla repetição dos ensinamentos. As jovens eram educadas para se tornarem domésticas, donas de casa e/ou professoras.

De acordo com as regras do estatuto do asilo, datadas de 1908, a Irmã Directora não podia admitir jovens que fossem consideradas “órfãs incorrigíveis”, ou que apresentassem algum defeito físico. Estas não poderiam ser amparadas pela instituição em questão, conforme o artigo 11º do Estatuto do Asilo, que diz: “Não são admissíveis as meninas notadamente defeituosas ou que sofram moléstias contagiosas ou incuráveis” (ESTATUTO DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 4).

Em face dessa informação, teço a crítica de que a filantropia tinha regras bem rígidas e não era para todos. As irmãs não analisavam o histórico de vida das órfãs ou se compadeciam se elas tinham problemas físicos como ter uma perna manca ou apresentar a falta de um membro (como um pé ou mão), o que lhes dificultariam a sobrevivência em sociedade.

### 3.3 Os Sujeitos do Asilo

#### 3.3.1 Padre Ovídio Alves de São Boaventura

O Padre Ovídio, como era conhecido popularmente, foi um membro importante da sociedade feirense. Oriundo de família abastada de Feira de Santana, nasceu em 23 de julho de 1842. Em 1865 concluiu seus estudos no Seminário de Salvador, ordenando-se padre e iniciando o seu paróquio, que durou até o ano de 1886, quando veio a óbito por conta de uma enfermidade a que os registros denominavam congestão.



**Imagem 1: Pe. Padre Ovídio. Sem referência de ano**  
Disponível em: [www.oliveiradimas.blogspot.com](http://www.oliveiradimas.blogspot.com) (Arquivo digital)

Filho do Capitão Manoel Alves de São Boaventura (fazendeiro rico) e de D. Maria Joaquina de São Boaventura, nasceu em Feira de Santana. Sua família era influente na cidade, e a boa condição social de que gozava fez com que, em sua mocidade, fizesse o Seminário para padre na cidade de Salvador. Em 21 de agosto de 1864 foi ordenado padre, retornando a sua cidade natal iniciando o seu paróquio um ano depois, em 1865.

Depois do tirocínio do Seminário, chegava a Feira de Santana o padre moço de 1864, ordenado presbítero pelo arcebispo Dom Manoel Joaquim da Silveira, com a provisão de coadjutor do vigário colado, padre José Tavares da Silva. Em 1874 foi elevado a vigário encomendado (substituto) em vista de se achar nonagenário e inválido o titular (MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES, s.a., p. 6).

Filho de pais ricos e herdeiro de escravos, padre Ovídio declarou livres os indivíduos em condição de escravidão, herdados do Capitão Manoel de São Boaventura. Tinha buscado viver seguindo os princípios franciscanos e, por conta disso, tinha fundamentos humanistas e altruístas. Além de cuidar do abrigo das órfãs desvalidas, buscava prover-lhes a assistência médica e a compra de seus enxovais. Fora do asilo, ocupou-se em buscar auxílio financeiro para os trabalhadores pobres, chegando a fornecer-lhes pequenos empréstimos.

Vivia bem perto do povo, ele que provinha de família abastada e de chefes políticos. Soube sentir com a Igreja no pontificado de Pio IX, na invasão dos domínios pontifícios e também ser solidário com os bispos na Questão Religiosa (MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES, s.a., p. 7).

Fundador de várias instituições, a exemplo o Montepio dos Artistas feirenses e o Asilo Nossa Senhora de Lourdes, preocupou-se com os pobres, com os grupos sociais excluídos e marginalizados, chegando a idealizar um projeto de educação agrícola voltado à promoção de uma microeconomia voltada à sustentabilidade das populações rurais. Também buscou fundar um projeto educacional voltado às crianças carentes, inclusive o município feirense fora denominado “cidade – escola” por conta de tais projetos. Dessa forma, de acordo com Costa (2013, p. 148), “sua ação caritativa teve por resposta o advento de uma demanda de meninas filhas da escravidão, completamente abandonadas segundo o ponto de vista da inclusão social”.

Feira de Santana, no período descrito, era basicamente uma cidade de negócios e, graças a isso, os lucros advindos do comércio eram as maiores preocupações dos moradores. Nesse contexto, é importante salientar que se tonava frequente e visível a presença de crianças nas ruas e essa situação levou o pároco em questão a buscar o cuidado da infância abandonada do referido município. Buscava fora da cidade, em locais como Serrinha, Santa Bárbara, Tapera, Amargosa, dentre outros, recolher donativos para auxiliar nos cuidados com as órfãs desvalidas. Com isso, desenvolveu uma série de ações que visavam o cuidado com as crianças carentes e, dentre seus maiores feitos, está a fundação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

Foi à Corte, São Paulo e Minas Gerais, para obter auxílio para a orfanade abandonada. Peregrinou pelo recôncavo e pelo sertão. De um velho livro, por ele mesmo aberto e rubricado como fundador do asilo, destinado ao lançamento da despesa e da receita, se encontra a escrituração escrupulosa das ‘esmolas angariadas’ nas Freguesias de santa Bárbara, Conceição do Coité, Santana da Serrinha, Santo Estêvão, Tapéra, Gibóia, na Capela da Tartaruga, Boqueirão, Conceição do Almeida, São Felipe das Roças, santo Antônio de Jesus, Santana do Rio das Dona, Pedra Branca, Santo Antônio do Arguim, Bom Conselho da Amargosa, São Vicente Ferreira de Areia, Nossa

Senhora do Rosário do Orobó (Itaberaba), Conceição da Baixa Grande, Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre, Sant'Anna do Camisão, Nossa Senhora de Nazaré (cidade) e Santana da Aldeia (Aratuípe) com auxílio contabilizado (MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES, s.a., p. 7).

Quando veio a óbito por causa de uma congestão, toda a sociedade feirense sentiu a sua perda. Como era conhecido em toda a Bahia por causa das obras sociais que realizou, autoridades políticas e religiosas de vários municípios dirigiram-se à Feira de Santana, a fim de prestarem as suas últimas homenagens. Após seu falecimento, o presidente da província decidiu ajudar financeiramente o asilo. Monsenhor Mário Pessoa da Silva foi o responsável por dar continuidade à obra social do Padre Ovídio, em especial, o que se referia à infância abandonada, ou seja, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes, que ajudou a gerir durante os sessenta anos de seu paróquio.

Quando a congregação das Irmãs do Santíssimo Sacramento chegou à cidade, no ano de 1903, foi acolhida com felicidade pelo monsenhor em questão, que buscou inseri-la nas questões sociais, sendo assim, lhe deu a direção da instituição em questão, para que pudesse geri-la.

### **3.3.2 Irmãs Sacramentinas**

As Irmãs Sacramentinas originaram-se na França pós-Revolução Francesa e migraram ao Brasil, instalando-se no município de Feira de Santana, em meados do século XIX. Na França houve a disseminação do ódio à religião Católica Apostólica Romana, que foi consequência direta da Revolução Francesa (momento em que, na história da França, o Estado e a Religião se separaram graças à derrubada do Absolutismo). Como o ambiente havia se tornado hostil, as madres superiores decidiram vir para o Brasil a fim de dar continuidade ao trabalho de evangelização de educar crianças de acordo com os preceitos da fé.

Numa época que parecia ser escassas as possibilidades de manifestação pública dos ideais cristãos e o ódio se instalava nos corações de muitos que constituíam o governo francês, surge para as congregações uma oportunidade de reavivar seus compromissos com o Cristo e a Igreja. O ideal missionário passa por uma fase de crescimento, a ponto de novos apelos serem concretizados, sempre na busca de liberdade para amar e servir a Deus segundo o espírito de sua fundação, que lhe era recusada em terra francesa (BUAINAIN, 1991, p. 52).

O Brasil foi receptivo à presença das Sacramentinas no país. Elas se espalharam por todo o Estado da Bahia (e em demais cidades brasileiras como São Carlos – SP), implantando

asilos e colégios. Cidades como Feira de Santana, Salvador, Vitória da Conquista e São Carlos, são exemplos de locais em que a atuação das Sacramentinas se fez presente e ocorre até os dias atuais. Suas escolas são referência de qualidade educacional, tendo por principal missão desenvolver nos alunos o senso de respeito, dignidade e amor ao próximo seguindo os preceitos da fé e do amor em Cristo. No entanto, a origem de suas escolas foram as instituições filantrópicas, ou seja, asilos e orfanatos.

A principal ideia de fundação de escolas religiosas baseava-se no fato de que se daria continuidade à atividade do referido grupo religioso que se originou na França do século XVIII e se propagou em diversos países como Itália e Brasil.

Através delas as sacramentinas estenderam sua atividade missionária ao Brasil. Conforme a afirmação seguinte, reconhecemos como a presença de religiosas era necessária: “Sob o ponto de vista religioso, o Brasil oferecia um vasto campo de ação ao zelo e ao apostolado”. Os padres eram pouco numerosos e quase não havia religiosas. Nos grandes centros como Rio de Janeiro e Salvador já havia casas religiosas, mas as cidades do interior eram privadas totalmente de qualquer presença religiosa. O vigário para percorrer a sua paróquia tão vasta precisava viajar pelo menos quatro dias a cavalo (BUAINAIN, 1991, p.55).

O asilo contava com a “direção imediata da autoridade diocesana, conforme vontade expressa de seu fundador”. A administração interna ficou nas mãos das Irmãs do Santíssimo Sacramento sendo que sua madre superiora seria a diretora, o que, para tanto, não se fazia necessário nenhum tipo de nomeação especial.



**Imagem 2: Da esquerda para a direita: Irmã São Félix Baudet, Irmã Marie Hermann Colombet, Irmã Santa Rosalie Roche, Irmã S. François Catiaux e Irmã Felicité Jachetti. Primeiras irmãs do Asilo Nossa Senhora de Lourdes Nossa Senhora de Lourdes. Acervo: Colégio Padre Ovídio. Disponível em: (<http://www.padreovidio.com.br/sobre>)**

Ela [a diretora] deveria cumprir as seguintes funções: seguir as regras do estatuto, organizar o regulamento interno, administrar todos os recursos (financeiro, material e pessoal), administrar a entrada e saída das órfãs, apresentar as despesas e as receitas da

instituição, dentre outras atribuições que lhes eram delegadas, de acordo com o presente documento:

Art. 9º. A irmã Directora do Asilo Nossa Senhora de Lourdes Nossa Senhora de Lourdes tem as seguintes obrigações:

1º: Dirigir todo o serviço do estabelecimento, cumprindo e fazendo cumprir, no que lhe disser respeito os presentes Estatutos.

2º: Organizar um regulamento interno, de acordo com as bases destes Estatutos;

3º: Aplicar devidamente as rendas do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, podendo fazer contracto para fornecimento e para mais tudo mais que disser respeito a economia interna do mesmo Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

4º: Fazer ou mandar fazer a escripturação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, tendo para isto os seguintes livros: um para termos e entradas e retirada das orphans; um para recibos e um para conta corrente da receita e despeza do Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

5º: Representar o Asilo Nossa Senhora de Lourdes em toda a correspondência oficial.

6º: Fornecer as informações pedidas pela autoridade diocesana, cumprir as ordens da mesma.

7º: Admitir orphans desvalidas, de accôrdo com os artigos 10º e 11º destes Estatutos.

8º: Fazer retirar as orphans quando se tornarem incorrigíveis ou apresentarem moléstias infecto-contagiosas, mediante atestado medico; em ambos os casos levará ao conhecimento da Presidente das Senhoras da Caridade.

9º: Tratar as orphans com todo o carinho maternal, tendo o maior cuidado da educação d'ellas.

10º: Decidir sobre casamento e colocação de asyladas, ouvindo o parecer do Conselho das Senhoras de Caridade.

11º: Receber os donativos e as esmolas e apresentar anualmente um relatório da receita e despeza de todo o movimento do Asilo Nossa Senhora de Lourdes á Assembléa Geral das Senhoras de Caridade.

12º: Assistir as reuniões do Conselho de Senhoras de Caridade, cumprir as resoluções do mesmo no que lhe disser respeito, de acordo com esses Estatutos, dar informações, não podendo porém ter voto deliberativo.

13º: Desvelar-se pelo asseio e decencia da Capella, provendo-a do necessario para os actos religiosos e conservando em guarda os moveis e alfaias a ella pertencentes (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 03-04).

Além da diretora, o Asilo Nossa Senhora de Lourdes tinha um Capelão que recebia uma gratificação para atuar na referida instituição. As Senhoras de Caridade, grupo que fundou a instituição juntamente com o Padre Ovídio, também atuava na estrutura organizacional, devendo ter atribuições e obrigações, as quais constavam nos estatutos do asilo em questão.

A Irmã Directora era a responsável pela administração geral da referida instituição. A ela cabia a administração financeira do asilo, devendo prestar contas mensalmente às Senhoras da Caridade e ao pároco da cidade.

A Irmã Directora do Asilo Nossa Senhora de Lourdes de Lourdes tem as seguintes obrigações:

1º: Dirigir todo o serviço do estabelecimento, cumprindo e fazendo cumprir, no que lhe disser respeito os presentes Estatutos.

2º: Organizar um regulamento interno, de acordo com as bases destes Estatutos.

3º: Aplicar devidamente as rendas do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, podendo fazer contracto para fornecimento e para tudo mais que disser respeito a economia interna do mesmo Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

4º: Fazer ou mandar fazer a escripturação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, tendo para isto os seguintes livros: um para termos de entradas e retirada das orphans; um para recibos e um para conta corrente de receita e despeza do Asilo Nossa Senhora de Lourdes (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 03).

De acordo com a ata de reunião mensal da Pia União das Filhas de Maria, a Irmã São Félix Baudet foi uma das primeiras Irmãs Diretoras da instituição em pesquisa e mesmo quando ela foi viver em Maceió (por causa do projeto de extensão da Ordem do Santíssimo Sacramento no Brasil) continuava exercendo a função de “Directora Honorária” e a notícia de seu falecimento, em 1904, provocou imensa tristeza e pesar às Irmãs Sacramentinas e à Pia União.

A Pia União foi surpreendida com a tristíssima noticia do falecimento da virtuosa Irmã S. Félix em Maceió, aonde ella tinha ido a negócios de sua congregação, era religiosa da Congregaçãõ do S. Sacramento, natural de França e descendente de origem nobre, era igualmente nossa Directora honorária, em qualidade de superiora do Asilo Nossa Senhora de Lourdes de Lourdes, cujo encargo ella exercia conjunctamente com “officio de provincial de sua Congregaçãõ no Brasil”. Por pouco que fosse o tempo que ella demorou entre nós, pouco mais de um anno, esse foi bastante para também conhecermos a sua educaçãõ primorosa e o fervor cheio de abnegaçãõ com ella se dedicasse aos misteres da santa religiãõ por uma vocaçãõ decidida (ATA DA REUNIÃO MENSAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1904, p. 62).

Assim, quando as Sacramentinas vieram à cidade de Feira de Santana, já sabiam da necessidade em gerir o Asilo Nossa Senhora de Lourdes, posto que foram chamadas pelo pároco Mário Pessoa, justamente com essa finalidade. Dessa forma, o pesar ocasionado pelo



falecimento de uma das irmãs ocorreu justamente por que as Sacramentinas que chegaram a Feira de Santana atuaram diretamente na reorganização do asilo, buscando implementar as práticas educacionais e religiosas ali difundidas.

### 3.3.3 Asiladas

O princípio de admissão de moças pobres e desvalidas era a questão da pobreza e/ou do abandono. Era necessário provar, através de certidão de óbito, que um dos pais havia falecido, que a família nuclear não tinha como prover o sustento da órfã ou não queria recebê-la em sua casa, além da faixa etária que tinha que ser entre 5 e 12 anos de idade e não poderiam ter nenhum tipo de doença infectocontagiosa. (No período em questão eram comuns doenças, a exemplo de tuberculose e febre amarela, que eram incuráveis). Aquelas que tinham sido abandonadas nas ruas, era necessário apresentar um “atestado do parocho”.

Uma outra característica dos recolhimentos e dos asilos, em geral, era o fato de que as mulheres eram “regeneradas” quando inseridas nessas instituições. Em especial, quando as jovens pobres e desvalidas eram acolhidas, tornavam-se salvas da prostituição. De acordo com Costa (2013, p. 131) “o asilo simbolizava o desejo de conservar um ideal de mulher cristã em meio aos perigos da prostituição que cercava as meninas que se encontravam abandonadas pelas ruas e estradas do município feirense”.

Apesar de não encontrar referência direta, nas atas e no regulamento oficial do asilo em questão, essa era uma ideia que perspassava as instituições de acolhimento da época, a exemplo a Santa Casa de Misericórdia em Salvador, que afirmava promover

Um valioso papel na promoção da política nacional de casamentos, fornecendo alguma proteção a moças que de outra forma não poderiam casar-se, ou cuja posição financeira precária as tornariam suscetíveis de prostituição (RUSSELL-WOOD, 1997, p. 42).

Nenhuma menina que apresentasse deficiência física ou doença contagiosa poderia ser abrigada no asilo. As meninas que eram acolhidas ficavam sob a tutela da instituição e nenhum parente ou até mesmo um dos pais (se ela tivesse) poderiam querê-la. Podiam ficar na instituição até os 21 anos de idade, podendo sair antes apenas se fossem contrair matrimônio ou se viessem a trabalhar em casa de família como doméstica. Também havia uma remota possibilidade da sua família ir buscá-la, mas, para isso, era necessário que o chefe da família, a asilada, a diretora e a presidente das Senhoras de Caridade concordassem com o fato.

Quando as internas seguiam as instruções, elas eram dignas de estarem no ambiente em que se inseriam, sendo dignas também do tratamento que recebiam. No entanto, aquelas que não eram facilmente adestradas chegavam a ser classificadas de incorrigíveis e, caso não mudassem a sua conduta, seriam excluídas do regime de internato.

O tempo medido e pago deve ser também um tempo sem impureza nem defeito, um tempo de boa qualidade, e durante todo o seu transcurso o corpo deve ficar aplicado a seu exercício. A exatidão e a aplicação são, com a regularidade, as virtudes fundamentais do tempo disciplinar (FOUCAULT, 1975, p. 177).

Vale considerar que a necessidade de vigiar o corpo do indivíduo é, antes de mais nada, uma ação política. E esse corpo deveria estar sempre ocupado, desenvolvendo alguma função produtiva, algum ofício que gerasse riqueza. Na época moderna, aquele que não produzisse riquezas era considerado um peso para o Estado e em pleno desenvolvimento do capitalismo, isso não deveria acontecer.

Através da disciplina, da efetividade e da produtividade geradas, o homem pode ocupar espaços sociais distintos. No caso das internas nas casas de reclusão, elas aprendiam as lições e à medida que iam aprimorando suas habilidades, iam conquistando maior espaço dentro do instituto.

Uma asilada que viesse a sair do instituto não poderia mais retornar à casa como interna. Aquelas que apresentaram doenças infectocontagiosas ou que tinham comportamentos incorrigíveis também eram convidadas a se retirarem do asilo para que não viessem a adoecer as demais e a influenciá-las negativamente. As asiladas que contraíam casamento tinham que ter a autorização da diretora e ganhavam um auxílio para custear as despesas do enxoval.

Destaca-se, ainda, que as meninas asiladas tinham aulas de Português, Matemática, História Sagrada, etc, sem contar que aprendiam a cozinhar, fazer doces e salgados, cortar e costurar, lavar, engomar e passar, dentre outros atributos domésticos que uma mulher necessitava aprender caso viesse a tornar-se doméstica ou dona de casa e que a sociedade da época exigia que as moças soubessem.

As asiladas têm direito aos seguintes ramos de ensino: línguas portuguesa e francesa, arithemetica, systema métrico, instrução religiosa, historia sagrada e noções geraes de história do Brasil, alem das prendas domesticas e trabalhos de agulha e outros adequados ás suas condições, como lavar, gomar e cozinhar (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE

LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p.05).

Não poderia haver diferença no tratamento com as órfãs, todas tinham que receber os mesmos tratamentos, assim, não poderiam preferir uma em detrimento de outra. Ainda havia aquelas que mostravam ter o dom professoral, então poderiam fazer parte da Pia União das Filhas de Maria e, conseqüentemente, passavam por todo o programa de tirocínio discente para chegar a tornar-se professora do asilo. Outras ainda preferiam ingressar na vida religiosa, vindo a estudar e ordenar-se freiras.

### **3.3.4 Senhoras de Caridade**

Associação composta pelas mulheres da alta sociedade feirense tinha um cunho filantrópico de atuação na cidade de Feira de Santana. Esse era um tipo de grupo social existente em algumas cidades do estado baiano, tais como Salvador e Cachoeira.

Diante disso, o grupo atuante na sociedade feirense tinha por função a promoção de eventos, festas e demais ações que buscassem angariar recursos para a manutenção da estrutura física e das outras demandas referidas às meninas asiladas. Como o próprio nome do grupo já sugere: realizar caridade com os mais necessitados era a principal característica da equipe de senhoras.

Art 28º: O primeiro e principal benefício de que gosam as Senhoras de Caridade, são as mesmas obras de Caridade que fazem, concorrendo toda para o arrimo das orphans desvalidas, o que será levado em conta no Tribunal Divino por Aquelle Supremo Juiz que, para despertar nossa cardade, se quiz identificar com os pobres e indigentes dizendo: ‘Quam diu fecisti uni ex his fratribus meis, mihi fecistis’ (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p.06).

Com isso, as associadas pagavam uma anuidade e um valor de entrada para ingressar no grupo em questão. Tinham que ser pessoas honestas, tementes a Deus e que sobreviviam de recursos honestos. Assim, de acordo com o Estatuto:

Art 22. Para ser admitida entre as Senhoras de Caridade deve a candidata seguir os seguintes requisitos: (a) ser pessoa de reconhecida honestidade; (b) ter um meio honesto de subsistência; (c) ser temente a Deos e caricativa (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, pp. 05-06).

As Senhoras de Caridade tinham por hierarquia uma presidente, uma secretária, uma procuradora e quatro conselheiras. Reuniam-se em assembleias gerais para escolherem as doze mordomas que deveriam pedir esmolas para o asilo.

Art 40º: O Conselho das Senhoras de Caridade fará suas reuniões em uma sala do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, sendo as deliberações tomadas por maioria das Conselheiras presentes.

Art 41º: A essas reuniões poderá assistir o Capellão que ocupará a Presidência de honra não tendo porem voto deliberativo (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 07).

Também tinham que aceitar o cargo que lhe era conferido, participar das festas do asilo e ajudar no que for possível para a manutenção das meninas órfãs do Asilo Nossa Senhora de Lourdes. O Capellão sempre participava as reuniões de Assembléia Geral das Senhoras de Caridade e estas aconteciam em uma das salas da instituição evidenciada.

Toda Senhora de Caridade é obrigada a:

1º: Aceitar o cargo para que for eleita e procurar desempenhar-o com verdadeiro espírito de Caridade.

2º: Tomar parte nas Assembléias Geraes com direito de voto.

3º: Apresentar-se nas festas principaes do Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

4º: Aceitar as commissões de que lhe encarregar a Presidente, salvo excusa por motivo justo.

5º: Concorrer com os meios que a Caridade lhe sugerir para augmento do patrimônio do Asilo Nossa Senhora de Lourdes

(ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 06).

Destaca-se que esse grupo de senhoras tinha grande importância na vida asilar, uma vez que elas foram responsáveis, juntamente com o pároco Pe. Ovídio Alves de São Boaventura, pela fundação do asilo. O primeiro imobiliário, a primeira casa em que o asilo funcionou e a segunda biblioteca da cidade, todos esses eventos foram pensados e organizados pelas Senhoras de Caridade e, por conta disso, elas participavam diretamente da administração do órgão, tendo voz ativa nas Assembleias Gerais, tomando medidas para admissão e retirada das órfãs (quando necessário) da instituição em questão. Inclusive os Estatutos do Asilo Nossa Senhora de Lourdes de Feira De Santana, eram pensados, escritos e implementados por elas.

Art 32º: A Assembleia Geral das Senhoras da Caridade fará duas sessões anualmente: sendo uma para eleição do Conselho e das Mordomas na primeira domingo do mez de Novembro, e outra para a sua posse e leitura do relatório no dia 8 de Dezembro.

Único: Reunir-se-há extraordinariamente todas as vezes que for convocada pela Presidente (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 07).

Como se pode notar, tratava-se de um grupo atuante na vida cotidiana das jovens orfãzinhas, como eram chamadas pela sociedade feirense, ao coletarem esmolas para o asilo. Além delas, outras pessoas também ocupavam-se da mesma ação, a exemplo disso, tinham-se os coronéis, juízes e demais membros da sociedade que, esporadicamente, realizavam doações “às pobres orfanzinhas”.

A renda adquirida ao longo do mês era entregue a irmã diretora do asilo, que emitia um recibo e convertia os valores para o cuidado com as órfãs do asilo. As mordomas (era uma para cada mês do ano) tinham a função de coletar esmolas para as órfãs. Se por algum motivo ela não tivesse querido exercer a sua função, deveria desembolsar de sua própria renda o valor de vinte e quatro mil réis para que as órfãs não sofressem nenhum tipo de privação. Conforme observa-se:

Art 56º. As Senhoras da Caridade escolhidas pela Assembléia Geral para Mordomas do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, exercerão as suas funções independentes de juramento e pela maneira seguinte:

1º: Cada mordoma é obrigada no seu mez a tirar esmolas para a sustentação do Asilo Nossa Senhora de Lourdes, podendo fazer não só nesta Cidade como em qualquer outro ponto da Archidiocese.

2º: A mordoma do mez deverá, quando lhe for possível, visitar o Asilo Nossa Senhora de Lourdes e indagar da irmã Directora o que mais convém aos interesses das Orphans.

3º: No fim de seu mez entregará á Presidente ou á Procuradora as esmolas angariadas e tomará o competente recibo.

4º: Se por motivo de moléstia, não poder tirar esmolas, deverá a Mordoma comunicar à Presidente para que esta providencie sobre a substituição.

5º: Se, porém, não apresentar em tempo escusa razoável e não tirar esmolas, entrará de seu bolso com a quantia de vinte mil réis, afim de que não sofram os interesses das orphans (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 11).

As Senhoras da Caridade aumentavam a quantidade de donativos angariados em épocas de crise econômica. Apesar das críticas que algumas literaturas fazem em relação ao

real papel delas no asilo, cumpriam com o que lhes era determinado, sendo fundamentais para que ocorresse a manutenção da instituição em questão.

### 3.3.5 Pia União das Filhas de Maria

A Pia União das Filhas de Maria em Ravena é uma instituição religiosa, fundada na cidade de Ravena, na Península Itálica no século XII, tendo por sua patronesse Santa Ignêz. Após o falecimento de seu fundador, o Beato Pedro de Honestis, caiu no esquecimento durante séculos.

Com isso, no século XVI, durante o período da Contrarreforma, a instituição foi restaurada. O Concílio de Trento buscou estratégias de reforçar os ideais católicos nos seios das famílias, além de fazer com que as mulheres tivessem condutas mais rigorosas e sérias, baseadas no catolicismo, era uma dessas estratégias. Em vários lugares na Europa (Itália, Portugal, França) a Pia União voltou a funcionar.

Com a reorganização da Paróquia de Santa Ignêz, no século XVIII, o grupo em questão foi reestabelecido através do Papa Pio XII. Por causa dessa ação, o Papa Pio XII ficou conhecido como “o Papa de Nossa Senhora”.

Atingiu, mais tarde, seu pleno desenvolvimento na paróquia de Santa Ignêz, extra-muros de Roma, onde, sobre o tumulo desta Virgem e mártir, foi ereta pelo Abade Passeu, também da Ordem dos Cônegos de Latrão, em 1864, tomando o nome da Pia União das Filhas de Maira, sob o patrocínio da Virgem Imaculada e de Sta Ignêz, virgem e mártir.

O S. S. Papa Pio XII – o Papa de Nossa Senhora – de santa e saudosa memória a enriqueceu de muitas indulgências e privilégios, elevando-a á categoria de “Primaria”, concedendo ao Pároco de Sta Ignêz e depois o Abade Geral dos Cônegos de Latrão, a faculdade de agregar todas as outras eretas ou de se extinguir de qualquer parte do mundo, comunicando-lhes as indulgências e privilégios de que faz a Primaria (HISTÓRIA DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1955, p.1).

Seu principal núcleo foi na França e durante o século em destaque, a educação feminina das famílias católicas pautou-se nos ideários da Pia União, que veio ganhando mais adeptas e crescendo socialmente. Só que o citado país, no século XIX, encontrava-se prestes a realizar a Revolução Francesa.

Reitera-se que tal grupo religioso encontrou, na França, um ambiente inicialmente gentil, mas que, após os movimentos revolucionários, tornou-se hostil. Sendo assim, quando as Irmãs do Santíssimo Sacramento vieram ao Brasil, trouxeram junto consigo os ideais da Pia União, fundando em Feira de Santana o referido grupo.

Estendendo-se por todo o orbe catholico o exército branco e azul da Virgem assentou também seus arraiais nesta Paroquia da Feira de Santana.

Bem remotos tempos! – 60 anos – Começaram a vicejar as primeiras plantinhas que o santo Pe. Ovídio transplantava dos descampados da indigência e orfandade tem a sáfara e inóspita e dos beiciais das estradas, sujeitas aí o tacão grosseiro das vicissitudes varias para esse jardim fechado – o Asilo Nossa Senhora de Lourdes – onde veem desabrochando, esparzindo aqui e ali o suave odor de Cristo, beirando já um centenário (HISTÓRIA DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1955, p.2).

A Pia União das Filhas de Maria foi criada também pelo Padre Ovídio para que desse suporte ao asilo, tanto ideológico quanto financeiro. Era um grupo organizado que devia seguir os preceitos de Maria, seguindo os Seus princípios no agir, no pensar e no comportar. Dessa forma, como a cidade de Feira de Santana tem, em sua raiz, uma devoção grande à Virgem Santíssima, a Pia União das Filhas de Maria foi recebida de braços abertos pela sua população, em especial pelas mulheres, já que se tratava de uma associação feminina.

Tratou de fundar a Pia União das Filhas de Maria, com sede no Asilo, mas irradiando seus benefícios para toda a paróquia.

Esse feito teve logar aos 5 de junho de 1895, quando com aprovação e bênção de S. Exm. Ver. Jerônimo Tomé da Silva, piedoso Arcebispo do Solo Primacial da Bahia, de veneranda memória, a erigiu canonicamente. Prova de sua validade é a Carta de á “Primaria” que possuímos (HISTÓRIA DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1955, p.3).

Elas, além de participarem da rotina da Igreja Católica na cidade, também ocupavam-se de angariar esmolas para as jovens orphanzinhas. Inclusive, eram acionadas pelo pároco quando os períodos econômicos eram de recessão e o asilo não recebia muitos fundos.

Aos quatorze dias do mez de Abril, do actual anno de 1907, reuniram-se as Filhas de maria, sob a presidência de seu digno Director Ver. Pe. Affonso Godinho, no salão nobre do Asilo Nossa Senhora de Lourdes de Nossa Senhora de Lourdes desta Cidade de Feira de Santana, as 4 horas da tarde. Recitadas as orações iniciais foi aberta a sessão Pela Presidente foi dito que em virtude da crise que atravessamos, tornava-se preciso que cada associada levasse a efeito nos domingo angariar algumas esmolas em prol das Orphans deste Asilo Nossa Senhora de Lourdes, cuja esmoseria tirada depois da missa dentro do edificio.

Nada mais havendo a tratar-se lavrei a presente acta que vai por mim assignada (ACTA DA REUNIÃO MENSAL DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1907, p. 63).

Apesar de ter sido criada pelo padre Ovídio, a Pia União das Filhas de Maria foi institucionalizada em 1895, pelo Pe. José Loureiro, sucessor do fundador do grupo em questão.



## CAPÍTULO IV: EDUCAÇÃO NO ASILO

### 4 A SOCIEDADE E A PREOCUPAÇÃO COM A INFÂNCIA ABANDONADA

A sociedade feirense tinha, em sua raiz, uma relevante preocupação com a infância abandonada em Feira de Santana. Prova disso é a presença de duas instituições caritativas que tinham por finalidade resgatar das ruas as crianças órfãs, pobres e desvalidas: O Asilo Nossa Senhora de Lourdes e o Instituto de Assistência e Proteção ao Menor.

Destaca-se que os diretores de ambos vinham a público, a fim de solicitar auxílio financeiro para manter as crianças acolhidas e afastadas das ruas. O meio de comunicação utilizado para tal feito foram os jornais da época (Folha do Norte e O Progresso) que, comumente, apresentava dados sobre as necessidades de doações aos institutos e sobre as quantias angariadas para ambos. Os anúncios também evidenciam que, em tempos de crise econômica, estas eram as instituições que mais sofriam com a falta de recursos, já que em grande parte viviam do auxílio de donativos.

Os jornais mostram que, a partir do início do século XX, em Feira de Santana, era necessário ter uma atenção e cuidados especiais com a infância abandonada.

Uma ligeira observação bastará para se conhecer quanto de doloroso existe para uma legião de crianças infelizes, atiradas ao mundo, na escola do vício, onde em dias futuros surpreenderão a sociedade com os crimes mais revoltantes e hediondos.

Nas capitães dos Estados da República brasileira perambula pelas praças, ruas e viellas, sem lar, sem alimentação e educação de espírito, um exercito de crianças no mais completo desamparo por parte dos diretores da opinião nacional (JORNAL O NORTE, 1917, p. 01).

Em fato, percebe-se que essa questão era uma preocupação de sociedades distintas e não apenas da feirense. A temática fazia parte do consciente imaginário de populações de municípios como Salvador e Cachoeira. Exemplo disso é o Jornal O Norte, veiculado em Cachoeira, que evidencia numa matéria de capa, tal inquietação:

Quantas energias, intelligencias robustas, esperanças para o progresso moral e material da pátria não se desperdiçam por falta da iniciativa, estímulo e caridade dos poderes públicos. (...) É verdade que têm existido, colocados nas posições políticas do paiz, homens de espíritos humanitários, de vontade enérgica, que têm sido os propugnadores do progressso e da felicidade da infância abandonada (JORNAL O NORTE, 1917, p. 01).

Mas não imaginem que essas inquietudes tinham por fundamento o cuidado, a caridade e a benevolência. Muito pelo contrário, essa consternação vem da necessidade de

retirar os vadios das ruas, porque estes significavam um perigo à ordem pública, sem contar que também transmitiam doenças contagiosas, de acordo com o imaginário coletivo da época. A visão do menor abandonado era baseada em tais ideias:

(...) uma legião de creanças que passavam a vida na mais completa ociosidade, causando a sociedade imensos prejuízos, constantes perigos a ordem publica e degenerando a raça com as mais repugnantes doenças contagiosas (JORNAL O NORTE, 1917, p. 01).

Assim, era fundamental haver a correção dessa juventude abandonada através da fundação de casas correcionais, porque o futuro da nação deveria se basear no estudo e no trabalho dos cidadãos. Conforme é evidenciado por notícias veiculadas naquela época:

O que se precisa fazer no Brasil é o desenvolvimento de escolas correcionais, para dar o conforto, a alegria e a educação de creanças desvalidas da sorte. Porque assim livraria os contros de atividades de progresso as capitães dos Estados brasileiros, do terrível espetáculo de assistirem creanças famintas, com o rosto sulcado pelas dôres mais cruciantes de uma vida dolorosa (JORNAL O NORTE, 1917, p. 01).

Ressalta-se, dessa forma, que era melhor doar a esses institutos quantias significativas do que sofrer com as reações dessa mesma população carente nas ruas. O Juiz de Direito Dr. Jacintho Ferreira era um dos maiores colaboradores mais ativos do asilo. Comumente, solicitava “às almas boas e generosas” que comprassem cupons da casa Ramos & Irmão (uma espécie de armazém), a fim de destinarem-nos às asiladas. Então, quando as pessoas adquiriam esses cupons, davam o crédito ao Asilo Nossa Senhora de Lourdes.

Os coupons da Casa Ramos & Irmão, angariados pelo exmo. Sr. Dr. Jacintho Ferreira, dd. Juiz de direito da comarca, no mez findo, produziram 1:108\$500, que dá a percentagem de 33\$255.  
O dr. Jacintho, continua a solicitar coupons para o corrente mez (JORNAL FOLHA DO NORTE, 1909, p.12).

De acordo com Fraga Filho (1996) as caridades realizadas para com as populações carentes eram uma forma de pagar os pecados mundanos e, por causa disso, havia a necessidade em divulgar as doações realizadas, como nos mostra o anúncio abaixo:

Os coupons oferecidos ao Azylo de Lourdes, no mez findo, produziram a percentagem de 50\$000.  
Pelo sr. Cel. José Álvaro de Lima Pereira, fazendeiro na freguesia do Tanquinho foi oferecida áquella casa de caridade uma sacca de feijão.

Pede-nos a diretora do Azylo que, ás preces das orphanzinhas pelos seus protetores, juntemos os seus agradecimentos ao distinto moço (JORNAL FOLHA DO NORTE, 1908, p.3).

De toda forma, era evidente que a sociedade feirense participava do processo de manutenção da instituição em questão, já que membros das camadas sociais mais abastadas angariavam doações a fim de prover as jovens órfãs que lá residiam.

#### **4.1 Órfãs Acolhidas no Asilo N. S. de Lourdes**

No ano de 1898, foi escrito um “Relatório Apresentado ao Asylo Nossa Senhora de Lourdes” pela presidente das Senhoras da Caridade, D. Claudina Barboza de Souza Borges. O referido texto iniciou-se descrevendo a mudança do pároco da cidade, o vigário José Joaquim de Britto, com o qual as asiladas tinham uma relação próxima e paternal. O texto continua, descrevendo uma grande crise financeira que havia assolado o Asylo Nossa Senhora de Lourdes e da extrema dificuldade em manter as 23 asiladas existentes nele. A situação era tão grave que, em reunião, foi deliberada a necessidade de reduzir o número de internas. Através de campanha promovida pelas Senhoras da Caridade, algumas órfãs foram acolhidas em casas de família e outras, que tinham seus protetores, foram encaminhadas a eles.

No período em questão, a referida instituição vivia da caridade dos habitantes de Feira de Santana e Salvador, recebendo um parco capital oriundo de subvenção governamental. Uma comitiva formada por duas órfãs, uma Senhora da Caridade e a Diretora do Asylo foi composta para ir à capital baiana pedir esmolas, a fim de angariar recursos ao asilo em questão.

Ainda voltando à questão das asiladas, 10 meninas foram encaminhadas às casas de famílias e 23 órfãs permaneceram no asilo. No ambiente em questão, existia uma equipe de pessoas empregadas no asilo que prestavam serviços gratuitamente: a diretora (01), as professoras (02), a porteira (01), a sapateira (01) e as serventes (02).

Uma atenção será dada à asilada Maria da Conceição, já que o caso dela parece peculiar. No relatório de 1898 ela aparecia como interna e servente (em ambas as categorias), mas não era considerada uma órfã. As fontes pesquisadas evidenciam que, por caridade, essa moça foi acolhida no asilo, porém não recebia o tratamento e, tampouco, a educação destinada “às orphanzinhas”. Em pleno momento de cortes de despesas e de encaminhamento das internas aos parentes não tão próximos, Maria da Conceição conseguiu permanecer sob a tutela das Irmãs Sacramentinas e das Senhoras da Caridade. Como no mesmo relatório ela

também fora categorizada como servente, tudo nos leva a crer que ela trabalhava gratuitamente, na instituição em questão, em troca de abrigo, proteção e alimentação.

Sua situação veio a se modificar dois anos depois, em 1900, quando 04 asiladas “sahiram do estabelecimento para a companhia de seus parentes e para ensinar em um collegio da Capital desse Estado”, então, ela preencheu uma dessas vagas na condição de asilada, vindo a desfrutar de outro tratamento e dos demais direitos que as asiladas tinham. Reitera-se que as evidências históricas apontam, ser uma interna não significava ser uma asilada. Eram categorias diferentes que existiam dentro da mesma instituição, o que nos leva a crer que o acesso aos serviços, e a convivência em si, também deveriam ser distintos.

As esmolas recebidas pela instituição variavam muito. Poderiam ser ofertados serviços (a exemplo os serviços médicos dos doutores Joaquim Remédios Monteiro, Simphronio Olympio da Costa e Marcolino Pimentel), alimentos (como os cereais doados por D. Lydia Alves Boaventura), itens como lenha, sabão e velas para o altar (doados por Lydia Alves Boaventura, Lydia Campos e Leolina de Castro Barbosa) e dinheiro (cedido por Lellis Piedade, Lydia Campos, jornal “Gazeta do Povo” e pelo deputado estadual Miguel Ribeiro de Oliveira).

#### **4.2 A educação recebida no asilo**

As Irmãs Sacramentinas e as Senhoras da Caridade (os dois grupos que organizavam a instituição em questão) podiam permitir que as internas saíssem do Asilo Nossa Senhora de Lourdes nos casos de casamento ou quando algum parente pedia a reintegração da órfã à família. Essa ação, de acolher e/ou retirar internas da instituição, constavam no regulamento como funções da Directora Superior, que era a madre superiora da ordem do Santíssimo Sacramento.

Os primeiros métodos educacionais implementados ainda traziam características daqueles amplamente utilizados no Império. Apesar de existir a forte crítica em relação ao método tradicional, como por exemplo, o desenvolvimento do Método Intuitivo<sup>6</sup>, a partir de meados do século XIX, no Brasil, ainda se usava a metodologia tradicional nos asilos. Tinham por fundamento a repetição sistemática de assuntos baseados no ideário positivista (história

---

<sup>6</sup> Graças à ascensão das ideias oriundas da Pedagogia Moderna, ocorreu em meados do século XIX, o desenvolvimento do método de ensino intuitivo, o qual propunha a renovação da metodologia de ensino. O fundamento deste era promover o aprendizado a partir da percepção através os sentidos. Esse seria o ponto de partida para que ocorresse o desenvolvimento intelectual dos alunos através do raciocínio e da reflexão acerca das informações percebidas e analisadas.

dos grandes feitos) e por características a disciplina, o controle e a organização. No caso das meninas internas, a questão do controle passada por várias áreas, desde a formação intelectual até a liberdade pessoal.

As internas só poderiam ter acesso às leituras/literaturas que eram permitidas pela Igreja Católica. As literaturas que faziam parte do *Index Librorum Prohibitorium* (índice composto por mais de quatro mil exemplares de livros proibidos pela Igreja Católica que perdurou na sociedade entre os anos de 1559 a 1966 e bania literaturas consideradas imorais) eram proibidos do contexto escolar em questão.

De acordo com uma das reuniões de direção do asilo, ocorrida no ano de 1914, o pároco da diocese Pe. José Gomes Loureiro, levantou a ideia de fundar uma biblioteca para que as internas e demais membros da “cultura sociedade feirense” pudesse ter acesso às leituras religiosas, em um momento em que “revistas licenciosas invadem o santuário das famílias”. A preocupação com a doutrinação na fé católica e o cuidado para que alguns tipos de leitura influenciassem as jovens moças, era constante.

Sendo a época das festas mundanas, fez notar as preocupações do manual sobre bailes e divertimentos, principalmente as festas carnavalescas, para as quais lançou formal proibição.

Como motivo de alevantamento e progresso, expôs a ideia da criação de uma revista que, além de servir para o desenvolvimento intelectual, registrando o movimento da associação, que as faça conhecer e as ponha em contacto com as nossas congêneres de outras partes, que trabalham, que progridem e que fim fazem, e de uma bibliotheca que nos forneça meios de leitura sans e edificantes (ATA DE REUNIÃO DA PIA UNIÃO DAS FILHAS DE MARIA, 1915, p.8).

As internas tinham, em sua rotina, que assistir às missas dominicais e a aprender os preceitos católicos. Sua educação era baseada na vida de Maria, em louvor e adoração à Ela. Aliás, toda a sociedade feirense declarava a sua adoração, sendo este um dos temas comumente noticiados nos jornais da época, conforme observa-se:

Prostemo-nos, pois, reverência perante tão excelsa Senhora, que patrocina incansável a nossa causa justificável tão somente do seu grande amor. Geneflexos, entoemos cânticos à gloriosíssima Virgem, Soberana do Céu e da Terra e, amparados sob sua proteção maternal, estaremos certos de alcançar dias de bonança após a certa e proveitosa viagem da vida; este é o fim almejado pelos próprios inconscientes, que dizem acabar-se tudo com a morte (JORNAL FOLHA DO NOTE, 1909, p. 3).

A educação ofertada no Asilo Nossa Senhora de Lourdes era destinada a formar jovens moças que deveriam apresentar um comportamento baseado na moral e na boa conduta cristãs. Tinham que ser católicas, não poderiam ter nenhum pensamento impuro ou amoral e deviam aprender as lições domésticas a fim de que, quando completassem 21 anos de idade, elas deveriam ser encaminhadas para trabalharem como domésticas nas casas de família ou então deveriam contrair matrimônio com rapazes trabalhadores e de boa índole.

Art 12º: Desde que for recolhida no Asilo Nossa Senhora de Lourdes, ficará a orphan exclusivamente sob a direção do estabelecimento sem que sobre ella tenham jurisdição seus paes ou parentes que só poderão retiral-a, se anuírem a Directora e a Asylada.

Art 13º: As orphans até a idade de 21 annos ficam sujeitas a administração da casa.

Art 14º: Antes de 21 annos só poderão as orphans sahir: (a) para serem empregadas em casas de famílias; (b) para se casarem; (c) para a casa de seus parentes que a exigirem e a isto anuírem a Asylada e a Directora.

Único – Nos casos previstos neste artigo será lavrado um termo da returada da orphan, assignando o Chefe de família ou parente, a asylada, a Directora, e a presidente das Senhoras da Caridade.

Art 15º: A asylada que sahir do estabelecimento excepto temporariamente por motivo de moléstia, não poderá mais voltar para ele como educanda.

Art 16º: Aquella que sahir para casar-se, sendo o casamento aprovado pela Directora, terá direito a um auxílio para as despesas do enxoval (ESTATUTOS DO ASILO NOSSA SENHORA DE LOURDES DE NOSSA SENHORA DE LOURDES DE FEIRA DE SANTANA, 1908, p. 4).

Os conteúdos ministrados nas disciplinas de Português, Matemática e de formação universalista não eram aprofundados, até por que os objetivos desse modelo educacional era uma formação minimamente qualificada para garantir a essas jovens suas inserções sociais através do trabalho ou do matrimônio.

Logo que internadas nos recolhimentos e conventos, as adolescentes, que ali ingressavam ainda em tenra idade, eram iniciadas nas orações e aprendiam princípios cristãos, objetivando-se uma solida formação moral e religiosa. Inexistia uma proposta pedagógica, bem como um ensino curricular nos moldes que hoje conhecemos. Deste modo, todo o conteúdo ensinado era perpassado pela religião, onde reafirmavam-se os valores morais do cristianismo (BARREIROS, 1997, p. 44).

Ainda de acordo com Costa (2013, p.144):

[...] os serviços de costura, bordados e outros trabalhos com agulha eram os mais apreciados pela direção do estabelecimento devido a posterior venda de toalhas, panos de prato, fraldas e toalhas de mesa em quermesses, feiras,

saraus e outras festas realizadas pela administração das Senhoras de Caridade.

Ainda de acordo com a pesquisadora referenciada anteriormente, quando as moças internas conseguiam dominar os trabalhos manuais, elas passavam a trabalhar nisso a fim de angariar fundos para que pudessem se manter dentro da própria instituição.

Vivenciar o cotidiano no ANSL [Asilo Nossa Senhora de Lourdes] era antes de tudo trabalhar para a sua própria permanência, em vista das dificuldades financeiras enfrentadas pela administração do asilo desde os primeiros anos de fundação (COSTA, 2013, p. 144)

Ressalta-se que antes de sua transferência para o prédio sede (1936), o asilo era instalado em um espaço alugado, o que ocasionava uma necessidade em angariar fundos a fim de que os trabalhos realizados na instituição em questão fossem dados continuidade.

#### **4.3 Os Livros da Biblioteca de Lourdes e as Ideias Divulgadas**

As meninas desvalidas tinham acesso a uma educação básica. Os cuidados com os comportamentos e a manutenção da rígida educação religiosa eram princípios norteantes do cotidiano dessas jovens moças. Elas seguiam uma rotina diária baseada no rigor e na disciplina. Com isso, reitera-se que o controle da atividade é uma das práticas mais antigas em ambientes disciplinares, em destaque, um dos primeiros grupos a utilizar tais práticas foram as comunidades monásticas.

Assim, manter a mente devidamente ocupada (leia-se disciplinada) era um dos principais pontos de uma vida baseada na ordem e na hierarquia. Dessa forma, em especial, a partir do século XIX, quando ocorreu o aumento da quantidade de instituições filantrópicas no Brasil, estas eram comumente anexos dos conventos o que acabava por influenciar no modelo educacional instituído pela filantropia.

Destarte, a disciplina do corpo, a necessidade de manter a pureza e de ter habilidades domésticas eram fundamentais para garantir uma boa vivência asilar. Aqui havia a necessidade em perpetuar as suas existências baseadas no exemplo de Maria, Santa Mãe de Jesus, a qual era tida como mártir e quem as órfãs deveriam se espelhar. Percebemos, então, a influência da educação religiosa no asilo, sendo esta uma das maiores preocupações de seu fundador, o Padre Ovídio, em relação às internas: fazia-se necessário salvar a alma também.

O cuidado com as mentes dessas jovens era tão importante que uma biblioteca foi criada no asilo, tendo como propósito fornecer às jovens moças leituras edificantes, religiosas e que acrescentassem algo de moral e ética cristãs a elas. Livros como “A Medianeira” e “Catecismo Católico Junior” faziam parte do acervo da referida biblioteca.

No caso da primeira obra citada, a medianeira é Maria Santíssima, que seria a intercessora entre os homens de boa vontade, frente a Seu Filho Jesus Cristo. O livro apresenta um debate sobre a possibilidade de “anjos e santos do céu, profetas e sacerdotes de ambos os testamentos” designarem-se medianeiros entre Deus e os homens, porém essa dignidade gloriosa cabe em ponto mais elevado à Maria.

Pois não se pode imaginar uma só personalidade que operasse na reconciliação dos homens com Deus como Maria, ou pudesse jamais pudesse operar como Ela. Quando os homens tinham incorrido na eterna perdição, Maria deu-nos o Salvador (VALLE, 1929, p.23).

Com isso, reitera-se que Ela deu à humanidade o Profeta, ela seria a Medianeira “como nenhum anjo e santo pode ser”. Aqui podemos perceber os princípios religiosos que levaram as Irmãs Sacramentinas a moldarem a educação das órfãs desvalidas, já que “a vontade de Deus é que recebamos tudo por Maria”.

A nós, pobres filhos de Eva, que caminhamos neste vale de exílio, cercado de paixões, perigos e tentações, perseguidos por inimigos infernais, que ladeamos os abismos da condenação eterna; o pensamento de que, lá no céu, temos uma Mãe onipotente pela sua intercessão, mas enche o coração e a alma de radiosas esperanças de, na hora extrema, encontrarmos misericórdia, perdão e salvação eterna (VALLE, 1929, p.55).

Logo, a ideia perpetuada também era de que a devoção à Virgem Santíssima gerava maravilhas na vida espiritual. “Uma eterna e fiel devoção à santíssima Virgem opera maravilhas em todos os setores da vida espiritual” (VALLE, 1929, p. 158).

Assim, a totalidade das meninas acolhidas no asilo não sabiam ler e nem escrever. Então a alfabetização delas se dava através dos livros de leituras infantis, as historinhas, que eram cheias de gravuras e a partir das quais as imagens determinavam fatos e/ou ideias. A alfabetização do período também se dava através das cartilhas, utilizando a repetição das lições como método aplicado ao processo de ensino-aprendizagem, prática essa muito difundida no período em questão.



Dessa maneira, os mesmos métodos empregados no catecismo também eram utilizados na alfabetização das moças, de acordo com o livro Doutrina Crista, que era usado pelas irmãs para converterem as crianças ao catolicismo. De acordo com essa fonte:

O melhor método para ensinar catecismo aos alunos do curso primário, é o método em que a criança exige: o fato ou a gravura; a ideia que o fato ou a gravura representam; uma nova ideia suscitada pelo fato ou pela gravura a aplicação dessa ideia à vida, à sua vida de criança (OBSTAT, p. 5).

Como visto anteriormente, o método usado tanto no processo de alfabetização quanto no catecismo consistia no manuseio de livros com ilustrações. Estas seriam a base das lições, sendo as responsáveis por levar o aluno a realizar as associações de ideias e representações necessárias. Estas eram ligadas a capacidade intelectual das jovens, ocasionando, assim, o aprendizado das lições. As noções de recolhimento e seriedade se faziam presentes nas leituras que as órfãs realizavam.

Considerando que os modelos organizacionais dos asilos e demais instituições filantrópicas eram semelhantes àquelas encontradas nos conventos, conclui-se que o modelo educacional instituído no Asilo Nossa Senhora de Lourdes era similar ao sugerido no livro de catecismo em análise.

A lição praticamente é ordenada do seguinte modo:

- Recordação da lição precedente
- Desenvolvimento do assunto
- Questionário
- Prática
- Oração. (OBSTAT, s.a., p. 10)

Dessa forma, além dos livros de doutrina religiosa, outros livros usados pelas internas, foram identificados. “Fernandinho (História de Um Menino de Um Ano), publicado pela Editora do Brasil S.A. foi um deles. Nele, o personagem descobre o mundo ao seu redor, identificando objetos e demais artigos que compõem o cotidiano da casa onde ele vive. Outra literatura encontrada, que compreendia à biblioteca do Asilo de Lourdes, era “... e a Malhada Falou”, que mostrava a convivência entre um menino e a vaca da fazenda de seu pai.

Também foi identificado o livro “O Tesouro da Ilha Perdida e Outras Histórias” que continha as histórias “O Tesouro da Ilha”, “A Fonte da Beleza”, “A Ilha Encantada”, “A Gatinha Mimosa” e “A Princesa dos Cabelos Dourados”. De acordo com inscrição do próprio livro, a obra obteve “menção honrosa em concurso de literatura infantil, promovido pelo Ministério da Educação e Saúde Pública”. As historinhas buscavam desenvolver o lado lúdico

das jovens desvalidas, levando-as a passear em ilhas, castelos e mundos imaginários, absorvendo lições morais e éticas através de tais fábulas. Noções de moral e boa conduta eram encontradas na obra.

Vale considerar também que as aulas de canto também eram frequentes porque as “pobres orfãzinhas” costumavam se apresentar no coral do Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, nas datas festivas. Por causa disso, era comum que estudassem e fizessem aulas de canto, que eram desenvolvidas pelas Irmãs Sacramentinas, juntamente com o padre Mário Pessoa. Um dos livros de teoria do canto era “A Essência do Canto – Ou Como Produzir Corretamente a Voz Cantada”, que também fazia parte do acervo da biblioteca em questão.

Com isso, o livro buscava ensinar instruções simples de canto, músicas bonitas e melodiosas à época, que eram basicamente modinhas românticas e harmonias religiosas. O combate às músicas de jazz era ideia difundida na obra em questão. A ideologia perpetuada no período evidenciava que a mulher tinha que ter bons modos e uma voz melodiosa que viesse a louvar a Deus sobre todas as coisas.

Outra obra usada com as meninas internas era “A Juvenilíia – Cantos Para a Vida do Colégio e do Lar”, recolhidos e elaborados pelos salesianos de Dom Bosco. Tinha por finalidade associar as ideias de que era fundamental que a juventude elevasse seus pensamentos em louvores a Deus através dos cânticos.

Ainda em visitação ao acervo foram encontrados livros de gramática latina e de gramática francesa, ambos datados de 1914 e 1926. A “Grammática Latina – Curso Médio” buscava fornecer instruções simples sobre os princípios do Latim. Porém, em seus exemplos, era constante encontrar ideias referentes à escravidão e à dominação. A exemplo disso, alguns dos exercícios do manual apareceram as seguintes frases: “O escravo encherá o grande copo de seu senhor”; “Os bons senhores amam os seus escravos”; “O escravo vinha para o seu senhor”; “Honras são dadas ao General”.

Já a “Gramática de Língua Francesa – O Segundo Livro de André – Escolha de Leituras Edificantes, Instrutoras, Educacionais e Morais Para Língua Francesa” fazia parte da Livraria Católica Emmanouel Vitte de Lyon – Paris e as suas lições todas eram baseadas nos fundamentos católicos, inclusive a primeira imagem da obra apresenta uma visão de Jesus cristo com a seguinte legenda: “Jesus, perfeito modelo dos educadores”.

O livro História Natural – Manual de Baccalaureat, consistia numa série de instruções escolares, no formato de manual, que compreendia as disciplinas Francês, Aritmética e Ciências, sendo norteador um extenso capítulo que propagava as ideias acerca da higiene, tanto de cunho pessoal quanto ambiental. É importante frisar que os cuidados com a higiene

passaram a fazer parte dos princípios educacionais a partir do momento em que a educação foi institucionalizada e que a modernização das sociedades ocidentais se iniciou (o que veio a ocorrer entre meados do século XIX a XX).

O primeiro tópico da seção Higiene era denominado “o Ar”. O autor iniciou os seus estudos apontando a importância no cuidado com o ar, em especial, falava dos malefícios do “ar confinado”, afirmando que quando ele não circula pode adoecer as pessoas. Tratava das questões acerca da poluição do ar pelo gás carbônico através da emissão de poluentes oriundos das fábricas. Buscava conscientizar sobre a importância das casas serem arejadas.

Como podemos observar, os ideais propagados pelas leituras que as jovens desvalidas realizavam eram de caráter doméstico. Os princípios higienistas também eram difundidos sendo considerados símbolos do progresso social. Ainda de acordo com o Manual de História Natural: “[...] a higiene é a única ciência que se sobrepõe às ciências psíquicas e naturais, particularmente a Psicologia e a Bacteriologia”.

De acordo com Santana (2011) as práticas educacionais asilares destinadas às mulheres buscavam lhes fornecer instruções acerca dos trabalhos manuais, sendo preparadas “do lar para o lar”, afastando-se dos conhecimentos científicos.

Por esse motivo, o mais adequado às meninas seria educa-las, ou seja, dar a elas condições necessárias para desempenharem um papel social a contento, isto é, boas mães e donas de casa exemplares. Ao contrário, instruí-las estaria ligado ao conhecimento e a intelectualidade, dons dispensáveis às mulheres (SANTANA, 2011, p. 23).

Pelo o que foi observado nas descrições das obras utilizadas como material didático com as internas do Asilo de Lourdes, essa teoria foi reafirmada. No seio feminino estava a responsabilidade em criar homens de bem, que seriam futuros cidadãos de respeito, exemplares.

A mulher “fazia parte” e “estava a parte”. Fazia parte de um projeto que a via como redentora, salvadora da pátria e da família, alguém cuja moral deveria ser intocada, apureza inabalada e responsável por entregar ao país verdadeiros cidadãos. Estava à rate quando o assunto era instrução. Seu horizonte deveria ser o mais restrito possível, de preferência aprendendo bons modos e os cuidados com o lar (SANTANA, 2011, p. 24).

O receio de que as mulheres ambicionassem participar as esferas públicas (política, administração, educação, etc) era comum no consciente coletivo. As falas eram marcadas pela necessidade em manter as responsabilidades do lar nas mãos femininas. Ou seja, as mulheres não deveriam escapar do domínio masculino.

Uma das principais marcas das transformações sociais ocorridas ao final do século XIX foi a preocupação com a higiene. Como as mulheres desde muito novas eram ensinadas a cuidarem da casa, marido e filhos, restaram-lhes a incumbência pela higiene pessoal e da casa. Reflexo disso foi a presença de tal preocupação em um dos livros descritos anteriormente, o qual as internas tinham acesso e por ele estudavam.

Todas as características inerentes ao cuidar eram responsabilidades femininas e aquelas mulheres que resistiram ao processo de dominação patriarcal eram malvistas e socialmente excluídas. Muito dessa concepção positivista acerca do papel social da mulher se deveu ao fato de que nas bases do Cristianismo, a mulher está sujeita às vontades do homem, devendo ser a guardiã da casa e da família. Como o Brasil teve uma colonização baseada na implantação dos dogmas católicos, tais características foram absorvidas no Brasil.

A herança recebida de Portugal acerca da educação feminina teve suas origens num quadro ancestral herdado pela mentalidade brasileira desde a Colônia. Mesmo após sua emancipação da Metrópole, o Brasil ainda continuou veiculando seus pressupostos, aliando-se a essa mentalidade rígida, moralizadora e tradicional (ALMEIDA, 2007, p.56).

Em suma, a educação feminina, mesmo após o processo de institucionalização, era voltada à educação doméstica e a mulher deveria ter embasamento para conseguir acompanhar as lições dos filhos na escola. Nos asilos e demais instituições de reclusão femininas, as moças eram destinadas ao trabalho manual e ao cuidado das residências. Por ser uma ideologia predominante na época, era comum que a maioria das internas aceitassem o caminho ao qual estavam destinadas: a vida de doméstica ou de dona do lar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação destinada às pobres desvalidas no Asilo de Nossa Senhora de Lourdes, entre os anos de 1879 e 1930, apresentava um caráter profissionalizante, sendo um reflexo claro da sociedade em que viviam. Assim, em Feira de Santana era comum perceber nas ruas a presença de crianças pobres, a maioria negras, oriundas de famílias carentes que não tinham mínima estrutura de prover o cuidado, o abrigo, a alimentação e a educação dessas pessoas.

Além da orfandade, muitas crianças estavam nas ruas em função do abandono por pais e parentes sem condições de sustentá-los. [...] A cada investida da miséria mais meninos e meninas eram abandonadas nas ruas. Muitas vezes eram vítimas da combinação da orfandade com o abandono (FRAGA FILHO, 1994, p. 129).

Nesse contexto, a presença das instituições de caridade que buscavam melhorar a qualidade de vida dessa juventude, era de fundamental importância para que a infância abandonada tivesse chance de sobreviver em meio ao aumento discrepante das desigualdades sociais e, por consequência, a atenuação da miséria em que viviam.

Com isso, reitera-se que a importância em prover a assistência filantrópica não era apenas uma questão humanitária ou, no nosso caso, religiosa, mas advinha de uma série de relações de poder e de dominação a partir dos quais os membros das camadas mais empobrecidas não conseguiam adquirir a condição de estabilidade social porque lhes faltavam subsídios e políticas públicas que buscassem a garantia da dignidade numa sociedade historicamente marcada pela desigualdade social e má distribuição de renda.

Assim, o desequilíbrio econômico desses núcleos familiares era tão grande que o surgimento de uma criança em seu seio poderia gerar o aumento exponencial da sua condição de miséria. Os recém-nascidos eram doados ou abandonados para que suas famílias originais pudessem manter-se à linha da pobreza.

Evidencia-se também que as elites tinham receio da presença de mendigos na sociedade, quando estes eram numerosos. As doações e a caridade eram realizadas apenas àqueles que merecessem verdadeiramente os donativos. Os homens sadios deveriam ter algum ofício digno que lhes garantissem sobreviver sem precisar de ajuda alheia. Apenas idosos, mulheres e crianças deveriam ser assistidas pela caridade, uma vez que não conseguiam se manter sozinhas. É justamente aqui que as minhas meninas aparecem, sendo acolhidas e abrigadas nas instituições de recolhimento e, nesse caso, no Asilo Nossa Senhora de Lourdes, em Feira de Santana - Bahia.

Quando as jovens eram recolhidas das ruas ou de suas famílias pobres, ganhavam uma chance em ter acesso a uma educação pautada no rigor, ordem e disciplina, aprendendo instruções básicas de trabalhos manuais, os quais eram fundamentais que dominassem a fim de que pudessem sobreviver na sociedade, cumprindo com o papel que lhes era esperado: o de domésticas e de boas donas de casa. Essas pareciam ser melhores opções do que ingressar no mundo da prostituição, por causa da condição de pobreza de suas origens.

A educação ministrada no Asilo Nossa Senhora de Lourdes era de cunho conservador e assistencialista. As práticas das educadoras (no caso as Irmãs Sacramentinas) consistiam na formação intelectual pautada na moral cristã (hábitos, costumes, virtudes), a manutenção de noções de higiene pessoal, no rigor e disciplina que as mestras empregavam às alunas, a necessidade em manter através da disciplina a boa conduta das alunas em relação aos seus superiores. Também buscavam a execução de exercícios ligados aos assuntos estudados, a rigorosa manutenção da hierarquia disciplinar e a completa subordinação das alunas às suas superiores.

Destaca-se que formação religiosa era o maior pilar de tal ensino, que buscava incutir nas jovens as noções de respeito, autoridade e subordinação à Deus. A partir dessa ideologia também era cultivada a noção de que a mulher deveria ser subordinada ao homem, o que era reflexo não apenas do aparato ideológico cristão, como também da sociedade patriarcal existente no período em questão. A rigidez em relação ao que era lido, na verdade, era uma estratégia de dominação e doutrinação, já que as alunas não deveriam se afastar da doutrina católica. Como o cuidado com o lar, filhos e marido eram responsabilidades femininas, as Irmãs Sacramentinas tinham vigilância redobrada em relação aos discursos da época, que tratavam de comunismo, feminismo e de modismos que iam desde os tipos de vestidos usados até os temas de emancipação da mulher no meio social.

Com isso, no Asilo Nossa Senhora de Lourdes eram raros os casos de moças que não eram empregadas como domésticas ou casavam-se após completarem 21 anos de idade. Em outros locais como São Paulo e Rio de Janeiro, era comum que as moças “formadas” nos asilos ingressassem nas Escolas Normais, tornando-se professoras da própria instituição após a conclusão do curso. Também não foram encontrados registros sobre as internas virem a tornar-se religiosas. As lacunas encontradas na pesquisa foram derivadas da ausência de fontes anteriores ao início do século XX.

A maioria das fontes manuseadas vieram de acervos particulares (como o que eu encontrei no Colégio Padre Ovídio) e de jornais que datavam o início do século XX (a exemplo os jornais Folha do Norte e O Progresso encontrados no acervo do Museu Casa do

Sertão – UEFS). As fontes mais antigas, que foram localizadas no Arquivo Público de Feira de Santana e no Arquivo Público de Cachoeira não se encontravam em condições de manuseio, o que impossibilitou o acesso a tais informações, apesar da boa vontade de seus curadores em querer ajudar durante o processo de pesquisa nos acervos.

Diante disso, imaginar uma sociedade em que as crianças não sejam abandonadas e em que os governantes tracem políticas públicas que garantam a melhoria da qualidade de vida dos grupos sociais empobrecidos é o anseio de muitos pesquisadores e demais membros da sociedade em que vivemos. O clamor por justiça e equidade deveria ultrapassar as falas, transformando-se em ações concretas que viessem a promover uma inserção social real, baseada nos princípios da cidadania e da economia política.

Aos pobres não deveria ser destinado o ensino assistencialista buscando que esses jovens aprendessem pequenos ofícios como a solução desse grupo, mas sim, deveria ser oportunizada a garantia de acesso destes às demais esferas educacionais, buscando, assim, diminuir o abismo existente entre ricos e pobres. Dessa forma haveria a melhoria da sociedade brasileira como um todo. Mas, meninas, sei que vocês não estavam pensando nisso quando adentraram as portas do asilo. Na verdade, agradeciam a Deus pelo abrigo e acolhida que haviam ganhado, nutrindo o sonho de um dia terem um lar e uma família para chamar de “seus”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível.** São Paulo, Editora UNESP, 1998.

ANDRADE, C. M. P. de. **Origens do povoamento de Feira de Santana: Um Estudo de História Social.** UFBA, 1990.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira.** 1ª edição, São Paulo, Melhoramentos, 1958.

BARREIROS, M. M. S. **Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930.** UFBA, 1997.

BARROS, J. d'A. **A História Social, seus significados e caminhos.** LPH - Revista de História da UFOP. n° 15, 2005

BOMENY, H. M. B. Três decretos em um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In.: PANDOLFI, D. C. (org). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999 (p. 137 – 166).

BRASIL. **Decreto nº. 7.566 de 23 de setembro de 1909.** Cria nas Capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices para o ensino profissional primário e gratuito. Coleções de Leis do Brasil. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 31 dez. 1909. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2018.

BRASIL, **Coleção de Leis do Império do Brasil - 1827,** Página 71 Vol. 1 pt. I (Publicação Original).

BRASIL. **Ministério da Educação e Saúde.** Obras completas de Rui Barbosa. v. X – 1883, t. II – Reforma do Ensino Primário e várias instituições complementares da instrução pública. Rio de Janeiro, RJ: Imprensa Nacional, 1947:59-60.

BUAINAIN, M. J. D'Arc. **Atividades educacionais da Congregação Sacramentinas: Colégio São Carlos (1905 – 1941).** São Carlos – SP: Loyola, 1991.

BURKE, P. **A Revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989).** Tradução Nilo Odália. – São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. (Org.) **Os domínios da história: ensaios de teoria e metodologia.** Rio de Janeiro, 2011.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil.** São Paulo: Cia. das Letras. 1990.

CARVALHO, L. R. de. **As reformas pombalinas da instrução pública.** São Paulo: Saraiva/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COSTA, E. V. da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** Emília Viotti da Costa. – 6.ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.



COSTA, L. G. **Capitães da Feira e outras crianças: a infância abandonada de Feira de Santana entre 1879 a 1945.** UEFS, 2013.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão;** tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis, Vozes, 1975.

FRAGA FILHO, W. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do Século XIX.** Salvador: UFBA, 1994.

HOBBSAWM, E. **Sobre a História.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LIMA, D. K. de. **“O banquete espiritual da instrução” – Ginásio da Bahia, Salvador: 1895 -1942.** Déborah Kelman de Lima. – Salvador, 2003.

LIMA, S. S. **Recrutá-los Jovens: A formação de aprendizes de marinheiros em Sergipe e Lisboa (1868-1905).** Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.

LONDOÑO, F. T. A origem do conceito “menor”. In: DEL PRIORE, M. (org.) **A história da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (orgs.). **500 anos de educação no Brasil.** 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. 606 p.

LUZ, J. A. R. da. **A Salvação Pelo ensino Primário: Bahia (1924-1928).** Feira de Santana: UEFS Editora, 2013. 274p.

MAÍEL, M. G. **Importância da Educação Infantil. 2012.** Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos3/importancia-educacao-infantil/importancia-educacaoinfantil2.shtml>. Acesso em: 15 jul de 2017.

MANUEL, I A. **Igreja e educação feminina (1859-1919).** Uma face do conservadorismo. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista (Prismas), 1996.

MARCILIO, M. L. **História social da criança abandonada.** 1ª. ed. São Paulo: HUCITEC,1998.

MIGUEL, M.E.B. **Tendências Pedagógicas na Educação Brasileira: Permanências e Mudanças.** Curitiba, 2004. (Trabalho apresentado como requisito ao Exame de Professor Titular na Pontifícia Universidade Católica do Paraná).

MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES. O Padre Ovídio. Tonny Impressos, Feira de Santana, s.a.

NUNES, A. d’A. **Reforma da Instrução Pública - Província da Bahia, 1881, 2003.**

PERROT, M. **Minha História das Mulheres.** Tradução Ângela M. S. Côrrea. São Paulo: Contexto, 2006.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana.** Salvador, Itapoã, 1968.

PRIORE, M. del. (Org) **A História das Mulheres no Brasil**. Carla Bassanezi (coord. de textos). 7. ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

RIZZINI, I. **Assistência à infância no Brasil**: uma análise de sua construção. Rio de Janeiro: EDUSU, 1993.

RIZZINI, I.; RIZZINI, I. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2002.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil**. 13.<sup>a</sup> edição - Petrópolis: Vozes, 1991.

RUSSELL-WOOD, A. J. **Fidalgos e Filantropos**: A Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755. Brasília, Edunb, 1981.

SANTANA, J. C. **Entre bordados, cadernos e orações**: A Educação de Meninas e as Práticas Educativas no Orfanato de São Cristóvão e na Escola da Imaculada Conceição (1922-1969).

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara. 32<sup>a</sup> edição – Campinas, Autores Associados, 2003.

SCHIFF, S. **Cleópatra, uma biografia**. Tradução: José Rubens Siqueira Editora Zahar, São Paulo, 2010.

SOUSA, I C. J de. **Escolas ao povo**: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890 / Ione Celeste Jesus de Sousa. – São Paulo, 2006.

VENÂNCIO, R. P. Maternidade Negada. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

## LISTA DE FONTES

Ata de reunião da Pia União das filhas de Maria e das Irmãs Sacramentinas, 1914. – Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

Ata de reunião da Pia União das filhas de Maria e das Irmãs Sacramentinas, 1915. –

Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

Acta da reunião mensal da Pia União das filhas de Maria, 1907, p. 63. – Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

Ata da reunião mensal da Pia União das filhas de Maria, 1904, p. 62. - Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

Ata de reunião da Pia União das filhas de Maria, 10.02.1915, p.8 – Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

Estatuto do Asilo Nossa Senhora de Lourdes Nossa Senhora de Lourdes de Feira de Santana, 1908, p. 3, 4,5,6,7,11. – Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

História da Pia União das Filhas de Maria, 1955, p.1,2,3 – Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

OBSTAT, Nihil. Doutrina Cristã – Livro do Mestre. Explicação do Catecismo para: Primeira Comunhão, Segundo ano primário ou primeiro adiantado. Edições Paulinas, s.a.

VALLE, S.J. Inácio. A Medianeira. Edições Paulinas 1929.

JORNAL FOLHA DO NORTE, 12.12. 1908, p. 3 – Museu Casa Do Sertão/Universidade Estadual De Feira De Santana.

MONTEPIO DOS ARTISTAS FEIRENSES, S.A., p. 6,7,8,11.- Acervo Asilo Nossa Senhora de Lourdes / Colégio Padre Ovídio – Sacramentinas.

JORNAL O NORTE, 22.10.1917. p. 01 – Arquivo Público de Cachoeira.

JORNAL O NORTE, 22.10.1917. p. 01 – Arquivo Público de Cachoeira.

JORNAL FOLHA DO NORTE, 12.12. 1908, p.3 – Museu Casa Do Sertão/Universidade Estadual De Feira De Santana.

JORNAL FOLHA DO NOTE, 20.12.1909. p. 3. – Museu Casa Do Sertão/Universidade Estadual De Feira De Santana.

JORNAL FOLHA DO NORTE, 08.11.1909. – Museu Casa Do Sertão/Universidade Estadual De Feira De Santana.